



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- *11 de setembro de 2017* -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Boa noite, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas e Deputados desta Assembleia, caros Marcoenses, órgãos de informação.

Temos quórum, temos trinta e seis (36) deputados. E portanto, vamos dar início à nossa última sessão ordinária do mês de setembro.

E antes de iniciarmos, eu ia pedir ao Gil Rodrigues para dar duas (2) posses.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos onze dias do mês de setembro de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta cidade do Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Lúcia da Conceição Azevedo, portadora do Cartão de Cidadão n.º 104490292ZY6, válido até 27.12.2021, e Contribuinte n.º 202368041, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal do Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Ana Marisa Monteiro de Moura Pinto, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por um período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Socialista (PS), da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Ana Marisa Monteiro de Moura Pinto. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Lúcia Azevedo (PS) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos onze dias do mês de setembro de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta cidade do Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu António Monteiro da Silva, portador do Cartão de Cidadão n.º 059966882ZY5, válido até 28.10.2019, e Contribuinte n.º 178248720, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal do Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Bruno Miguel Morais Magalhães Pinto, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por um período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Socialista (PS), da eleição realizada no dia 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo se ter prestado a juramento legal, declarou-o instalado como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Bruno Miguel Morais Magalhães Pinto. Para constar se lavrou o presente termo, que



depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- António Monteiro da Silva (PS) ---

Eu, António Monteiro da Silva, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então, à ordem de trabalhos. E vamos ao primeiro ponto, **Período de antes da ordem do dia.**

E o **Ponto n.º 1.1** será a Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezassete.

Eu pergunto aos Srs. Deputados se já se inteiraram da ata, e caso concordem, iríamos votar em bloco. Eu vou ler só os Srs. Deputados que não vão poder votar a ata: não vai poder votar a ata o Luís António Pereira Pinto, António Monteiro da Silva, António Ferreira Pinto, Miguel João Teixeira Carneiro e o substituto de António Augusto Machado Santana. Portanto, estas pessoas que eu enunciei agora são as que não vão poder votar a ata.

Portanto, quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a ata foi aprovada por unanimidade.

Passaríamos ao **Ponto n.º 1.2**, Tomada de Posse de membro do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto.

Vamos, então, ler o auto de posse.

Auto de posse de membro do Conselho Municipal de Segurança:

“Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, nesta cidade de Marco de Canaveses e no edifício dos Paços do Concelho, perante o Presidente da Mesa da Assembleia, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu o cidadão Comandante do Posto Territorial da GNR do Marco de Canaveses, 1.º Sargento José Carlos Bento Soares, de acordo com o estipulado no art.º 5.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, e republicada em anexo da Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, para tomar posse perante a Assembleia Municipal como membro do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9.º da Lei supracitada, na sequência da vaga do anterior representante, Sargento-ajudante Rui Pinto.”

Eu chamava, então, o Sr. Comandante.

--- José Soares (1.º Sargento, Comandante do Posto Territorial da GNR do Marco de Canaveses) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu agradeço ao Sr. Comandante ter-se disponibilizado para estar aqui hoje, a esta hora, para poder tomar posse.

Passaríamos ao **Ponto n.º 1.3**, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.

Pedia aos Srs. Deputados que se desejarem inscrever o favor de o fazerem. Eu vou pronunciar os nomes outra vez, a ver se não falta ninguém: Luís Pinto, Patrícia Vieira, Coronel José António Valdoeiros, Rolando Pimenta, Mário Luís, Mário Bruno, José Fernando, Jorge Pessoa e Cristina Vieira.

Só para vossa coordenação, o PSD tem dezassete (17) minutos; o PS, dez (10) minutos; Marco Confiante com Ferreira Torres, oito (8) minutos; Marco Positivo, cinco (5) minutos; CDU, cinco (5) minutos.

Dava a palavra ao Luís Pinto.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, Sr. e Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-presidente, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, caros membros desta Assembleia Municipal:

O motivo que me traz hoje aqui, e penso que é de enorme salutar, porque os Líderes das Bancadas Municipais decidiram juntar-se para apresentar um voto de louvor a uma instituição da nossa terra que muito merece este voto de louvor pela contribuição que deu, ao longo destes últimos doze (12) anos, à democracia no Marco de Canaveses. Assim, passo a ler:

“Os Grupos Municipais em representação na Assembleia Municipal de Marco de Canaveses propõem que seja atribuído um voto de louvor à Rádio Marcoense, pela contribuição para a construção, valorização e solidificação da democracia em Marco de Canaveses.

Numa sociedade cada vez mais alheada das preocupações políticas, a Rádio Marcoense emprestou ao serviço público, sem que a tal fosse obrigada, o seu horário nobre para aproximar os eleitos dos eleitores, com as transmissões das nossas reuniões ao longo dos últimos doze (12) anos.

É caso ímpar no nosso país ver um órgão de comunicação social valorizar e dignificar o órgão máximo de soberania municipal, a Assembleia Municipal. As transmissões na Rádio Marcoense permitiram a democratização deste órgão, pois além do escrutínio que fazemos uns aos outros, temos também os cidadãos do Marco de Canaveses atentos aos temas que decidem o futuro da nossa terra.

A Rádio Marcoense, sem dúvida, prestou um serviço democrático de valor inestimável ao Concelho de Marco de Canaveses.

Os Líderes das Bancadas Municipais aqui presentes, do PSD, do Partido Socialista, Marco Confiante com Ferreira Torres, Marco Positivo e PCP/PEV”



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Deputada Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Sr. e Sra. Secretária, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vice-presidente, Exmos. Srs. e Sra. Vereadora, caros membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente, público que nos ouve através da Rádio Marcoense, comunicação social:

É com muito agrado que me foi dado o prazer de ler um voto de louvor, e passo a citar:

“Os Grupos Municipais com representação na Assembleia Municipal de Marco de Canaveses propõem que seja atribuído um voto de louvor ao Sr. José Maria Pereira Teixeira pelos serviços prestados a este órgão municipal.

Ao longo de trinta e oito (38) anos – quase tanto como a democracia – e particularmente neste último mandato, o Sr. José Maria Pereira Teixeira desempenhou funções no secretariado desta Assembleia Municipal, contribuindo com o seu profundo conhecimento de processos e procedimentos para o bom funcionamento e modernização dos trabalhos, zelando com seriedade, correção e dignidade para que os membros da mesma Assembleia vissem sempre reunidas todas as condições para desempenharem as suas funções com o máximo profissionalismo.

Ao cidadão José Maria Pereira Teixeira, Marcoense de alma e coração, sempre disponível para servir o nosso concelho, o nosso obrigado.”

Com a realização das eleições no próximo dia 1 de outubro inicia-se um ciclo autárquico. Participamos hoje na última reunião da Assembleia Municipal com esta composição. Quero, por isto, e neste momento, em meu nome e em nome do Movimento Independente Marco Positivo, cumprimentar com estima o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, saudar a todos os deputados municipais ao longo destes anos – e quatro (4) anos – e cumprimentar também o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, que connosco participaram no debate democrático das ideias pelo desenvolvimento do nosso concelho.

Registo também o trabalho de todos os profissionais que fizeram a cobertura das sessões da Assembleia Municipal, bem como a eficiência e o profissionalismo dos funcionários da Câmara Municipal que aqui nos apoiaram em cada sessão, com especial agradecimento ao Sr. Teixeira.

Sr. Presidente, o Movimento que represento procurou, no conjunto das reuniões deste órgão, valorizar ativamente o diálogo e a troca dos pontos de vista, sempre no respeito pelas ideias que não coincidem com as nossas, mas que marcamos sempre de uma forma convicta e justificada as nossas posições. Fomos firmes, mas não sectários, por isso votámos inúmeras vezes ao lado do Executivo Municipal – vários regulamentos, protocolos, projetos de responsabilidade da maioria receberam a nossa concordância. O mesmo sucedeu com questões como a aprovação do novo empréstimo, para que fosse possível a saída do município do plano de reequilíbrio financeiro. Fizemo-lo sem qualquer reserva, porque entendemos que os interesses dos



Marcoenses estavam plenamente defendidos. Mas, Sr. Presidente, em muitas outras ocasiões não estivemos ao lado do Executivo, e por isso trouxemos aqui ao debate e à discussão muitos problemas que de outra forma não teriam aqui sido apresentados. Discordamos de muitas soluções propostas pelo Executivo e pela maioria, e por isso, em muitas situações votámos contra. Relembro aqui os inúmeros debates sobre a obra de requalificação urbana da cidade não corresponder às reais necessidades do município, no qual pugnámos por algumas alterações. Anualmente, batemo-nos sempre pela diminuição dos impostos municipais, numa perspetiva de uma maior justiça fiscal para os Marcoenses e como fator de atratividade, particularmente nesta época de crise. Relembro também que aqui falámos do mau estado das estradas municipais, que se mantém; da necessidade de rapidamente se realizarem obras em várias escolas – e aqui realço mais uma vez a Escola EB1 de S. Sebastião, em Penha Longa.

Não podemos deixar de lembrar que o turismo é a principal alavanca do desenvolvimento deste belo e rico interior que é o nosso concelho, e que para isso necessita que o Plano Estratégico seja efetivamente implementado. Aqui falámos também da necessidade de um maior apoio social às famílias, da criação de um Fundo Social de Habitação, da criação de um Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica. As autarquias têm o estrito dever de o fazer, particularmente em momentos de dificuldades. Neste contexto, reafirmamos que o CLAS – Conselho Local de Ação Social deve ser mais proativo. Foi também sempre uma nossa preocupação trazer a esta Assembleia questões importantes, questões urbanísticas e culturais do nosso concelho. Por isso, mais uma vez apelamos à intervenção profunda da reestruturação da nossa zona industrial no Marco, incluindo o restauro e manutenção dos edifícios históricos que, certa da nossa razão, simbolicamente e por último, exigimos a conceção de um espaço cultural e de espetáculos à altura de todos os Marcoenses, que injustificadamente não teve a devida atenção deste Executivo.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados Municipais, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores: foi assim que, com muito interesse e empenho, tratámos deste e de outros assuntos nesta Assembleia, note-se, sem qualquer representação no Executivo da Câmara. A nossa Bancada preparou rigorosamente as intervenções que aqui fez. Só assim se pode participar na vida democrática, alicerçando essa participação nas convicções, mas também na realidade e no conhecimento.

Caros deputados municipais, alguns de nós, em razão da vida democrática, abandonarão a partir de outubro esta Assembleia. Noutros fóruns virão outros deputados municipais, que acredito que continuarão a defender o melhor para os Marcoenses.

Quero, finalmente, e porque não sabemos o que o futuro nos reserva, assinalar o enriquecimento que para mim foi participar nesta Assembleia. Agradecer ainda o respeito que de todos recebi, e dizer que como Marcoense, foi um gosto dar o meu modesto contributo ao confronto de ideias e às decisões sobre o Marco de Canaveses.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado, Coronel José António Valdoleiros.



--- José António Valdoleiros (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, público, comunicação social:

Esta minha pequena intervenção tem em vista dois (2) pontos que, para mim, mexem comigo em termos sentimentais. Eu queria publicamente agradecer tudo aquilo que o Sr. José Maria Teixeira executou em prol da Assembleia, e nomeadamente em prol do deputado que muitas vezes o solicitava, e que muitas vezes o atendeu, até com prejuízo do seu descanso. Eu, como militar, sei muito bem apreciar o que é um trabalhador incansável, e o Sr. Teixeira foi um trabalhador incansável. E não ficava bem com a minha consciência se eu, neste momento, apesar de os Grupos Municipais já terem efetuado um louvor, eu não poderia deixar passar este momento sem lhe agradecer publicamente, e dizer à Mesa o quanto eu me sinto satisfeito com esta minha intervenção.

Por outro lado, também queria agradecer ao Sr. Presidente da Mesa e aos Srs. Secretários toda a atenção que tiveram para comigo. Por vezes, posso ter sido um interventor mais ou menos veemente, mas sempre pugnando pela democracia e pugnando pelo respeito mútuo. Acho que o Sr. Presidente fez um bom trabalho, acho que o Sr. Presidente conseguiu conduzir a Assembleia, em momentos difíceis, com muito bom senso, e aquilo que eu prezo muito em quem chefia e quem dirige, é preciso ter muito bom senso para se dirigir.

Sr. Presidente da Câmara, queria agradecer-lhe a atenção e o carinho com que, efetivamente, me tratou. Dos Srs. Vereadores, todos eles sem exceção, recebi de todos eles também a máxima estima e consideração, independentemente de serem, ou não, do meu Partido.

Srs. Deputados Municipais, de todos, penso que levo amigos, enfim, de coração, de todos. Eu fiz, como disse, intervenções, algumas mais dolorosas, mas sempre em prol da democracia e do Partido.

E guardo para o fim uma intervenção, que queria dizer o quanto eu estimei ali o Dr. Rolando Pimenta, pela sua atuação muito vinculativa, muito forte, sempre em defesa dos seus ideais de abril, também em defesa do Partido Socialista, nem sempre bem compreendido, mas sempre, sempre no caminho certo, na defesa daquilo que são os seus valores, e os nossos valores do Partido Socialista. Por isso é que eu agradeço, e queria, como disse, com respeito a todos os líderes dos outros Partidos, mas queria vincar, efetivamente, o Líder Municipal do meu Partido.

E por último, queria dizer que os munícipes Marcoenses vão, efetivamente, avaliar nas próximas eleições, com certeza. Eu fiz um trabalho sempre em prol do positivo, não fui capaz de fazer chicana política. Fiz aquilo que entendia que era bom para os Marcoenses, fiz aquilo em prol da transparência, de princípios em que o povo acredita. E eu penso que se, efetivamente, o povo escolher bem – e o voto é soberano – poderemos, efetivamente, ter uma Câmara como deve ser – embora não queira dizer que a Câmara que esteja não seja como deve ser, é evidente, mas “como deve ser”, quer isto dizer que a Câmara seja, enfim, da minha cor política.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Rolando Pimenta.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Em primeiro lugar, as minhas saudações à Exma. Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Exma. Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caras deputadas e deputados municipais, Marcoenses em geral, comunicação social.

Perdoem-me quebrar um pouco estas quase despedidas, mas estamos aqui para fazer política, e hoje não é o fim da democracia, a democracia continua, e felizmente continuará com as naturais divergências.

E permitam-me abrir as “hostilidades”, entre aspas, mas expressar a nossa divergência. Em 27 de fevereiro de 2016, esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade uma proposta por mim apresentada, e em nome do Partido Socialista, denominada “Marco de Canaveses – Terras de Cármen Miranda”. Encontravam-se explícitos nessa proposta os seguintes objetivos, além de homenagear a ilustre artista Marcoense reconhecida mundialmente, e passo a citar de memória esses objetivos: um deles era, através de concurso público, selecionar propostas de conceção de monumento, utilizando matéria-prima do concelho – ou seja, o granito – a erigir em local com facilidade de estacionamento e que possibilitasse à população e visitantes a fruição do espaço e apreciação da referida obra. Na conceção desse monumento dever-se-ia atender à necessidade de tal se revestir de características ímpares, de molde a criar um novo *Ex-Libris* para o nosso concelho e mais um foco de atração turística. Com esta iniciativa também se pretendia homenagear os emigrantes Marcoenses, considerando que Cármen Miranda simboliza a capacidade que os portugueses têm de se adaptar com sucesso a ambientes desconhecidos.

Atónitos, este verão assistimos à inauguração de estátua a Cármen Miranda junto ao Palácio da Justiça, não observando qualquer dos requisitos enunciados anteriormente. Sr. Presidente, como Marcoense, reconheço a sua dedicação à causa pública e a sua total disponibilidade, que é exemplar. Mas, permita-me discordar profundamente do senhor ao nível da execução política. V. Exa. referiu nesta Assembleia, durante este mandato, após intervenção da deputada, Dra. Cristina Vieira, que gostava de voar baixinho. É verdade, esta estátua simboliza essa falta de ambição que impediu a afirmação do Marco de Canaveses no contexto regional e nacional, apesar dos recursos disponíveis, capacidade de realização dos Marcoenses e localização ímpar do nosso concelho. É conveniente não esquecer que nós estamos entre três (3) patrimónios mundiais, isto além dos inestimáveis recursos naturais e patrimoniais que temos. Continuamos, infelizmente, a ser um dos concelhos menos qualificados da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que infelizmente dentro das NUT's do país, é, mesmo assim, a cauda em termos de desenvolvimento económico.

Permita-me expressar a falta de consideração que houve com esta Assembleia ao executar de forma atabalhoada uma proposta que apenas pretendia engrandecer este concelho.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís.



--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, comunicação social, Exmo. Público e outras entidades porventura presentes:

Vou começar por apresentar um voto de pesar, que passo a ler:

“É com profunda consternação que a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, na sua reunião do dia 11 de setembro de 2017, apresenta um voto de pesar pelo falecimento de S. Exa. Reverendíssima, o Bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos.

Completo no passado dia 29 de agosto sessenta e nove (69) anos de idade, sendo cidadão honorário do Município do Marco de Canaveses através da atribuição da Medalha de Honra, distinção entregue a 20 de julho de 2017 no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em reconhecimento pela sua intensa atividade pastoral e dedicação na promoção da solidariedade social, de uma missão de entrega e proximidade junto da população.

Cidadão de uma imensa bondade e humildade, cujo dom da palavra e sabedoria a ninguém deixava indiferente, a sua partida representa uma enorme perda humana e espiritual. D. António Francisco dos Santos será certamente por todos lembrado, ficando na memória e no coração o seu incansável trabalho ao serviço da Igreja, e em particular o seu olhar de esperança e a forma simples e fraterna como contactava com o próximo.

Fica o Município de Marco de Canaveses para sempre reconhecido pelo seu notável percurso evangelizador e como incontornável referência da sociedade contemporânea.

Paços do Concelho, 11 de setembro de 2017

A Mesa da Assembleia Municipal e os Líderes dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia Municipal”

Agora, passo para um voto de louvor, que não será a primeira vez que aqui se traz o andebol feminino da Associação ARCA de Alpendorada, e recentemente tivemos umas jovens, e eu sinto mesmo muito orgulho por essas jovens campeãs da Europa terem sido minhas alunas.

Passo a ler:

“Desde 2008, em competições oficiais de andebol feminino, a ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada veio colmatar, em parte, a grande lacuna de oferta desportiva dirigida ao sexo feminino no nosso concelho, em particular no Baixo Concelho. Ao longo destes anos, tornou-se num dos mais importantes clubes femininos do andebol nacional, contando hoje com mais de uma centena de atletas, abrangendo todos os escalões competitivos.

A participação ao mais alto nível nos campeonatos nacionais, a conquista de vários títulos regionais e nacionais, a presença constante de atletas nas seleções regionais e nacionais são a prova da sua vitalidade.



Culminando este percurso de sucesso, recentemente três (3) jovens atletas da ARCA sagraram-se campeãs europeias de sub-17, Divisão B, que decorreu na Lituânia: Cristiana Vieira, Inês Pereira e Catarina Mota, que foi eleita a melhor ponta esquerda da prova. Simultaneamente, Sara Brás teve uma honrosa participação na seleção que representou Portugal no Campeonato da Europa de sub-19.

Pelo exposto, propõe-se a atribuição de um voto de louvor às atletas campeãs da Europa, Cristiana Vieira, Inês Pereira e Catarina Mota, extensivo à atleta Sara Brás, que representou Portugal no Campeonato da Europa de sub-19, bem como à ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada, clube que representam.

Marco de Canaveses, 11 de setembro de 2017”

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Bruno, e só tem um minuto. Certo, Sr. Deputado. Temos também o Sr. Deputado José Fernando. Também prescinde? Então, o Sr. Deputado Jorge Pessoa.

--- Jorge Pessoa (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas deputados.

Eu também vou ser breve. Temos estado aqui a falar de louvores e de estátuas, eu agora vou meter um bocadinho mais a “mão na massa”, porque tenho ouvido muita desinformação ultimamente. Eu quero já deixar aqui um ponto prévio: eu não sou candidato a nada nas próximas eleições, portanto, não venho aqui fazer política, mas não podia deixar de dizer que tenho ouvido promessas a mais, e mentiras a mais. E como tal, tenho que deixar aqui algumas perguntas ao Executivo.

Sr. Presidente, em que situação é que se encontra o processo da Linha do Douro, porque já ouço falar que vão eletrificar a ponte – imaginem, ao que chegámos. Eletrificar a ponte não faz muito sentido, quando muito iluminá-la, mas já ouvi coisas desse género. Portanto, fala-se que as obras pararam; gostávamos de saber em que ponto está, se a Câmara tem respostas para isto.

Outro processo que também tem gerado muitas promessas e reuniões, encontros, acordos e desacordos – sinceramente, eu pensava que só a Câmara é que tinha legitimidade para negociar o processo das Águas do Marco, parece que não, há outras pessoas que sabem fazer negócios mesmo sem ter legitimidade para tal. Sr. Presidente, em que ponto está a situação das Águas do Marco? Porque eu ouço dizer que os Marcoenses andam a pagar mil e quinhentos euros (1.500€) pelas ligações – eu fiz uma ligação, paguei trezentos euros e qualquer coisa – ouço dizer que nos vão devolver o custo das ligações; eu também gostava, mas isso é possível? Não é possível?

Gostava que nos esclarecesse sobre estes assuntos. Obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada Cristina Vieira.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Atendendo a que só tenho um minuto, prescindindo dos cumprimentos.

A minha questão é muito objetiva. Como se lembram, aqui já foi debatida a construção do Ecocentro em Soalhães. A autarquia adquiriu um terreno por cerca de trinta mil euros (30.000€), que no PDM se encontrava em zona máxima de perigosidade de incêndio, questão que aqui coloquei, para surpresa minha, porque achava que aquele terreno não dava para construir, e eis que neste momento, recentemente, há pouco tempo, consegui uma planta de condicionantes da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara, em que essa mancha vermelha que existia em cima do terreno simplesmente desapareceu.

E a minha primeira questão é para o Sr. Eng.º José Mota: gostava que me dissesse se os estudos que o Sr. Engenheiro disse que estariam prontos em abril, e que eram estudos de carácter ambiental que determinariam a construção, ou não, deste ecocentro, estão realizados, até porque já estamos em setembro.

E a minha segunda questão vai para o Sr. Presidente da Câmara – porque, como sabem, é a autoridade máxima da Proteção Civil no concelho – e a minha pergunta é muito objetiva, Sr. Presidente: como é que pode alterar a planta de condicionantes sem que esta tenha sido aprovada no Plano Municipal de Defesa da Floresta, e consequentemente ser vertida na Carta de Condicionantes do PDM? Como é que isto é possível, Sr. Presidente?

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Não havendo mais intervenções, eu daria a palavra ao Sr. Presidente, ou ao Executivo, para responderem às questões que foram apresentadas pelos Srs. Deputados. Relembra também o Executivo que tem quinze (15) minutos para responder.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Múncipes e comunicação social:

Em relação às intervenções que aqui foram efetuadas no período de antes da ordem do dia, começando pela Dra. Patrícia Vieira, em que de algum modo fez também um pouco o balanço daquilo que foi a sua participação enquanto representante do Marco Positivo nesta Assembleia. Não tenho nada, naturalmente, a referenciar, só agradecer a todos os deputados, sem exceção, toda a participação que tiveram durante este mandato, como não podia deixar de ser.

Quanto à zona industrial, é óbvio que já tive oportunidade de explicar aqui que a candidatura que apresentámos no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, com os outros municípios que a integram, não veio a ser validada na candidatura ao Norte 2020. Não quer dizer, realmente, que essa candidatura não possa de novo ser apresentada, quando tivermos a



oportunidade da reprogramação do Portugal 2020, que já está a ser trabalhado, não só por parte do Governo atual, mas no diálogo com as instituições europeias, uma vez que há necessidade de se fazer essa reprogramação, que vai acontecer no ano de 2018. E por isso, da nossa parte, já o manifestei, não só ao Sr. Presidente da CCDR Norte, como também dentro da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, de que a Câmara Municipal – e agora teremos, naturalmente, que esperar pela decisão soberana dos Marcoenses no dia 1 de outubro – com certeza que não vai perder a oportunidade de, de novo, apresentar a candidatura, seja ela novamente de forma partilhada com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, seja ela de forma individual, enquanto município. Para o projeto que tínhamos de requalificação da atual zona industrial do Marco, bem como a sua ampliação para toda aquela área por trás do Intermarché, precisamos, de facto, de ter apoio de fundos comunitários para, realmente, podermos levar essa empreitada a bom marco – há quem diga “a bom porto”, mas como estamos no Marco, acho que fica melhor a expressão “a bom marco”.

Centro Cultural de Marco de Canaveses, diz que não há nenhum projeto. Como sabe, pagámos, realmente, aquele edifício que está ali, do antigo Cineteatro Alameda, temos o projeto do Centro Cultural, que está neste momento em concurso público, temos uma candidatura aprovada para fundos comunitários, de oitenta e cinco por cento (85%) de apoio num projeto de um milhão e trezentos e tal mil euros. Até ao dia 14, aguardamos a apresentação de propostas neste concurso público internacional, estamos por isso a aguardar a apresentação das propostas para podermos fazer a avaliação e podermos, realmente, adjudicar e começar a obra. É uma das obras que eu levo com pena, uma vez que foi um esforço nosso de procurarmos, realmente, resolver este *dossier*, que foi um *dossier* polémico, como sabem, antes de nós estarmos em funções, mas que nós tivemos que assumir aquele edifício, e que ali queremos ter desde uma sala de espetáculos – que eu gostava que não ficasse pelos duzentos e vinte (220) lugares, mas sim pelos trezentos (300) lugares, que seria o desejável para um município da dimensão de Marco de Canaveses, que é um município médio de Portugal – termos, realmente, a biblioteca nova, uma BM2, uma biblioteca da dimensão de Marco de Canaveses, de mais de cinquenta mil (50.000) habitantes, moderna, do séc. XXI, e também o Espaço Arte que tem sido um sucesso no nosso Museu Municipal Cármen Miranda, com tantas exposições dos nossos concidadãos e tantos outros que têm vindo fazer exposições permanentes ao longo destes doze (12) anos, aqui em Marco de Canaveses. Por isso, esse, de facto, vai ser o Centro Cultural de Marco de Canaveses. Espero que no ano de 2018 ele fique concluído. Gostava de o ter concluído no meu último mandato, mas infelizmente não foi possível. Fica, como digo, a obra, e espero que ela ainda possa iniciar-se, mas provavelmente ficará só pela adjudicação da obra, e ela logo se iniciará no início do próximo mandato.

Rede viária: devo dizer que é um grande investimento que fazemos ao longo de todos os mandatos. Neste mandato ainda estamos a fazer muitas pavimentações, calcetamento, passeios – nunca se fez tantos passeios, e mesmo assim, naturalmente, devemos estar ainda insatisfeitos porque ainda temos quilómetros e quilómetros a perder de vista em que as pessoas ainda continuam a andar nas bermas, na valeta, e não com passeios como seria normal e desejável, mas temos mil e setenta quilómetros (1.070 km) de estradas e caminhos municipais, para além das estradas nacionais onde estamos a fazer algo que devia ser as Infraestruturas de Portugal, mas que não faz, e é a Câmara Municipal que o está a fazer nas estradas nacionais, muitos passeios, e rebaixámos os passeios aqui na cidade – há quem defenda rebaixá-los, já estão rebaixados – é das poucas cidades de Portugal que tem todos os passeios rebaixados aqui na



sua cidade, como também o fizemos já na Vila de Alpendorada, e já estamos a fazê-lo em muitos centros cívicos das diferentes freguesias do nosso concelho.

Quanto à intervenção do Sr. Coronel José António Valdoeiros, agradecer-lhe as suas palavras e o agradecimento que fez a todos nós, pela forma naturalmente viva, muitas vezes, até acutilante, mas respeitosa, e por isso lhe agradeço. E desejar-lhe, como digo, a sua plena recuperação, como tive oportunidade de lhe desejar enquanto, realmente, esteve num momento de maior fragilidade de saúde. E desejar-lhe também felicidades para o futuro.

Dr. Rolando Pimenta, pelos vistos não gosta da estátua a Cármen Miranda. A democracia é assim: uns gostam, outros não gostam. Eu respeito. Procurámos, naturalmente, fazer aquilo que efetivamente decorreu de uma recomendação da Assembleia Municipal; essa recomendação foi reiterada ainda muito recentemente numa outra deliberação na Assembleia Municipal de Tabuado, como bem se recordam, através da comissão que apresentou um conjunto de propostas, entre as quais essa que falava, e eu disse que a proposta já está em execução, aquilo que é, realmente, uma estátua a Cármen Miranda, de corpo inteiro. Procurámos um local nobre, no coração da cidade, junto ao Palácio da Justiça, acho que ficou muito bem. Temos recebido elogios – é a primeira crítica que recebemos, devo dizer, foi a sua; ainda não tivemos ninguém a dizer mal. Também não fizemos nenhum referendo para ouvir a opinião generalizada dos cinquenta e três mil (53.000) Marcoenses, mas as opiniões que nos chegaram são positivas. Olhe, desde logo até a Sra. Juíza Presidente da Comarca Porto – Este, onde realmente se integra o nosso Tribunal do Marco, felicitou-nos pela qualidade da estátua e pela dignificação que fez de todo aquele espaço junto ao Palácio da Justiça. É a única coisa que posso dizer. E procurámos, naturalmente, aproveitar até mais uma efeméride da morte – neste caso, gostaríamos que fosse da vida e não da morte – de Cármen Miranda, no 5 de agosto fizemos ali uma cerimónia, estava um calor abrasador, mas eu penso que apesar de tudo fizemos uma cerimónia singela, mas digna, para realmente ali perpetuarmos, e para acima de tudo ficar uma memória futura para aqueles que nos visitam, e até para as novas gerações, para saberem quem foi esta nossa concidadã que, de facto, valorizou a cultura portuguesa, valorizou Portugal e o Marco de Canaveses, apesar de só ter aqui nascido e não ter voltado mais em vida. Mas, de facto, tentámos fazê-lo, e é assim que temos vindo a fazê-lo, com todas as iniciativas. De resto, temos procurado, como digo, em vários eventos, em vários momentos, valorizar a personalidade – ainda agora, na sua terra natal, logo passado poucos dias, Várzea, Aliviada e Folhada, fizemos a adaptação de uma escola, antiga Escola da Portela, onde ali vai funcionar o Centro Cultural Cármen Miranda, com uma sala para centro de convívio, que a Junta de Freguesia já abriu inscrições para o efeito dos nossos maiores, para poderem frequentar uma das salas, e também uma outra para as atividades de caráter cultural, recreativo, também de atividades das próprias coletividades da freguesia – sei que parece que ainda vai haver um encontro de coletividades da freguesia neste mês de setembro. Acho que ficou uma escola com outra utilidade funcional, com o Centro Cultural e Social Cármen Miranda, fazendo por isso, neste caso, mais uma homenagem na terra que a viu nascer, em S. Martinho, dentro da Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada.

Também, naturalmente, agradecer ao Sr. Dr. Rolando Pimenta também a sua participação. Naturalmente que tivemos divergências fortes e conhecidas, mas da minha parte, como deve calcular, eu sou um democrata antes de ser um social democrata, e sou português também, e como português e Marcoense respeito os meus concidadãos portugueses e Marcoenses, e por isso também o respeito a si.



Em relação ao Sr. Prof. Mário Luís, quanto ao voto de pesar em relação ao falecimento repentino de D. António Francisco dos Santos, nosso Bispo do Porto, de facto, hoje fomos colhidos com essa notícia tão triste. Nós tivemos ainda o gosto e o prazer de o homenagear, de lhe tributarmos também o nosso agradecimento como um Bispo da Igreja, um homem de proximidade, e não foi só pelos cerca de quatro (4) anos que esteve aqui à frente, como Bispo Diocesano do Porto, mas também por aquilo que ele já representava, exatamente, enquanto Bispo da Igreja Portuguesa, praticamente quase nosso conterrâneo de Cinfães, na imagem muito positiva que deixou na Diocese de Aveiro, a diocese anterior, e agora aqui também ser um bispo de grande sabedoria, simples, próximo, de afetos, como realmente nós sempre o vimos estar na vida, na vida episcopal e na vida cívica. E aqui esteve, e nós tivemos o gosto de lhe tributar a Medalha de Honra do Município, que lhe conferiu o estatuto de Cidadão Honorário, aqui o recebemos com todo o gosto no dia 20 de julho – já que não pôde estar no dia 15, porque teve que presidir às exéquias do Sr. Comendador Américo Amorim no Mosteiro de Grijó, em Vila Nova de Gaia, na mesma hora, e veio logo no dia 20, e aqui tivemos o salão também a recebê-lo, acompanhado de dois (2) bispos auxiliares, D. António Taipa e D. António Augusto, Bispos Auxiliares do Porto. E no sábado passado, exatamente, parecia que ele estava a adivinhar que ia partir e que se queria despedir da sua diocese, exatamente no santuário do mundo, em Fátima. Ali esteve com setenta (70.000), oitenta mil (80.000) pessoas, foi, de facto, de toda a diocese, das quatrocentas e setenta e sete (477) paróquias, das trinta e duas (32) paróquias de Marco de Canaveses, ali estiveram mais de duas mil (2.000) pessoas também do Marco de Canaveses, lá estivemos, e tivemos o gosto, naturalmente, de estar na celebração a que ele presidiu, juntamente com os bispos auxiliares, também com o Bispo Diocesano de Leiria e Fátima, que esteve aqui vinte e cinco (25) anos na Diocese do Porto, até como Reitor do Seminário, e que também fez uma saudação a todos nós, muito agradável, muito simpática, que lhe tributámos também uma salva de palmas, D. António Marto, também um homem que está ligado muito à Igreja do Porto, e está como Bispo da Diocese de Leiria e Fátima já há uns anos.

E por isso, estamos tristes por, realmente, ele ter partido. Acho que ainda era uma pessoa que esperávamos muito dele, e enfim, é assim. E por isso, naturalmente que nos associamos ao voto de pesar, como também o vamos fazer na nossa Reunião Pública da próxima quinta-feira, na Freguesia de Bem Viver, onde, realmente, também temos um voto de pesar que já mandei hoje para os Srs. Vereadores, para podermos também lhe tributar a nossa última homenagem, e lá estaremos na quarta-feira, às quinze horas (15h00), na Sé Catedral, para estarmos presentes nas suas exéquias. E por isso, paz à sua alma, é isso que nós temos que desejar a D. António Francisco dos Santos, nosso concidadão honorário de Marco de Canaveses.

Naturalmente também estar concordante com o voto de louvor às nossas campeãs europeias que honram o Marco de Canaveses e honram Portugal, a Catarina Mota, Cristiana Vieira e Inês Pereira. Vamos recebê-las aqui, já fizemos também um voto de louvor na Reunião de Câmara última, de dia 4, vamos recebê-las aqui no Salão Nobre no próximo dia 13, às dezanove horas (19h00) – quem quiser estar, teremos todo o gosto – para lhes entregarmos esse voto de louvor, às nossas atletas que, de facto, dignificam o Marco de Canaveses e Portugal sendo campeãs, na seleção nacional, campeãs europeias de andebol, neste caso Campeonato da Europa de Andebol em sub-17. E também à Sara Brás, vamos fazer-lhe também um voto de louvor por ter participado no Campeonato da Europa de sub-19.



Quer dizer, eu não vou agora, se calhar, referir-me a todos, porque há uns que vão continuar, deputados, etc., e penso que há depois um momento na parte final, das despedidas, e depois, se calhar, referir-me-ei com mais pormenor a essa despedida da última reunião da Assembleia Municipal deste mandato.

Sr. Deputado Jorge Pessoa, em relação à eletrificação da Linha do Douro, é verdade que houve mais um contratempo: a empresa que tinha assumido, uma empresa espanhola com uma portuguesa, os chamados subempreiteiros, a quem tinha sido passada a cessação do concurso internacional que tinha sido ganho pela Isolux, um consórcio espanhol que acabou por não poder assumir a responsabilidade de concluir as obras nos túneis, porque contavam que, de facto, fosse possível rebaixar os túneis através do balastro para poder pôr a catenária para que, então, a eletrificação se pudesse operar. De facto, acabaram por detetar e descobrir que, afinal, havia ali uma massa rochosa mais extensa e profunda do que aquilo que era o simples afloramento, que era aquilo que eles pensavam que existia, e como tal, não aceitaram – apesar da insistência das Infraestruturas de Portugal, da sua Administração ao mais alto nível, desde o Presidente António Laranjo, passando pelo Sr. Vice-presidente, Eng.º Carlos Fernandes, que esteve aqui exatamente há poucos dias, aqui na Reunião de Câmara na semana passada, acompanhado de outros técnicos, e que lhe solicitámos essa reunião, para além das conversas que fomos tendo e os *e-mails* que fomos trocando, e as conversas que fomos tendo ao telefone, e fizemos questão, lá ou cá, de ter uma reunião, e acabaram por poder vir até cá, ter uma reunião aqui na Câmara Municipal, e de facto, explicaram-nos com detalhe – e convidei também a Comissão de Utentes, porque eles próprios também se tinham manifestado, e têm tentado acompanhar todo este processo, para que também assistissem à reunião. E então, o que nos foi dito é que a obra, de facto, começou, como sabem, em 2015, devia ter estado pronta em 8 de agosto de 2016; fruto das dificuldades financeiras do consórcio espanhol Isolux, acabaram por fazer a cessação para os dois (2) subempreiteiros. Este acabou por abandonar a obra sem a poder concluir. A parte exterior está praticamente pronta, apesar de nós acharmos que há ali coisas para ainda resolver na própria Estação da Livração, que aproveitamos para que isso seja feito, o acesso mais direto à gare do parque de estacionamento, gostaríamos de ter um parque maior, e há espaço para ter um parque maior, onde a Câmara já estava disponível, se a obra ficasse pronta este ano, como desejávamos que ficasse, poderemos até preparar...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu agradecia que concluísse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Estou a tentar responder às questões colocadas, porque isto é para explicar o que se passa, e aquilo que nos foi dito. Pedia, por isso, a compreensão do Sr. Presidente e da Assembleia. Mas, vou tentar acelerar.

Dizer que, efetivamente, gostaríamos também que fossem feitas algumas correções na obra, mesmo nas gares, etc., da Estação do Marco e da Estação da Livração, porque chamámos à atenção para alguns pormenores. Já que estão agora a fazer um novo projeto de tudo o que falta, designadamente dentro dos túneis, aproveitar para fazer mais algumas coisas também fora. E decidiram – e eu acho bem, temos pena que não tivesse sido logo *ad initium*, como já esteve previsto anteriormente, também requalificar a linha, ou seja, fazer a renovação da via, renovação integral da via. E por isso, acho que isso é positivo, nesse aspeto é positivo, é, de



facto, um ganho nesse aspeto, este contratempo, porque assim já vão avançar. Obra que já aponta para dezassete milhões (17.000.000€), o novo concurso, é a estimativa, admito que fique abaixo disso, e é isso que estão neste momento a ultimar, neste mês, o novo projeto do que falta, bem como a renovação integral da via, e depois dizem que vai abrir um concurso limitado a empresas pré-qualificadas, já experientes e conhecedoras para o tipo de obra que se pretende que seja feita, e nessa altura, eles acham que até abril o concurso estará concluído e a obra adjudicada para começar; querem ver se fazem isso até junho, porque em julho e agosto entram os comboios turísticos, ou históricos. Por quê? Porque eu tenho vindo a defender que eles deveriam interromper, naqueles meses da obra, que são três (3) meses – já deveriam ter interrompido agora nesta que esteve a ser feita, só interrompiam durante meia dúzia de horas por noite. Monta via, desmonta via, monta via, desmonta via, dá um trabalhão e nunca mais acaba, para além de todos os problemas que foram encontrados nos túneis. Como tal, agora a ideia deles – ainda não tomaram a decisão final, mas estão a ponderar seriamente essa sugestão que deixámos, que era, realmente, interromper durante o dia todo, e nessa altura vai ser feito o transbordo através dos transportes rodoviários, durante três (3) meses. Pronto, e é isto que eu posso dizer, que é o ponto da situação. Se entretanto houver aqui algum atraso, é evidente que vai ter que saltar o mês de julho e agosto, e então a obra vai ser retomada depois disso, e quer dizer que já se vai arrastar até finais do ano de 2018, senão poderá estar pronta no verão de 2018. É o calendário, o cronograma que nos apresentaram, financeiro e temporal, da obra.

Em relação ao processo das águas, já disse, mantém-se. Nós temos um pré-acordo com a empresa Águas do Marco para terminar esta concessão, consideramos que ela não é a melhor para a nossa terra, nunca foi, foi leonina, não defendeu os interesses dos Marcoenses, particularmente das famílias mais pobres, porque não podem pagar valores astronómicos das ligações, e achamos que das ligações nem sequer deviam pagar nada, ou quando muito pagarem uma coisa simbólica, é isso que o PSD sempre defendeu aqui na Câmara Municipal desde o primeiro momento, desde há doze (12) anos, e como tal pedimos a adesão às Águas do Norte – que agora não será do norte só, uma vez que foram desagregados os sistemas que o Governo anterior agregou, que são as Águas do Douro e Paiva, a CIMDouro e a parceria que restar das Águas do Norte. Por isso, estamos à espera que aceitem, naturalmente, que nós integremos, mas como sabem, estavam nesse processo de desagregação, isso ainda passa pelas Assembleias e Câmaras Municipais, reuniões do Executivo e das Assembleias Municipais dos diferentes municípios que integram estes sistemas multimunicipais, e por isso tem a sua morosidade. Por isso, já não foi possível, já não vai ser possível neste mandato, mas eu penso que as coisas estão bem encaminhadas. Mas, a Câmara que aí vem, que vai ser eleita pelos Marcoenses no dia 1 de outubro, é soberana para, se assim entender, renegociar tudo aquilo que já está neste momento pré-negociado, e que está realmente esta opção, que achámos que era o melhor para o Marco de Canaveses, porque como social democrata que sou, sou contra a privatização da água, porque a água é um bem vital para a vida humana, para a vida animal, e por isso sou contra esta privatização. Acho que deve estar no sistema público, enquanto social democrata que sou, convicto, é assim que eu defendo e é assim que defendem os meus pares na Câmara Municipal.

Se puder dar uma resposta à Sra. Dra. Cristina Vieira, sobre a questão do ecocentro, seria o Sr. Vice-presidente, Sr. Presidente da Assembleia. Se for possível, agradecemos também à Assembleia.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava, então, a palavra ao Sr. Vice-presidente, para dar as respostas que faltam ainda.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito boa noite a todos. Cumprimento rapidamente todos os presentes, a Mesa da Assembleia, os Srs. Deputados, público em geral, quem nos ouve aos microfones da rádio, o Sr. Presidente da Câmara e os meus colegas vereadores.

Em resposta à questão da Dra. Cristina Vieira, muito brevemente, eu não tenho conhecimento de nenhuma alteração à planta de condicionantes, não tenho conhecimento de que tenha sido feita. Da mesma maneira, relativamente aos estudos da Resinorte, ainda não fomos informados por parte da Resinorte da realização dos estudos.

É tudo quanto posso dizer. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então, à votação do voto de pesar, vamos fazer a votação do voto de pesar pela morte de S. Exa., Reverendíssimo Bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Um voto de louvor pelos serviços prestados a este órgão municipal pelo Sr. José Maria Pereira Teixeira. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Um voto de louvor à Rádio Marcoense pela sua contribuição para a construção, valorização e solidificação da democracia em Marco de Canaveses. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

E um voto de louvor às atletas campeãs da Europa, Cristiana Vieira, Inês Pereira e Catarina Mota, extensivo à atleta Sara Brás, que representou Portugal no Campeonato da Europa de sub-19, bem como à ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada, clube que representam. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passaríamos, então, agora ao **Ponto n.º 2**, Período de intervenção do público.

Eu daria a palavra aos Srs. Múncipes que desejarem fazer a sua intervenção, sabendo que o tempo de cada munícipe será de cinco (5) minutos e servirá para pedir esclarecimentos ao Executivo. As pessoas que desejarem intervir, agradeço que depois, quando chegarem ao púlpito, que possam dizer o seu nome para ficar gravado.

Eu daria a palavra ao munícipe, Sr. Samuel Vieira.

--- Samuel Vieira (Munícipe) ---

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, elementos da Assembleia, público, comunicação social e público em geral.



As minhas questões são muito concretas, têm a ver com a questão da água e do saneamento. Queria saber qual era o ponto de situação relativamente à Rua da Estalagem e à Rua da Vinha, em Tabuado, visto que já me foi dito há um ano que estava em concurso, realmente fizeram-se lá umas marcações na estrada, a amarelo, até visíveis, aquilo foi mesmo para impressionar, “vamos ter água”, mas até à data... Queria saber qual era o ponto de situação, se está em concurso, se foi feito ajuste direto, o que é que se vai passar até dia 1 de outubro.

Outra das questões que queria colocar aqui ao Sr. Presidente tem a ver com a água e saneamento. Ouvi o Sr. Presidente aqui a referenciar, nem tinha isto aqui para questionar, mas fiquei um bocadinho admirado. O Sr. Presidente disse que pediu a adesão às Águas do Norte, então o Sr. Presidente está a dizer que vai assumir a dívida e a sentença que está a ser discutida em recurso perante a empresa Águas do Marco. Se vai cumprir, qual é a forma como vai pagar estes treze milhões (13.000.000€) a que está condenado. O Sr. Presidente diz que pediu a adesão; pediu a adesão sem ter o problema resolvido com as Águas do Marco? Uma coisa muito estranha. Queria saber, se realmente pediu a adesão, como é que vai fazer o pagamento e vai resolver o problema com a empresa Águas do Marco.

Outra das questões que eu queria perguntar, ainda sobre as águas, gostava de saber quanto é que o Sr. Presidente, nestes doze (12) anos que cá esteve, gastou em advogados diretamente com este processo, o valor com departamentos jurídicos e pareceres jurídicos relativamente a este processo.

Relativamente aos ajustes diretos, já questionei isto na última Assembleia, o Sr. Presidente não quis responder, mas eu sou persistente e não me canso, volto a perguntar: Sr. Presidente, quantos ajustes diretos é que a Câmara Municipal fez no decorrer de 2017, e qual foi o valor em euros. Visto que a Câmara tinha doze milhões (12.000.000€) para investir, certamente teve aqui muito tempo para fazer concursos, e o que se tem visto nestes últimos dias no Marco, acho que não passa despercebido a toda a gente, quando nós ouvimos aqui doze (12) anos a dizer que não havia dinheiro, que não havia nada, afinal apareceu tudo num mês.

Motoristas: tenho que lhe perguntar, Sr. Presidente, mais uma vez – eu sei que o Sr. Presidente não gosta deste assunto – mas eu queria saber a quantidade de horas extras que foram pagas em 2017 aos motoristas desta Câmara. Também queria saber quantos dias de compensação é que foram dados, para nós sabermos – quando os Presidentes de Junta perguntam por máquinas e o Sr. Presidente diz que não tem motoristas, nós sabemos onde é que eles estão: estão a gozar dias de compensação, por o Sr. Presidente andar a utilizar quando não deve.

Há uma questão que foi levantada nas últimas Assembleias, relativamente à instalação do supermercado em Alpendorada, eu queria saber por que é que o Sr. Presidente não trouxe a deliberação deste assunto à Assembleia Municipal. Acho que a Lei é clara neste aspeto, o Sr. Presidente, não sei como é que ultrapassou este constrangimento relativamente a esta questão.

Eu agora fiquei admirado, recentemente vi um edital a dizer que ia haver uma Reunião Pública novamente. Houve uma há um mês em Tabuado, e agora há outra em Bem Viver. O Sr. Presidente disse em Tabuado, eu estava lá presente, e o senhor disse: “Nesta Reunião Pública, vamos fazer esta série de protocolos...”, eram cinquenta e oito (58), cinquenta e oito (58) protocolos que foram lá aprovados. Agora, queria perguntar, não sei, o Sr. Presidente



certamente vai-me dizer, se calhar, que não tem a documentação, mas deve saber quantos protocolos é que vão ser aprovados nesta reunião, porque este filme já foi visto em 2005, no tempo do Sr. Norberto Soares.

Não tenho mais nada a acrescentar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Sr. Município. Eu peço desculpa, não sei o seu nome, mas agradecia depois que dissesse o seu nome, se não se importa. Obrigado.

--- Vítor Machado (Município) ---

Boa noite. O meu nome é Vítor Machado. Obrigado pela oportunidade.

O que me traz aqui já é conhecido do Sr. Presidente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, é uma questão de acessibilidades no Campo da Quebrada, em Fafiães, Vila Boa do Bispo. É já um tema muito antigo, e um tema que tem sido protelado, de alguma forma, pelo Sr. Presidente, acredito – ou não, não sei, ou tem a ver com uma questão de prioridades. Só para enquadramento, este já é um tema com várias décadas – o meu avô faleceu em 1991 e já nessa altura andava a lutar pelo caminho. O caminho, hoje em dia, em termos de complexidade técnica, é de complexidade técnica reduzida, não é desnivelado, e portanto, se houvesse boa vontade e intenção para tal, o caminho já estaria feito. Em 2015, fizemos uma interação informal com o Sr. Presidente, em setembro, mostrou boas intenções, que poderíamos rapidamente aceder ao caminho; em 2016 tive várias interações com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que mostrou também muito interesse em termos o caminho aberto, as acessibilidades ajustadas e com dignidade ao séc. XXI; 2017 foi um ano difícil, sem qualquer resposta concreta, quer por parte da Junta, quer por parte do Sr. Presidente da Câmara.

E o que eu venho aqui pedir é que eu, neste momento, sinto-me perdido, ou quase, neste labirinto burocrático de como é que nós podemos resolver a situação. Eu não gostaria que me dissessem que a situação há de ser resolvida amanhã, não vai ser resolvida amanhã; eu gostaria era que num plano de horizonte me dessem a perceber se no próximo ano, por exemplo, há ou não orçamento para fazermos – e segundo o *Google Maps*, Sr. Presidente, nós estamos a falar de trezentos e cinquenta metros (350 m). Tínhamos uma ação, tínhamos um cenário 1 e um cenário 2, cenário 2 discutido com o Sr. Presidente. Eu posso entregar-lhe todo o levantamento de fotografias que fiz, são quatrocentos metros (400 m), via *Google Maps*. Posso partilhar consigo as fotografias. Tínhamos um cenário 1, que implicaria trezentos e cinquenta metros (350 m) de alargamento, e tínhamos um cenário 2, que implicaria apenas cento e setenta e cinco metros (175 m) de alargamento, uma coisa mínima. Não é pelas restrições orçamentais certamente, porque o impacto é baixo. E a minha pergunta é simples: neste momento estou perdido num labirinto burocrático, quer da Câmara, quer da Junta, não sei muito bem. Não sou político, sou mero cidadão, mas também não gostaria – e aproveitava aqui a oportunidade, porque muito se falou do Sr. José Teixeira, e eu também tinha que dizer aqui bem do Sr. José Teixeira, porque das várias interações que tive com a Assembleia, o Sr. José ficou sempre com o ónus de partilhar aqui algum *feedback*, e foi de forma construtiva e participativa, dando-me sempre *feedback*. E a questão, Sr. Presidente, era: podemos contar com um caminho em 2017? Sei que não é uma boa altura para fazer o reforço, mas obviamente a política, como alguém disse, vai continuar, independentemente do que aconteça a 1 de outubro.



Fica aqui o meu pedido, uma vez mais, nove (9) meses depois da minha primeira interação. A minha intervenção é: o caminho continua sem se fazer, e eu continuo sem respostas num plano a médio e curto prazo para a sua resolução.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vítor Machado. Eu daria a palavra, então, ao Sr. Presidente para responder ao Sr. Samuel e ao Sr. Vítor, caso seja esse o seu desejo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes e comunicação social.

Em relação à intervenção do Sr. Município Samuel Vieira, em relação à Rua da Estalagem e Rua da Vinha, a questão da rede de água e de saneamento, está, de facto, já em relatório final para se fazer a adjudicação e o respetivo contrato para que a obra seja realizada. É isso que eu tenho, neste momento, objetivamente, para lhe dizer.

Em relação à questão das Águas do Marco, eu quero dizer, de uma forma mais uma vez clara, para não haver equívocos, acho que é uma matéria que está aí já na ordem do dia eleitoral, e acho que é bom que as pessoas saibam a verdade e se fale verdade. Estamos à vontade para falar sobre o *dossier*, que agora conhecemo-lo mais do que conhecíamos há doze (12) anos, quando o assunto esteve também como ponto central das eleições autárquicas de 2005. Da nossa parte, sempre dissemos que aquele contrato tinha que ser reavaliado com vista a repor o interesse público que devia estar defendido desde o primeiro momento em que ele foi pensado, e depois assinado por quem assinou, antes de nós. E por isso, fizemos, de acordo com a informação que sempre prestámos a esta Assembleia Municipal e à Câmara Municipal, procurámos através do diálogo – porque somos assim, como sociais democratas somos homens de diálogo e de concertação, não temos medo de ruturas quando não nos deixam outro caminho na defesa do interesse público, que tem de estar sempre acima daquilo que deve ser a nossa ação, sempre os superiores interesses do concelho e dos seus cidadãos. Foi sempre assim que tentámos pautar a nossa atuação nestes doze (12) anos ao serviço da nossa terra. E por isso, nós tentámos dialogar com vista a rever o contrato. Não foi possível. E para nós, rever o contrato era baixar o tarifário em trinta por cento (30%), no mínimo, porque não punha em causa o equilíbrio económico-financeiro da concessão, e também alargar a rede, de sessenta por cento (60%) que estava prevista de saneamento para setenta e cinco por cento (75%). Já era uma cobertura satisfatória, apesar de nós gostarmos de ir mais longe, mas em dois (2) mandatos, que era aquilo que nós tínhamos como previsão, se as coisas tivessem sido possíveis através do diálogo, ir a setenta e cinco por cento (75%) da rede de esgotos, e oitenta e cinco por cento (85%) de abastecimento de água ao domicílio, água potável nas torneiras das casas dos nossos concidadãos. E depois, a seguir, com certeza que se poderia ir aos noventa (90%) ou até noventa e cinco por cento (95%), que era o que estava estabelecido no PEASAR II, e aquilo que se estabelece a nível do nosso país e da União Europeia, e porque nós também temos que olhar para o concelho que é, a sua realidade geográfica, um concelho com uma orografia difícil, com as casas construídas onde as pessoas tiveram oportunidade de as construir, dentro dos terrenos



que até muitas vezes herdaram. E como tal, há realmente muitas casas bastante dispersas, e é preciso depois ter lá a água, o saneamento, a estrada, a luz, e por aí fora. E por isso, nós achámos que setenta e cinco por cento (75%) de esgotos e oitenta e cinco por cento (85%) de água era uma boa resposta, para termos uma resposta satisfatória no conjunto do concelho, sem prejuízo de depois podermos ir mais longe. E como tal, eles não aceitaram, nunca aceitaram. Daí nós termos tomado a iniciativa que estava no contrato de concessão, numa das cláusulas, a modificação unilateral, onde, ao fim e ao cabo, impusemos essa modificação, assumindo nós os investimentos, na perspetiva de também podermos ir a fundos comunitários, porque só assim é que seria possível, para podermos conseguir a receita necessária para fazer o investimento nos tais dois (2) mandatos em que queríamos, realmente, executar a rede de água e saneamento no nosso concelho. A verdade é que eles, logo a seguir, também aplicaram outra cláusula, o Tribunal Arbitral, Tribunal Arbitral em que pediram trinta milhões (30.000.000€) pela nossa ousadia de repor o interesse público da concessão, que devia estar defendido desde o início. E a seguir fomos condenados, ao fim de mais dois (2) anos, em dezasseis milhões (16.000.000€). Dezasseis milhões (16.000.000€), que entretanto nós achámos que não foi julgado como devia aquilo que estava ali também em causa naquela concessão, e como tal achámos que havia razões para recorrermos da decisão, e recorremos com os nossos juristas, em mais de trezentas (300) páginas, que diziam que era impossível, que não havia recurso possível do Tribunal Arbitral, e a verdade é que o Supremo Tribunal Administrativo – é certo, com estes anos todos – deu-nos razão, foi admitido o recurso, e estamos à espera de ser julgado.

Mesmo assim, como homens de diálogo e de concertação, nós não desistimos de continuar a dialogar, procurámos sempre manter uma relação de diálogo e de abertura com a empresa. E nesse sentido, procurámos ver se conseguíamos encontrar uma solução de compromisso em que pudéssemos, realmente, ultrapassar até o diferendo litigioso que estava no Tribunal Arbitral. Da nossa parte, fizemos sempre tudo para que isso acontecesse. Algumas Administrações foram mudando, esta última manifestou mais alguma abertura, e é por isso que temos um pré-acordo estabelecido com a atual Administração das Águas do Marco – que agora já não vamos sequer a Sintra, à AGS; vamos a Madrid, exatamente a Madrid, para realmente dialogar com quem são os principais financiadores das Águas do Marco. É exatamente em Madrid, mas as águas continuam a chamar-se do Marco de Canaveses. E é por isso que, efetivamente, nós temos esse pré-acordo, mas para que esse pré-acordo seja exequível, nós tivemos que dialogar com as Águas do Norte. E dialogámos, e temos, realmente, abertura para que eles nos possam receber. Houve entretanto eleições legislativas, houve mudança do Governo, houve mudança de política da água em termos dos sistemas multimunicipais, e como tal, aquilo que tinha sido acabado de fazer, que era a agregação de sistemas em cinco (5) grandes sistemas multimunicipais no espaço nacional, acabou por agora estarem novamente a serem desagregados. Ressuscitaram as Águas do Douro e Paiva, um dos sistemas a que teremos que aderir, a CIMDouro é outro dos sistemas, e àquilo que será a parceria final das Águas do Norte. Estamos a aguardar. É evidente que para que esta equação se possa resolver, esta solução se possa encontrar, naturalmente que também é importante a nossa integração nos sistemas multimunicipais do norte – agora digo assim genericamente, do norte – porque isso também vai, com certeza, permitir-nos alavancar as verbas necessárias para podermos fazer face, naturalmente, àquilo que é, no fundo, terminar com esta concessão, resgatar a concessão, que, neste momento, penso que é a melhor solução. Mas como digo, a nova Câmara estará na liberdade plena de decidir o que achar melhor, no diálogo, com certeza, com todas as partes. É assim que eu penso, mas da nossa parte, nós fizemos o trabalho que nos cumpria fazer, tentando repor o interesse público, tentando defender



o interesse dos cidadãos do Marco, todos sem exceção, a começar pelas famílias, porque é uma vergonha, é um escândalo internacional pedirem setecentos (700€), novecentos (900€), mil e quinhentos euros (1.500€) por ligações da rede de água e saneamento. Isso é inaceitável. E nós, como sociais democratas, como defensores e representantes do município, não aceitamos. E é por isso que achamos que se formos para o sistema multimunicipal público, para não se pagar nada, ou será apenas uma coisa simbólica. Simbólica ainda é aceitável; mais do que simbólico não é aceitável. Essa é a posição do Partido Social Democrata, que tem estado à frente dos destinos deste concelho nestes anos, e que sempre o fizemos com toda a galhardia, na defesa dos interesses dos cidadãos. E estamos disponíveis, temos a consciência tranquila de que fizemos. É evidente, se me perguntam se eu gostava de ter este assunto já resolvido há dez (10) anos atrás, há doze (12) anos, há oito (8) anos, com certeza que sim, foi logo dos primeiros *dossiers* que nós agarrámos, e começámos a dialogar. Agora, estava de tal maneira blindado, isto é um nó górdio, que é difícil desatar este nó górdio, e não fomos nós que o criámos. É bom também nestas eleições que a memória não se perca, quem é que nos deixou esta concessão. É que falam muito como se porventura fossem umas virgens públicas nesta matéria, e de virgens não têm nada; nada, absolutamente nada. E nós estamos à vontade, muito à vontade para falar sobre isto, quem é que defende o interesse do concelho, do concelho e dos cidadãos do Marco, e quem não os defendeu, e que parece que agora vem defender aquilo que realmente nos deixou. Pronto, e por isso, sobre esta matéria, não tenho mais nada para dizer neste momento.

Quanto aos ajustes diretos, meu caro amigo, é só ir à plataforma. Já que tem tempo – e já vi que tem – faça favor, vá à plataforma, estão lá todos, é tudo transparente, cristalino, como todos os municípios de Portugal fazem, de todas as áreas, o próprio Estado, etc. Por isso, não sei onde é que está a novidade; estamos a fazer de acordo com aquilo que é agilizar, fazer as obras que as pessoas precisam, que o concelho deseja, que os Srs. Presidentes de Junta do seu Partido, e do meu Partido, e de todos os Partidos, desejam que se façam todos os dias. E por isso, nós fizemos de forma gradual, ao longo de todo o mandato.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Caro munícipe, eu agradecia silêncio para as respostas. Obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Quanto aos motoristas, devo dizer que eu tenho um motorista chamado Armando Moreira. Foi esse o motorista que me foi distribuído logo no início do meu primeiro mandato. E a partir de certa altura – penso que ele ainda esteve assim durante três (3) anos, em que ele estava comigo durante a semana e ao fim de semana – entendeu-se, até para que também ele pudesse ter a liberdade de ter descanso com a família, que ao fim de semana outros motoristas que são motoristas do município e que têm trabalho ao serviço do município, das nossas escolas, das nossas instituições, durante a semana e ao fim de semana, alternadamente vem um outro colaborador para, naturalmente, estar comigo ao fim de semana. Mas, o motorista que está em exclusividade, durante os cinco (5) dias da semana, chama-se Armando Moreira. No fim de semana e nos feriados é substituído pontualmente por outros colaboradores que são motoristas do município, mas que não estão em exclusividade ao Presidente da Câmara. Esta é que é a verdade, por isso não vale a pena dizer que tem três (3), quatro (4), cinco (5), porque não tive, nunca tive e não vou ter agora, como deve imaginar. Primeiro ponto.



Segundo ponto: o senhor pede as horas extraordinárias dos motoristas da Câmara. Bem, os motoristas da Câmara, devo dizer que andam sempre, todos os fins de semana, com os nossos autocarros, a colaborar com as nossas instituições, com as Juntas de Freguesia, com as coletividades, com as nossas escolas, durante a semana e ao fim de semana. Com certeza que ao fim de semana e fora das horas normais de serviço, eles têm direito a receber. Acho que isso é justo, e eu acho que como social democrata, só me posso congratular com isso. Trabalho é para ser remunerado. Por isso, são os motoristas em sentido amplo que o senhor perguntou.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, só um minuto. Eu não gostaria de repetir para que não intervisse. Da próxima vez vou convidá-lo a sair.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Em relação à obra de construção de um supermercado Continente na Vila de Alpendorada, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, esse assunto já foi debatido, é uma competência da Câmara Municipal, dentro das competências de licenciamento de obras. Já dissemos, realmente, que as coisas foram feitas de forma transparente, na luz do dia e não pela calada da noite, coisa que nunca fizemos, naturalmente. E por isso, dizer que há depois também um espaço que foi disponibilizado – que não deixou de ser, realmente, do domínio público – disponibilizado para ser estacionamento, para os cidadãos da nossa terra e para quem nos visita, que esperemos também que possam fazer ali as suas compras, para servir os trabalhadores também que lá vão e a administração, a gerência da loja, bem como, acima de tudo, os clientes, em que nós disponibilizámos esse espaço para eles poderem fazer o estacionamento, e até recebemos uma contrapartida, que nós quisemos fazer essa parceria público-privada positiva, que é poderem-nos ajudar a fazer os arranjos exteriores do Estádio Municipal de Alpendorada, que estamos a concluir e a requalificar, em todo o espaço, já o que estava construído, fazer refrescá-lo, construir o que faltava, desde a sede social, ficarem espaços comerciais para que, efetivamente, depois, com esse arrendamento, até com esse dinheiro – era assim que eu pensava, provavelmente já não serei eu a praticar esse ato – o arrendamento é a favor das atividades desportivas, das camadas jovens e também da equipa principal do Futebol Clube de Alpendorada, que é o clube residente no Estádio Municipal de Alpendorada. E então, vamos ali investir mais de quinhentos mil euros (500.000€), o município, e eles vão investir mais cento e tal mil euros nos arranjos exteriores. Acho que isso é positivo, poupar cento e tal mil euros ao erário público, para concluirmos o nosso Estádio Municipal de Alpendorada, e devo dizer que me orgulho muito, porque tinha vergonha de me ir embora e não deixar o Estádio Municipal de Alpendorada concluído, ou em vias de ficar concluído. Por isso, honra-me muito, exatamente, o que estamos a fazer, também no plano desportivo na nossa terra, mesmo que seja na ponta final, apesar de termos feito tudo o que foi possível durante os doze (12) anos. E é isso que se passa, de forma transparente, e não temos receio nenhum. E era matéria que não tinha que vir à Assembleia, não é da competência da Assembleia; é da competência da Câmara Municipal. Tudo o que é competência da Assembleia, nós temos trazido.

Reunião Pública de Tabuado, cinquenta e dois (52) protocolos, eu devo dizer que nós vamos levar mais alguns protocolos, muitos deles são protocolos de colaboração com as instituições, particularmente até para usar os nossos equipamentos municipais, ou até equipamentos que estão também ao serviço da Câmara Municipal, como é o Pavilhão da EB 2/3 do Marco de Canaveses. Por isso, são muitos desse tipo de protocolos.



Mas, o senhor fez uma comparação com 2005, e não há comparação possível com as deliberações da Câmara, de setembro de 2005, e do dia 6 de outubro de 2005, a três (3) dias das eleições, em que deliberou a Câmara cerca de três milhões e meio (3.500.000€) de euros de subsídios não cabimentados, que nós só em 2010 conseguimos, então, finalmente encontrar a forma e os meios, através de um empréstimo, fomos liquidando o que foi possível e depois liquidámos a maior parte. É bom termos memória, é que aquilo que estamos a fazer, de atribuição de apoios e subsídios às nossas instituições, como têm continuado a solicitar, e continuam a solicitar, mesmo que estejamos a um mês e pouco de sair de funções, continuamos a corresponder às solicitações que nos são pedidas, muitas vezes pelas Juntas, muitas vezes pelas coletividades, e nós respondemos, porque somos Câmara legítima até ao final do nosso mandato, temos essa competência, essa legitimidade, conforme a próxima Câmara que vai ser eleita e vai tomar posse durante o mês de outubro também passará a ter essa mesma legitimidade. Tão simples quanto isto. E como tal, tudo aquilo que vamos atribuir, ou que estamos a atribuir, vai ser liquidado no nosso tempo, ou está cabimentado para ser liquidado no nosso tempo aquilo que for feito, algumas obras até vão transitar, mas ficará cabimentado para que a Câmara que vai tomar posse possa honrar e cumprir esses compromissos. Por isso, não há comparação possível, porque antes não havia dinheiro, nem na tesouraria, nem nas contas bancárias da Câmara, e teve que ser a nossa Câmara, no primeiro mandato, a tentar fazer isso, e que ainda passou para o segundo mandato, para liquidar. E por isso, como sabem, já está aí também na informação, honra-nos muito termos hoje uma Câmara saudável financeiramente, com boas contas, a pagar a tempo e horas. Hoje são os próprios fornecedores que querem trabalhar para a Câmara do Marco; antigamente não nos fiavam. É só a diferença.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, agradeço que possa terminar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Pronto, e é isto que tenho para dizer, julgo que respondi às questões.

Só agora a questão do Sr. Vítor Machado. Bom, em primeiro lugar, eu peço desculpa, eu reconheço que as coisas não andam, às vezes, com a mesma rapidez que todos merecem. Continua a haver dúvidas acerca da tipologia do caminho, é isso que nos diz. A Junta de Freguesia está a mediar o processo, no sentido de esclarecer com os confrontantes se é público ou não, é essa a questão que julgo que ainda está a acontecer – julgo eu que estou a dizer bem, Sr. Presidente de Junta, julgo que estou a dizer bem. Ainda não há consenso acerca de o caminho ser público, ou não, e é neste dilema que ainda estamos. Estamos a tentar clarificar esta situação. Agora, eu aceito, compreendo e respeito aquilo que disse. É que nós só podemos intervir no caminho se, realmente, ele for público. Enquanto esse assunto não estiver clarificado, nós não podemos pavimentá-lo, nós não podemos, realmente, fazer qualquer tipo de intervenção. Gostaríamos de o fazer, temo-lo feito em tantos, como devem calcular, também fariamos nesse, seguramente, uma vez que compreendemos que há essa necessidade.

Era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Se me permitisse, Sr. Vítor Machado, eu ia dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Vila Boa, e depois, possivelmente, se achasse que era importante... se me permitisse, dava a palavra antes ao Sr. Presidente de Junta, Miguel Carneiro, para falar sobre este assunto, e depois dar-lhe-ia a palavra. Pode ser? Obrigado. Dava, então, a palavra ao Sr. Presidente de Junta.

--- Miguel Carneiro (Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, caros membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, caros colegas deputados, Marcoenses que nos escutam através da comunicação social.

Eu queria, relativamente a esta informação em particular, pormenorizar, exatamente, aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse, porque nós fomos lá em deslocação com um quadro técnico da Câmara Municipal, nomeadamente o Eng.º Couto e com o Dr. Vítor Gonçalo, que é o vereador responsável pela matéria. E realmente está identificado um cronograma de trabalhos para que aquilo seja concretizado, dentro daquilo que nós já definimos. E esse cronograma padece agora de um passo elementar e objetivo, que é nós conseguirmos uma declaração de aceitação por parte de todos os confrontantes relativamente à aceitação da cedência de uma largura de um metro e meio (1,5 m), dois metros (2 m), em média, para que possa ser, então, alargado o caminho – porque é um pressuposto que eu também considero saudável: o caminho, sendo tornado público, com uma largura que permita a circulação alternada e com segurança de todos os cidadãos – sendo que – e aí faço na primeira pessoa *mea culpa*, tal como já tinha dito ao Vítor através dos meios digitais, creio eu – esse passo está dependente da ação da Junta de Freguesia, que como bem disse, é uma questão de prioridades. Eu entendo que para si é realmente uma prioridade; para a Junta de Freguesia, têm sido prioridade outras matérias que têm sido bastante prementes no dia a dia, e que vão já ser mencionadas na informação escrita, e que me têm tirado mais tempo do que aquilo que eu gostava para dedicar a outros assuntos.

Nesse sentido, creio que é justo afirmar que nós conseguimos resolver esta situação de forma célere ao longo do ano de 2018. Agora, dependerá de quem cá estará, mas quem cá estiver certamente estará de boa vontade, porque é uma oportunidade de regularizar uma situação, como disse, e muito bem, que já há décadas que se prolonga. E naquele lugar em particular, acho que até vem favorecer o investimento, como nós já discutimos ali no espaço.

Por isso, relativamente àquilo que é a ação da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, estamos em sintonia, sendo certo que aquilo que nós queríamos já ter visto ser concretizado não se fez, também porque a Junta de Freguesia ainda não deu a resposta necessária ao pedido.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Eu não sei se está tudo esclarecido. Se é uma nota, eu dar-lhe-ia, se faz favor, o púlpito para falar. O Sr. Presidente respondeu àquilo que achava que devia responder, e portanto, as respostas estarão dadas. Sr. Samuel, eu não posso pedir ao Sr. Presidente; o senhor fez um conjunto de questões, e o Sr. Presidente respondeu àquilo que achava que devia responder. Peço desculpa.



Entrávamos, então, no **Período da ordem do dia**. E entraríamos no primeiro ponto, **Ponto n.º 3.1**, Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.

Eu daria, então, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, ou a quem ele indicar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, para economia de tempo, a informação está aí, com quarenta e oito (48) páginas, ou quarenta e nove (49). Estou à disposição para qualquer questão que queiram colocar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, por tornarmos a sessão mais célere. Eu vou ler os nomes; se faltar alguém, ou se faltar ainda alguém se inscrever, agradeço que o façam. Portanto, Sr. Deputado Mário Bruno, José António Valdoleiros, Miguel Carneiro, Cristina Vieira, Mário Luís, Fernando Monteiro, Luís Pinto, Abílio Castro, José Fernando, Ana Cristina Valente.

Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Bruno.

--- Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, cara e caro secretário, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, caros colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia, estimado público, órgãos de comunicação social e todos aqueles que nos acompanham através dos órgãos de comunicação social:

A questão que me traz aqui é relativamente à informação do Sr. Presidente da Câmara, e é relativa à falta, uma vez que não consta aqui uma obra que já muito aqui falei. Atendendo a isso, torno pública uma carta que enviámos, que a Junta de Freguesia enviou à Câmara Municipal:

Venho pela presente tornar pública a carta da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração à Câmara Municipal, enviada no passado dia 16 de agosto de 2017, e faço-o após diversas diligências sobre o assunto do muro junto à Igreja Românica de Santo Isidoro.

Apresentamos:

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Dr. Manuel Moreira,

Antes de mais, esperamos que se encontre bem, e se for caso disso, votos de boas férias.

Infelizmente, todos temos conhecimento da queda de uma árvore de grande porte no Largo da Fonte, na Freguesia do Monte, Concelho do Funchal, durante a festa em honra da padroeira da Madeira, que provocou treze (13) mortos e quarenta e nove (49) feridos, doze (12) deles em estado grave. Lamentavelmente, estes acidentes acontecem quando menos esperamos, quase sempre quando tudo parece estar bem; muitas das vezes, após diversos alertas por parte das Juntas de Freguesia.

Assim sendo, vimos uma vez mais alertar para o risco elevado da queda do muro da Igreja Românica de Santo Isidoro. Relembramos que o mesmo foi já sinalizado pela Proteção Civil e



referenciado pelos técnicos da Câmara Municipal, nomeadamente pelo Sr. Eng.º Vítor Pires, em Reunião Pública, e o qual cito, com elevado risco de queda. Recordamos bem as palavras proferidas pelo Eng.º Vítor Pires no local, cito: “Já disse e volto a dizer que o muro pode cair a qualquer momento. Não volto a falar mais sobre o assunto.” – dizia o Eng.º Vítor Pires, na altura.

Relembramos ainda o compromisso público que a Câmara Municipal assumiu em avançar de imediato com os trabalhos, bem como a informação prestada na obtenção de autorização por parte das entidades responsáveis, nomeadamente monumento nacional, pelo Decreto-lei n.º 23/2013, da Série n.º 143, de 5 de julho de 2013, relativamente à Igreja Românica e património daquela que é a Igreja de Santo Isidoro.

Assim, e atendendo ao acima exposto, consideramos que as obras devem ser executadas antes da tragédia, pois a vida e a saúde humana não têm preço.

*Certos da maior compreensão de V. Exas.,
Com os nossos melhores cumprimentos,
O Presidente de Junta”*

Gostaria ainda de vos informar quais os motivos pelos quais torno pública a referida missiva. Há tempos atrás, o Sr. Presidente da Câmara ligou-me, num sábado – o qual agradeço – a dizer-me que a Câmara Municipal tinha consultado oito (8) empresas para executar esta obra. No dia do Castelhinho, à noite, na quinta-feira à noite, o Sr. Presidente da Câmara disse-me que, afinal, a obra estava a ser lançada na plataforma eletrónica para concurso público. Hoje, o Eng.º Nuno, da Câmara Municipal, informa a Junta de Freguesia que afinal a obra vai ser lançada para a semana a concurso público. Como tal, e como não sei o que dizer e já não sei em que ponto de situação está esta obra, torno, então, esta missiva pública. Torno pública a mesma porque mais de dois (2) anos e meio passaram da Reunião Pública da Freguesia de Santo Isidoro e Livração e nada foi feito pela Câmara Municipal. Digo mais: em caso de tragédia – e na esperança que a mesma não aconteça – exigimos ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores responsabilidade civil e criminal pelos danos causados, sejam eles vidas humanas ou bens. Consideramos que os Marcoenses não têm que pagar pela inoperância dos intervenientes aqui identificados. Isto é uma obra que está já mencionada pela Proteção Civil, e por impossível que pareça, andamos há dois (2) anos e meio a falar no assunto, e não é tratado. Assim, ressalvo, seja quem forem os responsáveis, se algo acontecer, os responsáveis têm nome; não é a Câmara Municipal, mas é o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores que estiveram lá já por duas (2) vezes, no mínimo, e continuam a deixar que aquilo aconteça.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado José António Valdoeiros.

--- José António Valdoeiros (PS) ---

Sr. Presidente, dispensando os habituais cumprimentos, eu queria pôr duas (2) questões, que seriam as seguintes: primeiramente, fazer uma correção a uma intervenção do Sr. Vereador Vítor Gonçalo na última Assembleia Municipal, quando eu levantei o problema da contabilidade de custos e falei numa empresa que estaria, efetivamente, eticamente em colisão com aquilo



que seria normal acontecer. Refiro-me concretamente quando o Sr. Vereador Vítor Gonçalo, quando eu falei na contabilidade de custos, o Sr. Vereador disse que seria a empresa que eu citei, a tal empresa que estaria em conflito ético com a empresa que estava a auditar as nossas contas, eu quero dizer-lhe que a minha afirmação está correta, e a afirmação do Sr. Vereador está errada, porque o Sr. Vereador confundiu a implementação da contabilidade de custos com a informatização da contabilidade de custos. A informatização da contabilidade de custos, foi uma única empresa que concorreu, e não há qualquer dúvida sobre isso. Na implementação da contabilidade de custos, foi a mesma empresa, a Triconsulte, e a Triconsulte, conforme eu disse, estava em conflito, ou melhor, havia aí um conflito porque um dos proprietários desta empresa também era proprietário da empresa que fazia a Revisão Oficial de Contas aqui da Câmara. Logo, pode não haver, em termos deontológicos, em termos de ROC's, qualquer conflito, mas há um conflito ético e moral, porque uma empresa que audita as Câmaras e depois vai auditar o sistema para o qual foi implementado, parece-me que é grave. Portanto, queria que ficasse muito bem claro, e se alguém tiver dúvidas, ouça a transmissão que foi feita, porque esse pequeno pormenor não consta da ata mas está gravado.

Outra coisa que eu queria perguntar, e que me parece que me lança alguma confusão, é a seguinte: o município foi inspecionado há dois (2) anos; será que ainda não há nenhum relatório, ou não houve nenhum relatório que fosse passível de ser apresentado à Assembleia Municipal? Duvido que não haja. Provavelmente há, e provavelmente há matéria de contraditório, e com certeza com alguns problemas. Portanto, dois (2) anos é muito tempo para que tenha passado... não venham dizer, não podem afirmar que a Inspeção Geral de Finanças, que efetivamente o relatório pode demorar muito tempo; há prazos para cumprir. E eu fui auditor e fui inspetor, sei daquilo que estou a falar. Por isso, acho que deveriam explicar muito concretamente, dar uma leve explicação, porque já pus essa explicação e nunca foi presente aqui à Assembleia Municipal o ponto de situação desse possível relatório – que de certeza que vem um relatório, e que a Câmara com certeza já contraditou, e efetivamente já explicou. Mas, dois (2) anos passados é muito tempo.

Por último, estamos a falar da informação escrita do Sr. Presidente, e eu queria dizer que a contabilidade de custos parece que não serviu para nada, porque as obras realizadas e as empreitadas realizadas, está lá indicado onde foram feitas, indicada se for a mão de obra, maquinaria ou materiais. Ora, a contabilidade de custos era para as quantificar. Era bom, em cada obra acabada e em cada empreitada realizada, que elas fossem quantificadas. E se assim fosse, talvez a intervenção feita pelo munícipe nesta sala, ao pedir contas sobre algumas intervenções, essas contas pudessem ser resolvidas em sede de Grupo Municipal. Por quê? Porque a contabilidade de custos existe, é para quantificar. Logo, não faz sentido nenhum que numa Assembleia Municipal, numa informação escrita, quando já há contabilidade de custos, elas não sejam anotadas face àquilo que está feito. Parece-me que seria mais outro avanço; neste momento, é mais do mesmo. Nós olhamos para aquela informação escrita e não conseguimos perceber nada, não conseguimos perceber o que é que se gastou, o que é que não se gastou, se houve ou não houve benefício ou prejuízo em relação à tal análise que se faz entre Juntas, quando elas conseguem afirmar que umas fizeram uma coisa, outras não fizeram – e agora até se pôs aqui uma questão, até é uma Junta do Partido Socialista que foi aqui chamada à colação, e parece-me que isto seria, de todo, muito importante, que a contabilidade de custos, que fosse anotada na informação o valor de cada obra acabada, obras em cursos, aquelas obras por administração direta, e as empreitadas realizadas, porque isso sim, nós poderíamos, então,



analisar o sentido, o que é que era feito, se havia ou não havia mais transparência ou menos transparência, e depois os munícipes podem avaliar, fazer uma análise.

Portanto, resumindo e concluindo, o resto, parece-me que tem vindo a progredir, nota-se, de facto – tirando este pequeno pormenor que eu anotei – uma maior transparência, já se conseguem ver algumas situações que têm a ver com os processos judiciais em curso, que são importantes, que são importantes até para nós sabermos aquilo que se passa.

Agora, relativamente à inspeção, e para finalizar, penso que é importante que a Assembleia Municipal saiba neste momento, antes de acabar o mandato, qual é o ponto de situação dessa inspeção realizada há dois (2) anos.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu só vos queria expor aqui um problema, que é o problema do tempo do PS: o PS já ultrapassou o tempo. E portanto, ainda faltam falar três (3) pessoas. Ou damos um minuto a cada um, e seria a nossa proposta, da Mesa, dar um minuto a cada elemento do PS para fazer de uma forma mais rápida e mais célere as suas questões e as suas apresentações, de maneira a que os deputados do PS pudessem falar, se concordassem. Então, daríamos um minuto a cada um, porque senão já passava.

Sr. Deputado Miguel Carneiro.

--- Miguel Carneiro (Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Muito boa noite, uma vez mais. Muito obrigado aos caros colegas da Assembleia por esta oportunidade.

Eu queria só sublinhar aqui que há muitos assuntos em que, realmente, temos divergências com a Câmara Municipal, e também aqui com a Assembleia Municipal; um deles não é a de que os animais abandonados são um problema para resolver, não é de que eles são um problema para se resolver já e representam uma ameaça à saúde pública, e que é também importante uma solução sistematizada para o problema, e não pontual. Foi nesse sentido que a Junta de Freguesia colaborou, e é nesse sentido que nós continuamos a colaborar. As queixas têm sido muitas, muito mais que muitas, têm sido imensas, e é importante que as pessoas percebam que essas limitações que se têm visto no projeto, e que nós inicialmente, obviamente, compreendemos porque eu e o Sr. Presidente temos uma coisa em comum, não percebemos assim tanto de obras públicas, que é importante que sejam compensadas agora com dedicação e empenho, seja pelos colaboradores, seja do Poder Executivo e político, com o compromisso de que agora se continuem a fazer intervenções para que o espaço fique com as condições necessárias para que aqueles animais sejam devidamente recolhidos e devolvidos à vida normal.

Em análise e em suma, é importante que não se sacrifique a vida humana para se estar a resolver um problema da vida animal e da saúde pública. Este é o pressuposto simples daquele equipamento, e o Sr. Presidente e a Câmara Municipal têm que fazer mais por isso.



Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada Ana Cristina Valente.

--- Cristina Valente (PPD/PSD) ---

Boa noite. Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, certamente pela última vez, e a Mesa, o Executivo, os colegas deputados de todas as Bancadas, os amigos que aqui certamente deixarei, o público presente, a comunicação social, e obviamente os concidadãos que nos ouvem ainda em casa.

Nesta que será certamente a minha última intervenção nesta Assembleia, peço-vos que aceitem o meu agradecimento pelos momentos bons e maus que aqui tivemos, a aprendizagem que me permitiu durante estes anos, da dificuldade no exercício da democracia, mas a certeza de que os que virão terão um árduo trabalho para que a vida política, os cidadãos e os políticos sejam um só no benefício de todos.

Trago-vos dois (2) temas que muito mais importantes do que me serem sensíveis, são fundamentais, estruturais e definidores do futuro da nossa sociedade: a educação e a ação social. E resumo o valor que lhes dou numa frase cantada e quase gritada por crianças de uma escola básica num natal da década de oitenta (80), num bairro social à época muito problemático do Concelho de Matosinhos: “Com barriga vazia, a cabeça não aprende”. E assim penso ainda hoje, mesmo quando a barriga vazia parece já não o estar. Felizmente, não estamos na situação económico-financeira dramática àquela data, no decorrer do primeiro resgate pedido ao FMI, em 1977, pelo falecido Dr. Mário Soares, mas podemos esquecer-nos de muitas coisas más que só nos perturbam a alma, mas não devemos – permitam-me que o diga – ignorar os factos, branquear o passado, e com isso comprometer o futuro dos nossos filhos e netos, o presente dos nossos pais, e de forma intelectualmente honesta – permitam-me a expressão – devemos fazer contas à vida.

No ano de 2005, como estava quanto à educação e à ação social o Concelho de Marco de Canaveses? Sabemos, ou precisamos de recuar no tempo, não existia Comissão de Proteção de Menores e Jovens em Risco. E nos concelhos da área que integramos, existia, ou não? Não existia Ação Social Escolar. Em Matosinhos, do Partido Socialista, existia. Como estava a educação no nosso concelho? De que forma e com que critério era feito o apoio social? Era um apoio social, ou era uma “caridadezinha”? Agora parece tudo tão natural, tão óbvio, tão adquirido, que creio que não refletem os que dizem que nada se fez. Admitiríamos hoje não existirem merendas para as crianças do 1.º ciclo, não existirem cantinas nas escolas, não acontecerem atividades extracurriculares, não existirem inúmeras atividades desportivas? As escolas não tinham material pedagógico básico necessário à aprendizagem às crianças que as frequentavam nesses anos. Tinham o de há trinta (30) ou quarenta (40) anos, usado pelos seus pais, certamente em alguns casos pelos seus avós. O mundo em 2005 aprendia-se da mesma forma que em 1970? Lembro-me – inclusive muito bem, por vários motivos – da criação do projeto “Escola Feliz”, iniciativa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, António Coutinho, com a Assembleia Municipal à data. Podemos lembrar-nos, ou não. Afinal, em doze (12) anos, há quem passe de dez (10) para vinte e dois (22) anos de idade, de dezasseis (16) para vinte e oito (28), e de filho para pai.



No período de 2005 a 2009, o Executivo liderado pelo Dr. Manuel Moreira investiu na educação doze ponto três milhões de euros (12.300.000€); no período de 2009 a 2013, o Executivo liderado pelo Dr. Manuel Moreira investiu na educação dezassete ponto dois milhões de euros (17.200.000€); no terceiro mandato liderado pelo Dr. Manuel Moreira, e que em breve termina, investiu, até à data – e sei que há coisas pendentes, óbvias, e que todos sabemos que é verdade – na educação, treze ponto dois milhões de euros (13.200.000€). Na ação social, e onde não conseguimos contabilizar muitos dos trabalhos com que a Câmara contribuiu, um ponto cinco milhões de euros (1.500.000€).

Caros colegas deputados, comunicação social e concidadãos: quando se diz que se fez nestes três (3) mandatos, que se fez, que se agiu, que se investiu, isso é verdade. Quando se diz que nada se fez, que está tudo na mesma, e que não existiu investimento no Marco de Canaveses, preocupação com a ação social, e que não há na educação qualquer empenho por parte do Executivo, isso é mentira. Poderia ser feito mais e melhor? Poderia. Mas por acaso alguém pensa que o Grupo Parlamentar do PSD – e creio que do Executivo – estamos plenos, que creem que já está tudo feito? Mas, honestamente, poderia ser feito mais e melhor? Com os mesmos meios, com o cumprimento do pagamento de obra, com o cumprimento do plano de reequilíbrio financeiro a que estava o município obrigado, com a conjuntura que vivíamos em Portugal, e não só, entre 2005 e 2017? Foram estes os anos dourados da economia? Em que estado esteve Portugal nos últimos dez (10) anos? Poderia ter sido diferente. Os Marcoenses, os de nascimento ou os de trabalho, no fundo os que aqui vivemos e queremos viver, e ambicionam o melhor para a sua terra, poderão acreditar em caminhos diferentes, mas só quem fez, como são exemplos tudo o que lemos na informação escrita do Presidente da Câmara, só quem sonhou com ambição e com os pés na terra, só quem não tenha exclusiva função de criticar mas sim de fazer, só quem tem de ser realista e fazer do impossível possível e pagar no fim, dizia, só quem fez assim pode não ter feito tudo bem, pode ser alvo de críticas e pode ser avaliado; mas na verdade, o que está feito de material e imaterial, quem fez? Há, ou não, refeições nas escolas? As escolas estão melhor ou pior equipadas? Há, ou não, apoio a famílias comprovadamente carenciadas, quer na educação dos filhos, quer pela ação social? Há, ou não, uma rede social que integra inúmeras e fundamentais instituições, IPSS's com cooperação das Juntas de Freguesia, com trabalho árduo com centros de dia? Quantos centros de dia existiam em 2005? Lares, apoio domiciliário, formação para a empregabilidade, trabalho com instituições ímpares na nossa sociedade – e permitam-me que destaque a CERCIMARCO – todas coordenadas numa rede essencial à coesão social. E permitam-me, uma tentativa muito necessária de resolução de diferenças que impedem a igualdade de oportunidades. Mas há alguma comparação?

Sr. Presidente e Srs. Vereadores, como disse aqui o Jorge Pessoa há pouco, muito se diz, muito se promete, muito poucos projetos se apresentam. Digam-nos, por favor, Sr. Presidente ou Executivo, como vai ser aplicada a verba que respeitava à oferta de livros escolares do 1.º ciclo, e se o Fundo de Emergência Social está ativo.

Grata a todos por me terem ouvido, peço desculpa.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís.



--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Sr. Presidente, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social, Exmo. Público:

Queria aqui apenas duas (2) ou três (3) referências. Uma delas, embora tenha acontecido antes da última Assembleia, aparece na informação escrita, relacionada com os torneios que existem, e que, naturalmente, me são muito gratos, de professores das nossas escolas do concelho e de alunos. Naturalmente que é uma iniciativa que já vem de longe, e o meu desafio é que quem ficar cá no próximo mandato dê continuidade a estes torneios, porque possibilitam o intercâmbio entre os nossos alunos das diversas escolas, um convívio entre os professores também, acho que é positivo.

Tardiamente apercebi-me que na ata, uma intervenção que eu fiz na última Assembleia, a solicitar que fosse novamente colocada uma placa com indicação de Bitetos, não aparece lá indicação dessa designação, “Bitetos”. Penso que houve um lapso, ou que não se perceberá muito bem, por isso voltava a reforçar, eu acho que era importante não ficar lá apenas “Ancoradouro”. Já está? Peço desculpa, não passei lá recentemente, e agradeço, então, a atenção.

Aproveito, já que estou em estradas, também em Alpendorada – e peço desculpa, é a minha terra, as preocupações acabam por aparecer mais: quem vem do estádio – ou da zona da feira, como queiram – tem ali uma rua inclinada a chegar à avenida, e essa rua impede um pouco a visibilidade daquelas guias de granito, separadoras. Eu já me assustei quando me apercebi que quase ia passar por cima, já lá vi um jovem com um Golf em cima, que subiu acima. Não sei, ou por alguma coisa que nós nos conseguíssemos aperceber, porque a inclinação do carro não permite que vejamos bem onde elas estão. Quem sobe, em frente ao Caçador, para virar para baixo, atravessa a avenida e acabam por não ter muita visibilidade essas guias. Quem vem da feira, quem vem do estádio, de baixo, sim, mesmo naquela rua inclinada.

la fazê-lo pessoalmente, mas aproveito – estava, não sei se já terminaram, em obras a Escola EB1 do Cruzeiro, e eu fui chamado à atenção, está um depósito de água desativado em terreno que também tem uma parte que me pertence, e que, pelo que parece, já deixa cair objetos para o espaço da própria escola. Aquilo foi um depósito construído lá para servir a escola, em terreno privado que foi cedido na altura; penso que agora, se fosse possível, seria importante retirá-lo, desativá-lo dali.

Era só. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas Presidentes de Junta, amigos deputados, público e amigos que nos ouvem através da Rádio Marcoense, primeiro que tudo, cumprimentar-vos a todos.



E venho só dar nota de duas (2) ou três (3) situações da minha freguesia. Queria agradecer, primeiro que tudo, ao Sr. Presidente da Câmara as intervenções que estão a ser feitas na minha freguesia – e porque agora é fácil dizer que não fazemos nada, mas agradecer-lhe o que fizemos agora e o que temos feito ao longo destes anos, nomeadamente nas pavimentações, mas também no reforço do parque desportivo de Vila Boa de Quires, que vamos ter condignamente, e espero que as obras terminem, as do campo de futebol ainda não começaram, mas que elas terminem, e que fiquemos com um condigno complexo desportivo, que aqui há uns anos colocaram uma placa cá em cima a dizer “Complexo Desportivo”, mas agora acho que vamos ficar com um digno complexo desportivo, nomeadamente com as obras no campo de futebol, com a colocação, não só do sintético, mas também de todas as obras necessárias para ficarem condignamente a condizer com o sintético, nomeadamente uma bancada, com uns arranjos exteriores no campo de futebol, e com a colocação de novos bancos de suplentes e toda a matéria inerente à prática desportiva. Mas também uma obra que me orgulha muito – e que por acaso o Sr. Presidente da Câmara nem tem necessidade de colocar na informação escrita, porque até se esqueceu desta, mas vou lembrá-la – que são as obras no Pavilhão Gimnodesportivo António Ferreira Soares, que vai valorizar e muito não só o edifício que a Junta de Freguesia tem gerido com alguma dificuldade nestes últimos anos, que é uma utilização de um gimnodesportivo só três (3) ou quatro (4) horas no dia. Isso criava-nos algumas dificuldades, mesmo de suportar as despesas para a manutenção do mesmo, nomeadamente o pagamento das despesas da funcionária e do gás, porque a Câmara Municipal, neste momento, é que estava a pagar a luz, mas dizer que aproveitámos a oportunidade, sabendo que o Pavilhão Gimnodesportivo Bernardino Coutinho estava sobrelotado, de trazer novas modalidades à nossa terra, nomeadamente o hóquei e a patinagem artística, e vai ser uma honra para nós, em Vila Boa de Quires e Maureles, poder dar nova vida àquele pavilhão gimnodesportivo, e a Câmara Municipal, neste caso, uma boa gestão que vai, neste caso, poupar algumas centenas de euros que iria ter que investir na construção de outro pavilhão, mas fê-lo bem, porque fê-lo num pavilhão muito perto da cidade, e vamos aproximar a cidade, neste caso, a Vila Boa de Quires e Maureles, e vamos dar vida a um pavilhão gimnodesportivo que estava desatualizado, e que estava sem vida, sem alma, e vamos ter oportunidade de ter mais modalidades e de ter mais gente na nossa terra, que era um dos objetivos de sempre do Executivo da Junta de Freguesia, trazer novas pessoas à nossa terra, e acho que o vamos também conseguir na captação de jovens, quer do Marco de Canaveses, quer das freguesias vizinhas.

Dizer também ao Sr. Presidente que as obras que estão a ser feitas – e podemos dizer que até nunca fizemos saneamento em Vila Boa de Quires e Maureles, mas dizer a todos os presentes que muito me honra, e para terminar este mandato quero dizê-lo aqui, pela última vez, provavelmente, neste mandato, dizer-vos que lutei muito para ter saneamento básico na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, e por isso congratula-me muito neste momento ter a ETAR concluída, ter uma grande parte da Freguesia de Maureles servida com saneamento, ainda que a ETAR não esteja a funcionar, mas vai estar o quanto antes, porque sei que a Câmara Municipal já entregou à empresa Águas do Marco. Pena é que essa empresa não se preocupe com os Marcoenses, não se preocupe com o bem estar das pessoas da minha terra, e com certeza das outras freguesias do Marco, e que a Câmara Municipal já tenha entregado uma ETAR em que investiu cerca de quinhentos mil euros (500.000€), e mais quinhentos mil euros (500.000€) no acesso dos ramais até lá, e pena que essa empresa já tomou conta dessa ETAR há mais de um mês e não resolve pô-la a funcionar, nem tem qualquer preocupação de atender o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles para pôr essa ETAR em



funcionamento e resolver o problema de sete (7) fossas a céu aberto que estão em Vila Boa de Quires e Maureles, e que essa ETAR vai resolver. Essa é a minha pena e isso é que me preocupa, porque o meu Partido é, de certeza, e será sempre Vila Boa de Quires e Maureles e o Marco de Canaveses.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís Pinto.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

Bom, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Secretários:

Sr. Presidente, eu sei que é a última Assembleia, mas eu gosto muito da participação cívica, fervilha-me no sangue, e sei que são poucos lugares nesta Assembleia Municipal, e que muitas das pessoas que estão lá fora gostavam de estar cá. Já passaram dez (10) minutos que muitos saíram, eu acho que o Sr. Presidente devia chamar à atenção para que muitos dos deputados municipais voltassem a esta sala para ouvir as intervenções que aqui são feitas, porque é isso que é a democracia.

Relativamente à informação escrita que hoje estamos aqui a avaliar, e para cumprir o tempo, que o Grupo Parlamentar do PSD sempre se distinguiu por cumpri-lo, vou, então, ser rápido, e além da intervenção brilhante nas áreas relevantes da educação e da ação social, que foi um dos marcos deste mandato de doze (12) anos que o Dr. Manuel Moreira e os seus pares levaram à frente da Câmara Municipal, porque hoje não estamos só a discutir um mandato, estamos a discutir essencialmente uma retrospectiva daquilo que, efetivamente, o Marco melhorou ao longo destes últimos doze (12) anos. E na página 40 da sua informação escrita, Sr. Presidente, acho que tem aquilo que é o maior marco dentro do Marco de Canaveses e dentro do nosso país, porque chegar em 2005 e ter um município financeiramente falido, e passados doze (12) anos, permitiu à minha geração e às gerações que me sucedem termos liberdade, liberdade de movimentos, liberdade de ações, e acima de tudo que nós, aqueles que ficam para o futuro, possam decidir livremente qual é que é o destino que querem dar a Marco de Canaveses. Que sejam responsáveis, é isso que pedimos, que sejam responsáveis como esta Câmara foi responsável ao longo destes doze (12) anos, porque pagou toda a obra que fez, pagou todos os investimentos que fez, e não foram poucos, como querem transparecer, porque muitos dos nossos opositores, Sr. Presidente, se se dessem ao trabalho de ler as muitas páginas da sua informação escrita teriam um pouco mais de vergonha de algum tipo de intervenções que fazem noutros fóruns.

Como também há relativamente pouco tempo lhe disse, Sr. Presidente, nós, sociais democratas, fomos habituados sempre, desde muito pequenos, a arranjar soluções. Não olhar para os problemas; olhar para os problemas, encará-los, para trazer soluções para cima da mesa. E foi isso que fizemos na ação social, na educação, mas acima de tudo no grande desempenho, reconhecido também pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e por outros pares que nós vamos ouvindo de outras Câmaras Municipais, para o excelente exemplo que o Marco de Canaveses pode dar à região e pode dar ao país.



É verdade que este ponto, Sr. Presidente, da sua informação escrita é algo que a nossa Oposição quer que passe rápido, porque é muita informação de muito trabalho, e acima de tudo, de um rigor, de uma transparência, e como disse no início da minha intervenção, fervilha-me, e não gosto, não gosto mesmo, porque o conheço, conheço-o e trabalho consigo há oito (8) anos, que tentem colá-lo a algum tipo de falta de transparência ou a algum tipo de se vir servir daquilo que é público para seu benefício pessoal. E é pena, é pena que a Oposição não tenha a coragem de admitir isso, que o senhor é um senhor íntegro, que deixou a Câmara Municipal muito melhor do que aquilo que encontrou, e isso é serviço público. É que o seu sucessor, seja ele quem for, vai herdar uma Câmara Municipal como o senhor e qualquer Presidente de Câmara devia herdar neste país democrático depois do 25 de abril. Mas, a Oposição não tem coragem, porque manda o seu porta-voz, na informação do período do público, mandar um conjunto de perguntas, porque nós sabemos, porque tem sido sistemática essa situação ao longo deste mandato.

Permitam-me deixar uma frase que Cavaco Silva disse há uns anos atrás – sim, porque Cavaco Silva pia, e quando pia, pia muito bem. Ele disse-o – Srs. Deputados, eu sei que o rigor e a excelência é algo que vos incomoda, eu percebo, é verdade. O Sr. Prof. Aníbal Cavaco Silva, honroso Primeiro Ministro...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu penso que o Sr. Deputado está mesmo na sua parte concludente. É que chegou aos quatro (4) minutos.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

Dra. Cristina Vieira, não é um comício, é verdade; eu sei que lhe custa ouvir, mas é verdade. É só mesmo para terminar e para rematar...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Só um minuto, se me permite, só mesmo para acalmar aqui um bocadinho, só para acabar a intervenção do Sr. Deputado, para passarmos às outras intervenções, para depois irmos para casa mais cedo. Obrigado a todos.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

É mesmo só a minha frase final. O Prof. Aníbal Cavaco Silva, honroso Primeiro Ministro deste país e Presidente da República, dizia numa célebre intervenção: “O povo sabe sempre de que lado está a razão.” É isso que eu espero.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Abílio Castro.

--- Abílio Castro (Presidente J.F. Constance, PS) ---

Boa noite a todos. Prescindindo dos cumprimentos, agradecer à Assembleia pela oportunidade que me concederam de usar da palavra.



Sr. Presidente, ao longo destes dezasseis (16) anos de causa pública, doze (12) com V. Exa., pautei por uma postura de diálogo em defesa dos interesses da minha freguesia, que me elegeram para esta função. Nem sempre houve consensos entre as partes, sendo certo que quem pede acha sempre pouco, e quem dá acha sempre muito. Poderíamos ter feito mais e melhor, mas fizemos aquilo que foi possível no que toca à Junta de Freguesia. Penso que V. Exa. poderia ter ido mais além em algumas áreas: em infraestruturas básicas, foram gastos cerca de dois milhões de euros (2.000.000€) na Freguesia de Constance no último mandato e este presente, em que os problemas não foram resolvidos. Temos duas (2) fossas a céu aberto para o rio. Ainda hoje apresentei uma queixa – não foi uma queixa, mas um ofício para a Câmara Municipal e outro para as Águas do Marco, era insuportável passar naquele lugar onde está colocada a ETAR, aquilo não é digno do séc. XXI. As pessoas não ligam, dirigem-se à Câmara, a Câmara diz que é das Águas do Marco, as Águas do Marco dizem que é da Câmara, andamos com este problema. O Sr. Vereador, Eng.º José Mota, sabe disso, e já falámos várias vezes, estive no local, e temos essas duas (2) fossas a céu aberto. Acho que não é digno nem dignificante no séc. XXI. Penso que já não vai ser resolvido neste mandato, mas espero que quem venha a seguir resolva este problema, este imbróglio, porque não basta fazer saneamento, e também fazer um investimento no saneamento se as pessoas não ligam, porque é um investimento que está a ser feito e não está a ter retorno em termos financeiros.

Outra questão que também achava que devia ter sido feita, há dois (2) anos que foi revisto o PDM, o parque empresarial, ou centro empresarial de Constance. É um polo atraente – não por ser a nossa freguesia – onde estamos a quinze (15) minutos do Porto e vimos empresas de Felgueiras a passar o Marco. Era interessante ter havido um instrumento de investimento para o desenvolvimento da economia no nosso concelho.

Como não me posso alongar muito mais, Sr. Presidente, também quero agradecer aqui publicamente à Câmara Municipal o trabalho que fizemos em parceria na nossa freguesia ao longo destes doze (12) anos. Quero felicitar também V. Exa. pela amizade institucional e pessoal que temos um pelo outro, porque acima de tudo nos respeitamos, e estou certo que V. Exa. terá o mesmo por mim.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado José Fernando.

--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Ora, então, boa noite. Eu cumprimentaria o Sr. Presidente da Assembleia, e em nome dele, todo o restante da Assembleia, por uma questão de gestão de tempo.

E o que me traz aqui hoje são algumas obras aqui mencionadas na informação do Sr. Presidente, as quais agradeço porque foram pedidas, e muitas vezes pedidas, mas chegámos ao fim do mandato e elas foram concluídas. Por isso, gostava de fazer aqui uma correção, que já não é a primeira vez, o que me leva a crer que a Junta de Freguesia de certa forma é discriminada em relação às outras: relativamente à intervenção que houve em Tabuado, menciona aqui mão de obra e materiais, mais uma vez a Junta de Freguesia pagou – não tenho



a certeza se pagou os materiais todos, mas pagámos uma fatura na ordem dos seiscentos euros (600€) em material nesta intervenção.

Portanto, relativamente às obras de beneficiação do edifício da Junta de Freguesia, há muito exigidas e necessárias, agradecemos esta obra, e gostava também de agradecer outras obras que aqui não estão mencionadas e eu gostaria que estivessem. Uma delas já foi aqui mencionada e falada na última Assembleia, que por acaso decorreu na Freguesia de Tabuado, que era a extensão do saneamento à Rua da Vinha e à Rua da Estalagem. O Sr. Eng.º José Mota, Sr. Vice-presidente, na altura disse que estava em fase de adjudicação. Passados dois (2) meses, ainda não passou dessa fase. Eu gostava pelo menos que o Sr. Engenheiro assumisse um compromisso aqui, de que pelo menos há cabimentação orçamental ainda. Eu não ponho a data de 1 de outubro como data limite para as obras, porque acho que há mais vida para além de 1 de outubro, e se elas se efetuarem depois dele, eu ficarei igualmente contente e a seu tempo agradecerei aqui. Portanto, deixava aqui esta nota. E também assim como os passeios, pelos vistos, na zona da Casa das Vendas, e junto à Rua da Folgosa.

Eu gostaria também de falar de outra obra que não está cá mencionada, embora esteja a grande ritmo, que é a obra do Centro Social e Cultural de Tabuado. A primeira fase está praticamente concluída, temos lá na ordem dos trinta mil euros (30.000€) gastos. Pedia também ao Sr. Presidente, que agilizasse os processos para libertação do dinheiro dos protocolos que estão afetos à obra, de forma a podermos saldar contas com o empreiteiro que de forma célere está a efetuar a obra.

E dito isto, não me resta mais nada senão dar um abraço ao Sr. Presidente da Assembleia, pessoa que aprendi a estimar e a conhecer, e pelo trabalho aqui desenvolvido durante estes quatro (4) anos.

Obrigado. Boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Eu daria a palavra ao Sr. Presidente para responder às questões, e pedia, Sr. Presidente – sei que foram muitas as questões, mas que pudéssemos, dentro do possível, cumprir os horários.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes e comunicação social:

Em relação às intervenções sobre a informação escrita que apresentei à Assembleia Municipal, como sabem, tento e procuro fazê-lo de forma tão completa quanto possível, para que possam ter assim uma informação – para quem, naturalmente, tem depois também essa disponibilidade de leitura – sobre aquilo que estamos a fazer, por nossa própria iniciativa, em parceria também com as nossas Juntas de Freguesia e com as nossas instituições, para que, realmente, o concelho continue na senda do progresso e do desenvolvimento para os seus cidadãos e para as suas instituições. E nesse sentido, julgo que procuramos ser tão completos quanto possível, sendo certo que, por vezes, nem tudo estará, ou se calhar ainda haveria mais alguma coisa a dizer para que a precisão seja ainda maior, mas temos tentado fazer, apesar de muitas vezes



chamarem-me à atenção pelo conjunto alargado de informação que procuramos produzir para a Assembleia. Mas, é dentro deste espírito que temos, de poder comunicar, transmitir, porque muitas vezes não temos também a noção e o conjunto do concelho, porque o concelho é um todo, de duzentos e dois quilómetros quadrados (202 km²) e dezasseis (16) freguesias. E de facto, parece que não, mas é um território vasto, e as necessidades abundam e as respostas procuram suceder-se gradualmente para que o concelho, como digo, continue na senda do desenvolvimento e do progresso.

Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, pronto, eu compreendo o tom da sua intervenção hoje, mais uma vez, que destoa totalmente com o diálogo que temos regularmente, eu diria agora quase diariamente, que nos encontramos e cruzamos ao longo do território municipal, o senhor na sua campanha, ou pré-campanha eleitoral, eu também como Presidente de Câmara, e também numa ou noutra iniciativa, também nesse âmbito. E de facto, fico espantado, hoje você sentiu a necessidade de vir fazer aqui uma intervenção pujante. Acho que devia ter dito, de facto, aquilo que tem sido o nosso diálogo, e aquilo que levou a que este projeto só agora vá iniciar-se com o concurso, a primeira fase. Por quê? Porque, realmente, foi preciso pensar, exatamente, aquilo que a Junta de Freguesia também desejava que fosse elaborado como projeto para todo aquele conjunto ali do centro cívico, da parte de Santo Isidoro, todo aquele espaço tão amplo, e isso levou o seu tempo, porque a Câmara Municipal tem o seu Gabinete de Projetos, tem os seus técnicos, mas que tem que dar respostas a tantas iniciativas da Câmara, das Juntas de Freguesia e das coletividades. E por isso, o processo foi, naturalmente, sendo elaborado, foi sendo realizado ao longo do tempo. E entretanto, como sabe, surgiu a questão do muro, a questão de o muro ficar instável, em que realmente colocámos lá o gradeamento há um ano atrás para que pudesse assim acautelar alguma queda, dada a instabilidade do muro. Entretanto, dentro daquilo que era a elaboração do projeto, tivemos que pedir pareceres à Direção Regional da Cultura, uma vez que se trata de um monumento da Rota do Românico, monumento nacional da Rota do Românico, a Igreja e toda a sua envolvente, onde também se integra o muro, e só há pouco tempo tivemos esse parecer favorável para nós podermos fazer a intervenção da estabilização do muro, que é a sua demolição e reconstrução de um novo de forma estável e duradoura.

Depois, como sabe também, naquela visita que fizemos à Freguesia de Santo Isidoro e Livração, em que tivemos a questão também de se poder alargar, ou melhor, alargar um pouco mais nesta primeira fase, que é da igreja até ao cemitério e à casa mortuária, e havia necessidade de se entrar num terreno privado. Devo dizer que fizemos as nossas reuniões com a família dos herdeiros, e o tempo foi passando, diria que meses foram passando, até que, realmente, pudéssemos obter alguma resposta da parte das pessoas que tinham que nos dar uma resposta afirmativa, para podermos, realmente, entrar um pouco no seu terreno. Depois, no final, não resultou, porque, de facto, as pessoas queriam contrapartidas que não nos pareciam ajustadas àquilo que era uma cedência de uma pequena parcela de terreno para podermos fazer um passeio diferente e um pouco mais prolongado, e com pena nossa. Mas também tudo isso foi arrastando e impediu-nos de avançar com o processo de concurso. Há bocadinho, parece-me a mim que, de facto, houve um contato com o meu Chefe de Divisão, que não lhe disse “para a semana”, mas disse-lhe “esta semana”. Não foi “para a semana”; “esta semana”. E só não foi há mais dias depois de eu lhe ter dito que já tinha decidido, despachado para abrir o procedimento concursal porque as pessoas também têm as suas férias, os nossos colaboradores também têm férias, legitimamente, e com as quais eu não posso deixar de estar de acordo. E como tal, uma



das nossas colaboradoras que põe habitualmente na plataforma esteve também alguns dias de férias, e houve aqui, de facto, mais esta dilatação na colocação na plataforma eletrónica, que vai acontecer esta semana, uma vez que a senhora, efetivamente, regressou hoje ao serviço, depois deste período de férias, que tem feito até de uma forma intermitente, exatamente para não prejudicar alguns aspetos que são importantes dos concursos que temos vindo a realizar. E por isso, esta é a explicação, por que é que, efetivamente, ainda não foi. É verdade que é um concurso por consulta, falei em oito (8) empresas, com certeza que assim é, e por isso, vamos aguardar que, efetivamente, o concurso se faça nestes próximos dias, para que ainda possamos adjudicar a obra neste mandato, e se ela se puder iniciar, ficamos ainda mais felizes. Mas, a obra vai-se fazer, e o muro, naturalmente, vai ser estabilizado, com a sua demolição e reconstrução de novo. Como deve calcular, nós também podíamos dizer: “Mas isto não é da nossa responsabilidade, é da responsabilidade da Igreja.” Eu não sei se o meu amigo, nessa carta pública, também a responsabiliza se porventura acontecer alguma coisa, à Igreja, à Paróquia. Julgo que não, porque eu também tive o cuidado de dizer ao Sr. Padre que, efetivamente, já tinha tomado a decisão de adjudicar a obra, e por isso estava, realmente, em fase de a colocar em concurso. Era bom também, já agora, para sermos justos, então, com essa invetiva e com essa interpelação. É que, realmente, aquele muro não é público; é da Igreja. E nós estamos, exatamente, a procurar ajudar, e bem, na minha ótica, e faço-o com todo o gosto, e os meus pares da Câmara Municipal.

Por isso, penso que esse diálogo foi sempre um diálogo, como digo, institucional, muito urbano e agradável, não sei por quê também o tom da sua intervenção hoje, até como se porventura tivesse faltado à verdade, ou tivesse faltado ao compromisso. Não faltei, estamos a cumprir o compromisso que temos convosco, dentro daquilo que foi, naturalmente, a preparação de todo este projeto de requalificação, e que depois vai continuar numa segunda fase, ou até terceira fase, vamos ver até se conseguimos fazer agora já duas (2) em simultâneo, neste concurso, para depois prosseguir e ficar toda aquela zona diferente para melhor, porque acho que o merece, com a avenida principal que dá acesso à igreja.

Dizer também ao Sr. Coronel José António Valdoleiros, sobre a questão da inspeção, dizer-lhe que, efetivamente, a inspeção ainda não mandou o relatório final. Houve um relatório preliminar, para que haja sempre – que isso é habitual – o contraditório. Nós fizemos o contraditório, aguardamos exatamente que eles comuniquem o relatório final, que normalmente é comunicado à Câmara e para dar também conhecimento à Assembleia Municipal. Quando ele chegar, com certeza que será dado conhecimento à Assembleia Municipal. Se até hoje não chegou, nós não podemos, naturalmente, pedir ao Sr. Presidente para também inscrever na ordem de trabalhos o dar conhecimento à Assembleia. Não temos nada para esconder, o relatório vai ser, naturalmente, público e vai ser do nosso conhecimento.

Quanto às questões da contabilidade de custos, nós tentamos, realmente, fazer esse esforço, está implementada a contabilidade de custos. É evidente, quer dizer, na informação, se o Sr. Coronel – penso que sim, também acha que a informação deve ter também isso, se calhar não é a sede mais adequada, sob pena de a informação, de quarenta (40) passar para setenta (70), oitenta (80) ou mais páginas, não sei se isso será a melhor forma. Mas pronto, estamos sempre a tempo, a nova Câmara Municipal, com a Assembleia Municipal, para ver a melhor metodologia para que haja um conhecimento mais alargado daquilo que é o trabalho realizado pela Câmara e daquilo que é a contabilidade de custos.



Quanto à transparência, devo dizer que ainda agora, mais uma vez, este ano, no Índice de Transparência que é feito em relação aos municípios portugueses, Marco de Canaveses, penso que está bem cotado na transparência. Eu acho que ainda podemos fazer mais, e às vezes até nos falta mais alguma informação no nosso *site*, porque é uma das fontes onde eles vão também muitas vezes ver, que nem sempre tem toda a informação disponível, e se tivesse, se calhar ainda estaríamos mais bem cotados no *ranking* dos municípios portugueses. É só olhar para os outros municípios de todas as áreas políticas, e nem é preciso sair do Distrito do Porto, e vejam, exatamente, não temos medo de nos comparar com os outros municípios da nossa região, estamos bem cotados em termos de transparência.

Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, Dr. Miguel Carneiro, sobre o Centro de Bem Estar Animal, temos feito o que está ao nosso alcance, estamos ali já a fazer um investimento muito próximo dos duzentos mil euros (200.000€). Temos vindo a corrigir algumas situações em que nós queremos colaborar, porque queremos que as pessoas se sintam bem, não queremos perturbar, muito menos os vizinhos. Estamos a fazer esse esforço, os nossos colaboradores continuam lá a fazer as intervenções que são possíveis. Neste fim de semana, voltámos a falar, e disse-me que haveria necessidade de ainda irmos um pouco mais longe naquilo que é a barreira acústica, já fizemos uma pequena ampliação em relação à obra inicial, vamos ver se é necessário ir um pouco mais longe. Também temos que ir vendo, porque aquele Centro de Bem Estar Animal tem capacidade para duzentos (200) animais, suponho que já ultrapassou, e também temos que ter isso em consideração, sob pena de depois ser insolúvel o problema, e com certeza que a nossa Animarco está a fazer o seu melhor, com certeza também terá isso em consideração. É por isso que eu sou defensor, e apresentei já há quatro (4) anos na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa para se fazer um ou vários, e há um estudo feito pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para se colocar cinco (5) ou seis (6) CRO's, Centros de Recolha Oficial, para dar uma resposta maior a cada um dos nossos municípios, porque esta é apenas uma resposta; não é a resposta final, é uma resposta, e temos todos que nos empenhar para fazer a adoção, para que aqueles animais que são ali acolhidos durante um tempo não fiquem lá todo o tempo, porque foi por isso que lançámos a campanha com *outdoors*, e fizemo-lo pelas vias ao nosso dispor, as redes sociais, para, naturalmente, até fazer a campanha no país e fora do país. Vamos ver se as coisas correm bem, mas todos temos que nos empenhar.

Da nossa parte, estamos a tentar também compensar de algum modo o facto de termos tido posto ali aquele equipamento, que eu acho que nós devemos vê-lo como um benefício, como um investimento positivo e necessário para a nossa terra, daqueles que defendem e são defensores dos animais, como nós somos, e somo-lo de forma convicta, e não como se fosse algo que não devia de existir. Mas acho que estamos, felizmente, no séc. XXI, e estamos no primeiro mundo, estamos na Europa, e estamos em Portugal, e estamos em Marco de Canaveses. E é nesse sentido.

Por isso, eu penso que o investimento que já fizemos, da estação elevatória, da outra que estamos a fazer também, a tal de Fafiães, já tínhamos feito a pavimentação do acesso ali naquela área, e agora com a requalificação do campo de jogos do Futebol Clube de Vila Boa do Bispo, com o sintético, são investimentos interessantes, e acho que ainda podemos continuar a fazer mais no futuro, seguramente, espero que a próxima Câmara também o possa continuar, é



esse o nosso desejo, porque acho que é justo, e naturalmente grato sempre à Freguesia de Vila Boa do Bispo pela colaboração e pela parceria para que este Centro de Bem Estar Animal visse a luz do dia, e o nosso Centro de Recolha Oficial de Marco de Canaveses.

Dizer também, em relação à Sra. Deputada, Dra. Ana Cristina Valente, muito obrigado pela sua intervenção. De facto, são duas (2) áreas que nós priorizamos muito e de que nos orgulhamos, a construção de um Marco na Educação, também na solidariedade. Na educação, tudo aquilo que a senhora referiu, e acho que houve aqui um grande avanço – acho que houve aqui um grande avanço. É evidente que é um caminho sempre incompleto, temos que continuar a requalificar as escolas, temos que continuar a equipar melhor as escolas. Temos muito gosto, que ainda agora vamos colocar, estamos a investir quase mais cem mil euros (100.000€) nas escolas do 1.º ciclo e nos jardins de infância, em colocar mais quadros interativos em todas as salas das escolas do 1.º ciclo e videoprojetores em todos os jardins de infância, para começar agora nas primeiras semanas do ano letivo de 2017/18. Acho que é um esforço que temos feito com prazer, com gosto, porque as nossas crianças merecem-no. E é agora que se ganha o futuro, é no pré-escolar e no 1.º ciclo, dos futuros homens e mulheres, cidadãos do Marco de Canaveses, de Portugal e da Europa, é assim que os devemos realmente encarar. E é nesse sentido que estamos aqui a fazer esse trabalho.

Na ação social, investimos muito mais do que o valor que referenciou. Na educação, penso que os números que realmente referenciou são aqueles que decorrem, mas ainda agora, só na última Reunião de Câmara, levámos mais uma vez a Ação Social Escolar, mais trezentos e tal mil euros, só na Ação Social Escolar, que é o apoio às refeições das famílias muito carenciadas, que não pagam nada, das carenciadas que pagam cinquenta por cento (50%), no material didático, etc. Este ano, como o Governo decidiu dar aos quatro (4) anos, já não precisamos de dar os manuais escolares, porque já são dados – porque nós já estávamos a dar, como sabe também – e por isso agora dá o Governo, e muito bem, acho que é justo que assim seja. E por isso, estamos a fazer, então, esse investimento nos quadros interativos e nos videoprojetores para o 1.º ciclo e para os jardins de infância.

Mas, devo dizer que me orgulho, como social democrata, na rede social que temos, nos equipamentos sociais que foram possíveis de construir, novos, requalificar os que já existiam, e construção e criação de novas IPSS's no nosso concelho. É, de facto, uma rede que eu considero já francamente positiva, com uma cobertura bastante satisfatória, mas que ainda há algumas lacunas. Ainda agora vamos também levar à próxima Reunião de Câmara a cedência da Escola de Fandinhães para que a Casa do Povo de Penha Longa, que agora está reativada, que tem até um projeto de requalificação do edifício e ampliação com um bloco novo, junto à Igreja de Paços de Gaiolo, possa começar o seu trabalho de apoio social, com um centro de convívio nessa escola, e vamos levar, exatamente, um protocolo. É dos tais protocolos que também ainda vamos levar, que são, realmente, com as nossas instituições e para dar vida às nossas escolas que foram desativadas por falta de alunos. É assim que continuamos a trabalhar até ao último dia do nosso mandato. E por isso, dizer-vos que, efetivamente, temos um grande orgulho de ter essa rede social e esse conjunto de equipamentos sociais muito importantes para a terceira e quarta idade, e também para os cidadãos diferentes, como o Lar Residencial de Alpendorada, da CERCIMARCO.



Agradeço-lhe, Sra. Deputada, Dra. Ana Cristina Valente, a sua intervenção, sublinhando, exatamente, aquilo que foram de algum modo aspetos relevantes dos nossos mandatos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, dentro do possível, agradecia que concluísse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Vou tentar. Dr. Mário Luís, o torneio, estamos de acordo, e espero que vá continuar porque já tem vários anos, já vem de vários mandatos anteriores aos nossos, de professores e funcionários, estamos de acordo.

Já está a sinalética em Bitetos, já há algumas semanas, talvez três (3) semanas. Se calhar ainda não teve oportunidade de ver, mas está lá a indicar Bitetos.

A Escola EB1 do Cruzeiro, espero que fique pronta durante esta semana para as aulas começarem no dia 18, com um atraso de três (3) dias. Vai, em princípio, haver reuniões no dia 13, no dia 14 começam na prática as aulas, por isso será na segunda-feira, dia 18. É assim que se está a trabalhar, para que isso aconteça. Admito que ainda possa haver lá alguma pequena obra ainda a ser concluída, mas ficará operacional para funcionar a partir do dia 18, isso já está dialogado com o Agrupamento de Escolas, com a escola, com a Junta de Freguesia, e os pais serão informados esta semana disso.

Falou do depósito, vamos ver o que se passa com o depósito, em relação à escola, para não prejudicar.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, Fernando Monteiro, agradeço-lhe também a sua intervenção. Temos muito gosto, realmente, de pôr aquele nosso pavilhão a funcionar, para dar-lhe maior atividade nas camadas jovens da freguesia, mas também do município, com o Hóquei Clube do Marco e com a Academia de Patinagem, que vai com certeza dar outra dinâmica ao pavilhão e vai ficar realmente qualificado para esse efeito.

O complexo desportivo vai ficar mais completo com a requalificação do campo de jogos, com o sintético e com uma pequena bancada que também vai ter. Ficamos, naturalmente, felizes por isso, e com todas as obras que fizemos ao longo dos mandatos em Vila Boa de Quires e Maureles, mas também aquelas que ainda estão a decorrer, e que são também elas relevantes. E subscrevo aquilo que disse em relação à ETAR, esperamos que as Águas do Marco possam rapidamente pô-la operacional para servir a população para a qual fizemos este investimento, praticamente de um milhão de euros (1.000.000€), entre a ETAR e a rede.

Sr. Deputado Luís Pinto – estou, como veem, a acelerar – agradeço muito a sua intervenção e o vigor com que a fez. Acho que isso também decorre daquilo que é a sua própria convicção em estar connosco neste projeto da mudança tranquila na nossa terra, e acho que fizemos todos, porque há uma coisa que vos quero dizer, e ia dizer depois, no final: é que este trabalho, tudo aquilo que fizemos no Marco de Canaveses, é obra dos Marcoenses, é obra dos autarcas Marcoenses, das freguesias e do município em que honro de ser um *primus inter pares*. É assim que eu vejo a obra que fizemos, com as empresas, com as coletividades e com todos os cidadãos. Muito obrigado pela intervenção, e é verdade que nos honramos muito de termos



posto a casa em dia, a Câmara em ordem, de boas contas, contas à moda do Marco – há quem diga “à moda do Porto” – à moda do Marco, e acho que é bom. Isso é uma imagem distintiva, para nós, perante nós e perante quem nos vê na região e em Portugal. E o Anuário Financeiro tem-no dito reiteradamente ao longo dos últimos anos. E isso dá-nos uma grande satisfação e alegria, porque assim o Marco voa mais alto. Eu acho é que ele estava a voar pouquinho, estava muito em baixo, e está a voar alto. E eu acredito que a próxima Câmara vai, com todos nós, voar ainda mais alto. E eu só vou ficar feliz convosco por voar ainda mais alto, porque tem condições de o fazer.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Constance, Abílio Castro, retribuo-lhe os mesmos cumprimentos, a relação foi sempre excelente no plano pessoal e no plano institucional. Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, com a certeza, porém, de que não fizemos tudo em nenhuma freguesia, como nunca ninguém fará tudo em todo o concelho, seja quem vier também, mas tentámos fazer o nosso melhor. E acho que ainda estão obras a decorrer, e elas ainda vão acontecer. E por isso estamos, naturalmente, felizes.

Tomámos nota, e o Sr. Vice-presidente da Câmara também, da questão das fossas a céu aberto, que lamentamos. E também agradeço, naturalmente, esta colaboração institucional que houve entre a Junta de Freguesia de Constance e a Câmara Municipal.

Quanto ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia último, de Tabuado, José Fernando Barbosa, da nossa parte, já disse há bocadinho, as obras em relação ao saneamento na Estalagem e Vinha são para avançar, já há bocadinho o referi a propósito da pergunta feita pelo Sr. Município Samuel Vieira. Quanto às outras obras, estamos a fazer aquilo que está ao nosso alcance.

A questão de libertarmos as verbas que estão assumidas para apoio ao Centro Cultural e Social de Tabuado, hoje esteve lá um dos técnicos, eu já lhe tinha pedido para lá ir na semana passada, só foi possível lá ir hoje, e como tal ficou de me fazer amanhã, o mais tardar – penso que não chegou a fazer agora, ao fim da tarde, penso que já não iria ter tempo, até porque estava à espera que o Sr. Eng.º Bruno Caetano mandasse também uma declaração que ele precisava para esse efeito, para que amanhã, chegando à minha mão, dou imediatamente ordens à tesouraria para libertar a verba que está assumida de apoio a essa obra, de cinquenta mil euros (50.000€), que como sabe, nós decidimos apoiar na sequência daquilo que já tinha sido todo o trabalho daquele complexo mortuário de Tabuado, em que lá estão já investidos duzentos mil euros (200.000€) por parte da Câmara Municipal.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Passaríamos agora ao Ponto n.º 3.2, e a pedido do Sr. Vereador com este pelouro, o Dr. Vítor Gonçalo, ele iria fazer uma apresentação dos Pontos n.º 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5, penso eu, os quatro (4) pontos numa só apresentação em *Power Point*. Eu só iria ler os pontos, Sr. Presidente, só para ficar na parte auditiva.



Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aplicação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – para o ano de 2017.

Ponto n.º 3.3, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da Proposta do Lançamento da Derrama para o ano de 2017.

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da proposta da Participação fixa no IRS para o ano de 2018.

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da Proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP, para o ano 2018.

Os pontos irão ser votados separadamente, mas vamos analisá-los de uma forma em conjunto. Faça favor, Sr. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem. Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Municípes e comunicação social:

Como devem calcular, este é um momento singular dos nossos mandatos. Como nós gostaríamos todos, sem exceção, todos os Srs. Deputados e também os Executivos a que tive a honra de presidir durante estes três (3) mandatos, de ter trazido aqui aquilo que hoje estamos a trazer; tínhamos realmente tido todos, com certeza, mais oportunidades para que o nosso concelho, e em particular as empresas, as famílias e as famílias, naturalmente, mais carenciadas, pudessem ter tido mais qualidade de vida, mais progresso, mais desenvolvimento, mais emprego para as novas gerações, e para todas as gerações, sem exceção. Mas isso, não nos foi dada essa oportunidade, como bem sabem. Felizmente – e isso também nos dá grande satisfação – nós conseguimos pôr termo ao contrato de reequilíbrio financeiro, que era, de facto, um ferrete que nos tolhia o passo de nós continuarmos a empreender, a fazer, e acima de tudo a fazer com justiça, com equidade, e acima de tudo com vontade de ajudar quem precisa, que é o motor do progresso deste concelho como são as empresas e as famílias, naturalmente, que merecem ter sempre uma mão amiga e solidária daqueles que, efetivamente, são os responsáveis pelo serviço público. E isso, nós gostávamos de o ter feito, mas, de facto, não tivemos essa liberdade, não tivemos essa oportunidade, mas felizmente que conseguimos reconquistar a nossa autonomia com o término do contrato de reequilíbrio financeiro. Hoje somos mais Poder Local do que eramos há três (3) meses atrás, do que eramos há doze (12) anos, ou há dez (10) anos, ou há cinco (5). Isso é bom, acho que isso é bom para a democracia, para o Poder Local, acima de tudo para o serviço aos cidadãos da nossa terra. E é por isso que eu estou feliz, porque aqueles que vão ser eleitos no dia 1 de outubro vão ter outra liberdade de ação que nós não tivemos, como gostaríamos e merecíamos ter tido. E por isso, nós hoje trazemos aqui aquilo que, realmente, tínhamos assumido como compromisso. E não vale a pena dizer que é por ser ano de eleições, ou que é por estarmos em vésperas de eleições; não, é porque sempre, de forma coerente, e de acordo com aquilo que é a nossa responsabilidade, no mês de setembro é que trazemos sempre à Câmara Municipal, exatamente, a fixação das taxas do IMI, da Derrama, a Participação no IRS e até a questão dos Direitos de Passagem. E por isso estamos a fazê-lo mais uma vez, como fizemos durante os doze (12) anos em que tivemos essa responsabilidade. Estamos a fazê-lo, como digo, com mais prazer, estou certo que de todos,



sem exceção, porque realmente hoje conseguimos, então, exercitar a nossa liberdade, exercitar o nosso poder de decidir as taxas, e não sermos obrigados a cumprir um pró-forma, de taxas sempre máximas. E então hoje, como vai o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo, apresentar, vamos realmente fazê-lo. Já no ano passado demos um pequeno sinal, exatamente de acordo com o Orçamento de Estado para o ano em curso, de 2017, em que o próprio Governo, o Estado, baixou o limite de zero vírgula cinco (0,5%) no IMI para zero vírgula quarenta e cinco (0,45%). Nós, porque estávamos em reequilíbrio financeiro, não éramos obrigados a baixar esse meio ponto (0,05%), mas nós aproveitámos essa oportunidade de a taxa passar, realmente, a zero quarenta e cinco (0,45%) para baixarmos. Isso correspondeu, parece que não, mas foram quinhentos mil euros (500.000€) que, apesar de tudo, deixámos de cobrar, e isso ficou nas famílias, ficou nas empresas. Pouquinho, é verdade, mas foram quinhentos mil euros (500.000€). Agora, com aquilo que aqui apresentamos para as diferentes propostas, são mais de dois milhões de euros (2.000.000€). Com os quinhentos (500.000€) deste ano, parece que não, face a 2016, estamos a baixar dois milhões e meio de euros (2.500.000€) – baixar, ou seja, reduzir a nossa fiscalidade, a nossa carga fiscal. Acho que isso é bom, é muito positivo. Dá-me uma grande alegria como Marcoense, como português e como social democrata, nós hoje estarmos aqui a praticar este ato.

E por isso, Sr. Presidente, se me autorizar, passava a palavra ao Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo. Muito obrigado.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, colegas vereadores, membros da Assembleia, público, Marcoenses que nos seguem pela comunicação social:

Então, em complemento àquilo que o Sr. Presidente já foi adiantando, esta apresentação irá ser feita em cinco (5) pontos: primeiro, uma pequena nota de enquadramento para percebermos, no fundo, como chegámos até aqui, o que foi preciso fazer para hoje, finalmente, ao fim de doze (12) anos, termos esta oportunidade para tomar esta decisão. E depois, as quatro (4) taxas, digamos assim, que temos oportunidade de fixar.

Como sabem, e é do conhecimento toda esta situação que impediu, ao longo destes doze (12) anos, que esta Assembleia fosse soberana do ponto de vista da fixação destas taxas teve sempre a ver com o plano de reequilíbrio financeiro e com a dívida que lhe estava associada. A dívida inicial, em termos gerais, foi de quarenta e sete ponto seis milhões de euros (47.600.000€) durante estes doze (12) anos (2005-2016), à última prestação de contas amortizámos de capital vinte e dois ponto oito milhões (22.800.000€), suportámos de encargos com juros doze ponto oito (12.800.000€), o que fez um serviço da dívida global na casa dos trinta e seis milhões (36.000.000€), e era a dívida a 31 de dezembro de 2016, vinte e quatro ponto sete (24.700.000€), portanto, momento e valor que nos permitiu sair do sobreendividamento, momento que ocorreu no primeiro semestre de 2015, tendo desencadeado, como é do conhecimento desta Assembleia, pela primeira vez o procedimento de substituição de dívida, que só veio a ter provimento mais tarde, já no decurso de 2017. Mas, o momento histórico que fica e que permite que todo este processo seja despoletado começa precisamente com a saída do sobreendividamento, em 31 de março de 2015. E daí querer apresentar estas datas como relevantes. Segue-se também a data de 31 de dezembro de 2016, que foi a data usada como referência para o procedimento de substituição de dívida, ao abrigo do art.º 81.º da Lei do



Orçamento de Estado. Depois, em 18 de fevereiro de 2017, esta Assembleia Municipal teve a oportunidade de aprovar o procedimento de substituição de dívida; em 24 de maio obtivemos o visto do Tribunal de Contas, e para efeitos do cumprimento do art.º 86.º, n.º 3, da Lei n.º 73/2013, o procedimento, ou o plano de reequilíbrio financeiro cessava com a comunicação ao Ministro da Tutela, no caso Ministro Adjunto, Dr. Eduardo Cabrita, do fim do contrato de reequilíbrio financeiro. Portanto, ocorreu no dia 27 de junho a assinatura desse ofício dirigido ao Ministro que mais tarde veio, digamos, a comunicar a receção. Portanto, da Lei não resultava que houvesse uma aceitação, era apenas a comunicação. Portanto, a data histórica que fica é a de 27 de junho de 2017.

Chegados, então, a este momento de tomarmos opções, entendemos por bem, e como estamos aqui a falar de abdicar de receita, de o município passar a suportar despesa fiscal, por força destas decisões, que até aqui não tínhamos sequer opção de tomar, e portanto, em todos os anos anteriores em que a decisão era tomada não se impunha sequer fazer qualquer análise do ponto de vista quantitativo da receita arrecadada porque, de facto, eramos obrigados sempre a aplicar as taxas máximas. De 2011 a 2016, este gráfico apresenta-vos a forma como evoluiu a arrecadação da receita de IMI, com um crescimento muito acentuado entre os anos de 2012 a 2015, depois com uma ligeira quebra em 2016. Em 2017, pela análise feita até ao momento, apresenta já uma recuperação face a 2016. Daquilo que é o enquadramento do nosso município na região, entendemos perceber a posição que ocupávamos e de que forma os outros municípios à nossa volta, aqueles que, de alguma forma, do ponto de vista competitivo, nos dizem respeito, perceber que taxas vinham aplicando. E apresentam-se aqui os últimos três (3) anos, e pudemos perceber que, de facto, o Município de Marco de Canaveses era aquele que apresentava a taxa maior face aos demais da região.

A nossa proposta, então, para 2017, no que respeita à taxa de IMI para prédios urbanos, é a taxa mínima que a Lei permite, de zero vírgula três (0,3%), ficando comparativamente com os melhores, ficamos numa situação de plena igualdade com aqueles que são mais competitivos, tornamos assim o Marco de Canaveses, na região, dos mais competitivos nesta matéria.

Entendemos ainda aliviar a carga fiscal suportada pelas famílias, em particular pelas famílias com dependentes a cargo. Está previsto no art.º 112-A.º do Código do IMI que agregados com dois (2) dependentes possam, para além da aplicação da taxa mínima, ainda ter uma redução excecional, no caso, de quarenta euros (40€), e famílias com três (3) ou mais dependentes possam ter ainda uma dedução adicional de setenta euros (70€), porque nos parece que é de elementar necessidade promover a fixação da população, em particular a mais jovem, promover maior justiça social, entendemos também, para além da aplicação da taxa mínima, aplicar aqui este fator diferenciador pela positiva, que sem dúvida terá um efeito positivo no futuro, cremos nós.

Em termos daquilo que é a despesa fiscal a suportar pelo município, no que respeita à redução da taxa para prédios urbanos, pelos números de 2016 (os últimos dados disponíveis) – isto são, digamos, dados médios, são meras estimativas mas que nos permitem ter uma noção da grandeza daquilo que é a despesa fiscal que o município irá suportar. Então, esta redução da taxa terá um impacto de um milhão e meio (1.500.000€), e a dedução fixa para famílias numerosas, cerca de noventa mil euros (90.000€). Portanto, isto, no total, é aproximadamente um milhão, seiscentos e nove mil euros (1.609.000€).



Passando ao outro imposto, a Derrama, que é da opção do município fixar, ou não, taxas de Derrama, como pudemos verificar no gráfico também, a evolução é algo irregular ao longo dos últimos anos (2011-2016); no entanto, o ano de 2016 apresenta aqui um valor bastante acima de todos os outros, o que, de alguma forma, poderá revelar já alguma retoma da economia, e cremos nós que se este crescimento da economia que se vem a manifestar ao longo dos últimos anos se mantiver, apesar de abdicarmos aqui, como consta da proposta, de uma parte da receita, do ponto de vista da arrecadação ela poderá ser até superior à média dos anos anteriores.

Do ponto de vista daquilo que tinham, relativamente a 2016, os municípios aqui da região, destacava aqui, por exemplo, Felgueiras, que aplica a taxa – aqui no caso da Derrama, nós temos, digamos, dois (2) patamares em que é permitido diferenciar as taxas: a partir de cento e cinquenta mil euros (150.000€), a taxa normal é de até um vírgula cinco por cento (1,5%); abaixo, ou seja, a empresas com volume de negócios abaixo dos cento e cinquenta mil euros (150.000€) pode ser aplicada uma taxa reduzida ou aplicada uma isenção. No caso, por exemplo, de Felgueiras, aplica a taxa normal a todas as empresas com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros (150.000€) e uma taxa reduzida de um por cento (1%). No caso do Marco de Canaveses, aplicávamos uma taxa de um e meio (1,5%) a todas, porque não tínhamos sequer opção de isentar ou aplicar uma taxa reduzida. O exemplo de Paços de Ferreira, em que aplica uma taxa reduzida a empresas com volume de negócio inferior a cento e cinquenta mil (150.000€), e Penafiel, que aplica uma taxa de zero setenta e cinco (0,75%) para volumes de negócios abaixo dos cento e cinquenta mil euros (150.000€). Refiro que isto são dados de 2016, não sei qual será a decisão destes municípios para o ano de 2017. De qualquer forma, mais tarde serão do conhecimento público; neste momento ainda não o são.

A nossa proposta é, então, de a empresas com volume de negócios acima dos cento e cinquenta mil euros (150.000€) aplicar uma taxa de um por cento (1%), e isentar empresas com volume de negócios abaixo dos cento e cinquenta mil euros (150.000€). Penso que é uma proposta equilibrada, responsável, e que não compromete de modo algum a solvabilidade do município. Temos noção de que a maioria do tecido empresarial em Marco de Canaveses são empresas familiares, ou seja, que são microempresas, pequenas empresas, têm volumes de negócios baixos, e portanto, vemos aqui uma oportunidade de incentivar essas empresas ao investimento e até à sua criação.

Do ponto de vista daquilo que é a despesa fiscal, então, a suportar com esta redução, estima-se que para empresas com volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros (150.000€), a redução em meio ponto percentual (0,5%) tem uma despesa fiscal de cento e cinquenta e um mil euros (151.000€), e empresas com volume de negócios abaixo dos cento e cinquenta mil (150.000€), suportamos uma despesa fiscal de cinquenta e um mil euros (51.000€). No total, estima-se uma despesa de duzentos mil euros (200.000€). E esta é, sem dúvida, uma medida que permite promover o empreendedorismo, incentivar o investimento, estimular a criação de emprego e fixar a população mais jovem no concelho.

No que respeita à taxa de IRS, apresentamos também aqui a forma como evoluiu a arrecadação de receita ao longo dos últimos anos. Aqui, o IRS tem uma particularidade: é que a taxa que estamos a fixar agora é para rendimentos de 2018, para arrecadação em 2019, e portanto, já



consta do Orçamento de Estado e já estava aqui disponível o valor que iremos arrecadar em 2017, de setecentos e quarenta e seis mil euros (746.000€), e portanto, já se apresenta aqui. Verifica-se também um acentuar da receita de 2014 a 2017, e de algum modo este crescendo vem-nos permitir agora, isto é, arrecadar uma receita que é, de alguma forma, sustentável para que a Câmara continue a ser solúvel no futuro, podendo assim apresentar uma proposta de redução de quatro por cento (4%), como veremos mais à frente. Do ponto de vista daquilo que é o enquadramento dos municípios à nossa volta, vemos que apenas Lousada aplicava, até 2017, uma taxa de quatro por cento (4%); todos os outros municípios – Amarante, Baião, Felgueiras, Paços de Ferreira, Penafiel, Marco de Canaveses – aplicavam uma taxa de cinco por cento (5%).

Como dizia, então, a proposta é de que esta taxa tenha uma redução de um por cento (1%), abdicamos aqui de um por cento (1%), uma despesa fiscal estimada na casa dos cento e cinquenta mil euros (150.000€).

No que se refere à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, mantemos a proposta na taxa máxima admissível, até porque é uma taxa que incide sobre um setor específico, e portanto, entendemos manter aqui nos zero ponto vinte e cinco (0,25%). Portanto, não há aqui qualquer despesa fiscal associada.

Do ponto de vista global, e em jeito de resumo, o Sr. Presidente já teve oportunidade de o referir, esta despesa fiscal ascende sensivelmente a dois milhões de euros (2.000.000€), é sem dúvida um investimento. O que consta da Lei é o termo “despesa fiscal”, mas eu prefiro chamar-lhe “investimento”. Isto é, sem dúvida, um investimento claro da autarquia na economia, são dois milhões de euros (2.000.000€) por ano que passaremos a deixar circular na economia para que se invista, crie emprego, promova a fixação das pessoas. Isto permitirá tornar o nosso município competitivo na região, de modo a que possa, de facto, arrancar de uma vez por todas, potenciando aquilo que são os nossos fatores endógenos que nos podem diferenciar de todos os outros. Entendemos também que é uma proposta equilibrada, responsável, que não compromete de modo algum a solvabilidade do município, porque como puderam ver, a receita tem vindo a subir nos últimos anos, é uma tendência acentuada que se verifica, e portanto, digamos, esta despesa fiscal está completamente suportada por esse acréscimo que tem vindo a ocorrer.

E portanto, era só. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vereador. Eu daria a palavra agora aos Srs. Deputados que se queiram inscrever. Portanto, eu vou ler os nomes: Rolando Pimenta, Patrícia Vieira, Carla Babo, Mário Bruno, Mário Luís, Benjamim Marques e Gil Rodrigues.

Portanto, eu chamaria o Sr. Deputado Rolando Pimenta.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Prescindindo das saudações iniciais, mas em primeiro lugar eu pretendia fazer uma interpelação à Mesa apenas, ou melhor, um pedido de esclarecimento para evitar surpresas futuras. Tive oportunidade de comparar o edital de há um ano, 2016, que aprovou as mesmas taxas, e o presente edital, e a redação é exatamente a mesma para taxas que são diferentes. Ou seja, eu



vou ler, para que não restem dúvidas. No Edital n.º 9/2016, que convocava a sessão realizada em 24 de setembro, nos Pontos n.º 3.9, na altura, e 3.10, tem exatamente a mesma redação, sem tirar nem pôr, que o que consta no edital atual. Significa que do ponto de vista jurídico, estaremos a aprovar algo que já foi aprovado em 2016. É o que está aqui, exatamente. Agora, eu chamo apenas à atenção da Mesa para resolver, ou estar prevenida para eventuais problemas. É evidente, isto é um ponto, um ponto prévio para a Mesa analisar e decidir em conformidade.

Mas, agora, permitam-me que me debruce sobre as propostas que se encontram em discussão. E efetivamente, honestamente, temos que felicitar, em primeiro lugar, o Dr. Vítor Gonçalo pela forma clara, profissional, com que apresentou a explanação inicial. E também felicitar o município por avançar com estas propostas. É óbvio que são positivas. Permitam-me discordar apenas num aspeto: elas, na prática, a médio prazo, não se irão traduzir em perda de receita; a médio prazo, o município vai-se tornar muito mais competitivo, vai captar mais investimentos, gerar maior emprego, dinamização económica, e concomitantemente vamos todos ganhar com isso. E temos que os felicitar por, efetivamente, terem aproveitado a janela de oportunidades criada pelo Governo do Partido Socialista, porque, efetivamente, só foi possível sair do plano de reequilíbrio financeiro com a aprovação da Lei do Orçamento de Estado, caso contrário continuaríamos – como disse, e muito bem, o Sr. Presidente – sob as grilhetas desse plano. E temos que dar o seu a seu dono: efetivamente, têm o mérito de ter aproveitado essa oportunidade, têm o mérito de terem ido cumprindo com as cláusulas do plano de reequilíbrio financeiro, e têm o mérito de ter aproveitado uma Lei da República que permitiu, de facto, esta situação em termos concretos. E como tal, só podemos aprovar.

Salvaguado a questão jurídica inicial, que é um facto, está aqui, é indesmentível: o que estamos a aprovar hoje, já o aprovámos objetivamente em 2016, como está aqui no edital.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra à Sra. Deputada Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia. Eu dispensava os cordiais cumprimentos, para abreviar.

Permitam-me só fazer aqui duas (2) correções àquilo que o Sr. Presidente referiu, nomeadamente àquilo que podemos dizer que foi a redução da taxa de IMI. A Lei do Orçamento de Estado para 2016 alterou esta mesma taxa. Ou seja, não foi a Câmara que reduziu a taxa de zero ponto cinco por cento (0,5%) para zero ponto quarenta e cinco (0,45%), mas sim a Lei do Orçamento de Estado que a previa. Portanto, não ficou claro, deu a sensação que quem reduziu em anos anteriores foi o Executivo, quando na realidade derivou da Lei do Orçamento de Estado.

Também para dizer que em Portugal, cerca de dois terços dos municípios aderiram às reduções do IMI em função do número de filhos que as famílias têm a cargo. Portanto, já se pedia que no Marco pudesse vir a acontecer. Lamentamos manifestamente que estas reduções não tenham



sido efetivadas em anos anteriores, o que nos leva a pensar se se estaria a cobrar mais impostos do que se devia para a sustentabilidade da gestão autárquica.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra à Sra. Deputada Carla Babo.

--- Carla Babo (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, público aqui presente, público que nos ouve através da Rádio Marcoense, comunicação social:

O Grupo Parlamentar do PSD congratula este Executivo pelo bem que fez pelo Marco de Canaveses e por todos os Marcoenses. Devido ao contrato de reequilíbrio financeiro, o Município de Marco de Canaveses foi obrigado a aplicar, ao longo dos últimos anos, a taxa máxima de impostos, mormente no que concerne à taxa de Derrama Municipal que incide sobre o lucro das empresas. Contudo, fruto do trabalho e cumprimento integral das medidas impostas pelo referido contrato, o Executivo liderado pelo Dr. Manuel Moreira pode hoje tomar a liberdade de reduzir o esforço fiscal aos nossos municípios Marcoenses e às nossas empresas. Para nós, as empresas têm um papel fundamental na criação e manutenção de emprego no concelho, pelo que este Executivo quis aliviar-lhes a carga de imposto, baixando zero vírgula cinco pontos percentuais (0,5%) à taxa de Derrama, passando para um por cento (1%) a taxa de Derrama a empresas com volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros (150.000€). Como medida de apoio à dinamização da economia local, na procura de geração de valor e na criação sustentada de empregos, o Executivo Municipal propõe a isenção de pagamento de Derrama às empresas com volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros (150.000€). Assim, estão criadas condições para atração de novos investimentos e para a manutenção e desenvolvimento dos já existentes no concelho. Com a diminuição dos impostos, temos um município amigo das famílias, amigo das empresas e um concelho competitivo, nomeadamente em termos regionais e nacionais.

Hoje termina o ciclo aberto em finais de 2005, que permitiu recuperar a credibilidade, honrando e cumprindo todos os acordos e compromissos. Reconquistamos a confiança que nos devolveu uma autonomia mais sólida e madura.

Bem hajam.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Bruno.

--- Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Suprimindo os habituais cumprimentos, saúdo a Câmara Municipal, e ficamos muito satisfeitos com a baixa dos impostos aqui apresentada. Mas, gostaria de dizer a todos os presentes, e é importante referir, que o Partido Socialista reduziu já no Orçamento de Estado de 2017 a taxa de IMI de zero ponto cinco (0,5%) para zero ponto quarenta e cinco (0,45%), redução esta que beneficiou todas as famílias portuguesas. Hoje, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses



apresenta nomeadamente a redução de zero ponto quarenta e cinco (0,45%) para zero ponto trinta (0,3%), seguindo assim o exemplo de todas as Câmaras da CIM, da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, considerando os Concelhos de Baião, Amarante, Penafiel e Paços de Ferreira. E também fiquei muito satisfeito por ter visto o Dr. Vítor Gonçalo comparar pela primeira vez em quatro (4) anos o Município de Marco de Canaveses com os municípios vizinhos. Sei por que é que o faz, todos sabemos por que é que o fez, mas gostaria também de o ver comparar o Município do Marco de Canaveses com os municípios vizinhos, nomeadamente na cobertura de água e saneamento ao longo do concelho. Não devemos comparar só o município naquilo que nos interessa e naquilo que nos dá jeito.

Ouvi aqui também, há pouco, numa intervenção do PSD, em que comparava Marco de Canaveses de 2017 com o Marco de Canaveses de 2005. Também não é possível fazer essa comparação, nomeadamente como uma criança que nasceu em 2005 não está hoje, em 2017, com a mesma forma física nem com a mesma estatura, nem com o mesmo nível de inteligência. Há, com certeza, uma evolução natural das coisas. Devemos comparar o Marco de Canaveses de 2017 com Amarante de 2017, com Penafiel de 2017, com Baião de 2017, com Paços de Ferreira de 2017. E é lamentável que não se faça e que não se cumpra precisamente aquilo que Paços de Ferreira fez, que foi a resolução do contrato das águas, na altura com as Águas de Paços de Ferreira, e aqui no Marco de Canaveses é lamentável que não se tenha seguido esse mesmo exemplo. Que pena é nós hoje não assistirmos aqui à comparação do Dr. Vítor Gonçalo, relativamente à água e saneamento, com o Concelho de Paços de Ferreira. Mas fica aqui certamente a minha indicação, e temos todos a certeza que num futuro próximo essa comparação vai aqui surgir.

Assim, todos nós nos congratulamos com esta medida. Importa agradecer a alteração do Orçamento de Estado levada a cabo pelo Governo do Dr. António Costa, que permitiu a saída da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, e muitas outras Câmaras, do plano de reequilíbrio financeiro. Assim, e só assim, é possível aprovar a redução dos impostos em Marco de Canaveses. Também daqui saúdo o nosso Governo de António Costa, o Governo do Partido Socialista, pela alteração da Lei do Orçamento de Estado de 2017, que permitiu a todos nós – e como sabemos que foi à segunda vez, não foi à primeira, era bom que tivesse sido à primeira, mas foi numa segunda Assembleia Municipal, e após a correção do processo enviado ao Tribunal de Contas, que todos nós aprovámos, e estamos todos muito felizes com essa aprovação. Não se trata aqui de tirar louvores da medida, isso pouco importa aos Marcoenses. Importa, sim, falar verdade aos nossos Marcoenses, pois foram eles quem mais contribuiu para a saída do plano de reequilíbrio financeiro com o pagamento dos seus impostos. Também era bom, e aqui deixo um voto de louvor a todos os Marcoenses, a todas as famílias Marcoenses que durante estes anos foram sacrificadas, foram massacradas com os impostos no máximo, e que hoje podem ver, graças ao Governo do Partido Socialista, a redução dos impostos aqui hoje apresentados.

Já agora, deixaria outro desafio, que é precisamente um desafio à Câmara Municipal, e já foi aqui falado na questão da água e do saneamento, e também gostaria, uma vez que não foi aqui feito, eu faço a comparação: o Município de Penafiel tem hoje uma cobertura de água e saneamento na ordem de noventa e seis por cento (96%); o Marco pouco tem além dos quarenta por cento (40%). É esta a comparação que eu gostaria de fazer.



E gostaria também de fazer uma pergunta à Dra. Ana Valente, que aqui falou, e eu concordo, gostaria de fazer-lhe a seguinte pergunta: na requalificação urbana da cidade do Marco de Canaveses gastámos cinco milhões de euros (5.000.000€)...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu estava a tentar, o Sr. Deputado está entusiasmado com o seu discurso, e eu percebo, estamos numa fase final da nossa Assembleia Municipal. Eu gostaria, se fosse possível, que nós nos focássemos no assunto do ponto em que estamos na ordem de trabalhos, que é um bocadinho mais simples do que este. E também gostaria, se me permite, Sr. Deputado, já agora, que não fossem pôr questões aos deputados, porque aqui não é um processo da Assembleia da República, é um processo diferente, as Assembleias Municipais são processos diferentes dos da Assembleia da República, e não podemos pôr resposta e pergunta.

--- Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Eu agradeço e respeito, e não faço a pergunta. Mas gostaria só de esclarecer o Sr. Presidente da Câmara relativamente à sua última intervenção, quando diz que está a fazer um favor à Igreja de Santo Isidoro, e à Paróquia de Santo Isidoro, Sr. Presidente, gostaria de lhe dizer que não está a fazer favor nenhum, porque o muro em causa era o muro do adro de vedação da igreja, e com as obras da estrada levou terras de encosto, e hoje está a cair devido à estrada que lá passa, estrada municipal, devido a essas terras. Por isso, é obrigação da Câmara Municipal requalificar aquele muro em volta da Igreja de Santo Isidoro.

Muito obrigado pela vossa atenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Portanto, eu chamaria o Sr. Deputado Mário Luís, e se pudéssemos voltar ao tema do debate, era importante agora.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Permitindo-me passar à frente as saudações, quero, naturalmente, congratular-me com esta boa notícia – porque isto, quer se queira, quer não, é uma boa notícia. Significa também – e também por aí é uma boa notícia – que o contrato de reequilíbrio financeiro afinal não era tão eterno como se dizia; foi possível renegociá-lo, o que é bom. É uma boa notícia pelo que representa, naturalmente, para o bolso dos municípios – acho que todos devemos ficar satisfeitos com isso, todos ficamos a ganhar. Claro que no período em que isto aparece, há uns mais iguais que outros, também a notícia é melhor para uns do que para outros, naturalmente. Claro que isso se percebe perfeitamente. E se me permitissem aqui, não é bem uma brincadeira, mas um pouco isso, normalmente um Presidente de Câmara, além de todas as suas competências, também valorizamos um pouco a sua capacidade de influenciar o Governo Central, de fazer pressão para atrair investimento para o Concelho do Marco de Canaveses. E se me permitirem a brincadeira, fico assim a pensar que a deputada Cristina Vieira aqui falhou um pouquinho, que não conseguiu atrasar isto uns meses, e isto não apareceria agora. Claro que ela não iria fazer isso, porque iria estar sempre presente o valor do município. Espero que tenha percebido a brincadeira. Muito rapidamente, estou a brincar, porque o período em que isto aparece, naturalmente que é mais benéfico para uns, em campanha eleitoral, do que para outros. É benéfico essencialmente para os municípios do Marco de Canaveses, e é isso que nós temos que valorizar, e é isso que nós



queremos. Isto era uma pequena brincadeira que não deve desvalorizar, porque sabemos que não o faria em benefício do Marco de Canaveses.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Benjamim Marques, se faz favor.

--- Benjamim Marques (PCP/PEV) ---

Dispensando-me dos cumprimentos da praxe, e dado que estamos a analisar em conjunto os Pontos n.º 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5, julgo que me vou repetir, congratulando-me também pelas boas notícias que ainda agora foram ditas, são boas notícias, e congratulemo-nos todos.

Portanto, há aqui uma proposta de baixar o IMI para 2017, isentar de Derrama para as pequenas empresas, e assinalo pontos importantes como isentar de Derrama para as pequenas empresas com um volume de negócios abaixo dos cento e cinquenta mil (150.000€), além de fazer suportar um por cento (1%) às empresas que têm um volume de negócios de mais de cento e cinquenta mil (150.000€).

No entanto, e não me querendo repetir, não posso deixar de salientar que faz sentido lembrar a declaração de voto favorável feita por mim, representativa da posição do Grupo da CDU, aquando da votação do empréstimo do reequilíbrio financeiro, que permitiu a renegociação do equilíbrio financeiro. Estava patente, ninguém ignora, o pressuposto em que era clara a redução do IMI e a redução das taxas onde isso fosse possível. Esta aprovação, pelo menos da minha parte, tinha como horizonte próximo que se fizesse, no futuro, o que fosse possível na redução destas taxas. Felizmente, isto veio a efetivar-se.

Apesar de todo o alarido feito por alguns, que chegou a ser notícia no Jornal de Notícias – chegou a “ir às folhas”, como se costuma dizer – chegou a hora de dizer que valeu a pena votar a favor do empréstimo em causa desde o primeiro momento – e vou sublinhar, desde o primeiro momento. As populações do Marco ficarão mais aliviadas no próximo ano com esta redução do IMI que tanto tardava, por exemplo, além das outras taxas, como já disse. É esta a postura dos eleitos da CDU, votar favoravelmente e em consciência as propostas que melhoram a vida das gentes do Marco.

O Ponto n.º 3.4, vamos votar a favor, mas achamos que se poderia ir um bocadinho mais longe. Esperamos que nos próximos anos a participação venha a ser inferior a quatro por cento (4%).

Como não tenciono fazer mais nenhuma intervenção, dado que não estou a concorrer, vou finalizar o meu mandato, não posso deixar de sublinhar e bendizer esta Assembleia e a equipa liderada pelo Sr. Presidente António Coutinho. Esta Assembleia, que vai fazendo o seu caminho e que se pode orgulhar já das recentes melhorias, nomeadamente disponibilidade das atas e outros documentos desde o início, possibilidade de consulta dos ficheiros áudio e transcrições das sessões da Assembleia, por exemplo, faz sentido lembrar a evolução nos últimos anos e deixar público um louvor pelo bom trabalho – refiro-me concretamente, e não exclusivamente, à equipa da Assembleia Municipal.



Aproveito para me despedir e desejar a todos as maiores felicidades. Faço ainda votos de que a campanha eleitoral decorra com elevação, sem demagogias nem populismos, e cumprindo as regras de bom convívio e urbanidade, inseparáveis dos ideais democráticos.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra agora ao Sr. Deputado Gil Rodrigues.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, cara colega secretária, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros deputados, público em geral, comunicação social:

Antes de mais, dizer-vos que por momentos pensei que tinha voltado ao período de antes da ordem do dia, porque os temas que vieram aqui neste ponto não têm nada a ver com aquilo que é este ponto. E por isso, pensei que tínhamos voltado atrás e que íamos começar a Assembleia. Fiquei um bocado assustado com esse início de intervenção.

Depois, fazer uma pequena correção aqui a uma das intervenções que houve, referente à taxa dos quatro vírgula cinco (0,45%), ou dos zero vírgula cinco (0,5%). O que foi aqui exposto – e foi aquilo que eu percebi – é que o Governo decidiu que a taxa passava de zero ponto cinco (0,5%) para zero ponto quarenta e cinco (0,45%). O que acontece é que a Câmara Municipal, como estava em reequilíbrio financeiro, podia manter na mesma a taxa de zero ponto cinco (0,5%). Mas, apesar de estar em reequilíbrio financeiro, a Câmara Municipal decidiu baixar para zero ponto quarenta e cinco (0,45%). É isso que está aqui, e que não foi explicado aqui há bocado, e que tentou-se pôr as coisas de forma diferente.

Outra coisa, passando ao seguinte: para já, quero agradecer ao Dr. Benjamim Marques pelo voto a favor da substituição da dívida, e lembrar que a votação para essa substituição da dívida, para que fosse feita essa substituição da dívida, não foi tão pacífica quanto aqui foi retratada. E lembrar que houve quem tentasse impugnar essa mesma votação. E tenho dito em relação a isto.

Vou passar ao tema do IMI, e explicar aos Marcoenses o que é que devem fazer. Os Marcoenses devem estar atentos às vossas cartas de IMI do próximo ano, e que retratam aquilo que vão pagar referente ao ano de 2017. Eu vou-me referir mais ao IMI, que é onde eu me sinto mais à vontade. Os Marcoenses que tiverem, por exemplo, uma casa avaliada em cinquenta mil euros (50.000€), que é o preço médio a que estão avaliados os apartamentos no Marco de Canaveses, estão a pagar neste momento duzentos e vinte e cinco euros (225€) anuais de IMI. No próximo ano, vão pagar cento e cinquenta euros (150€) de IMI, e se tiverem uma família mais numerosa, terão ainda mais uma redução. Isto, podemos dizer que se deve a algumas leis que os Governos lançam e que podem reestruturar a dívida? Tudo bem, muito bem, isto para responder a alguns comentários. Mas, no entanto, é preciso que haja um Executivo equilibrado, que saiba fazer contas, que saiba controlar as coisas e encontrar soluções, porque a solução saiu daqui para baixo, não foi de baixo para cima, e é preciso que isso se perceba, e é preciso que os Marcoenses percebam isto desde o início. Eu estou a falar de IMI, Sra. Doutora, eu estou a falar de IMI, e estou a dizer aos Marcoenses...



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, só um minuto. Eu pedia aos Srs. Deputados, eu percebo toda esta evolução dos acontecimentos, eu percebo que o tema poupança não é um tema fácil para o dia de hoje, mas eu pedia aos Srs. Deputados alguma contenção, que deixassem o Sr. Deputado Gil Rodrigues terminar a sua apresentação, e depois passaríamos a outros pontos, porque todos os que se quiseram inscrever puderam inscrever-se. Obrigado.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Então, mais uma vez, dirigindo-me àqueles a quem defendo, porque é por isso que eu estou aqui, e é por isso que eu apoio e sempre apoiarei este Executivo, porque tenho confiança neles, e sei que desde que cá estou, desde que cá estou eu votei...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Só um minuto. Sr. Madureira, eu peço-lhe imensa desculpa... Mas, será que este tema, baixar os impostos aos Marcoenses, é assim um tema tão duvidoso para as pessoas? Sr. Deputado, esta é a última Assembleia; saibamos nós todos nos comportar, todos nos comportar de forma a zelar pelos interesses dos Marcoenses. É isso que eu vos peço a vocês. É isso que eu peço a vocês. Hoje já foram cometidos aqui, já outros deputados falaram aqui em assuntos fora do tema, e vi as pessoas caladas. Eu podia ter intervindo, pedi só no final uma intervenção para podermos focar outra vez. A pessoa falou. Portanto, vamos deixar falar. Apoiar o Executivo é uma coisa que é normal; dizer que estou contra o Executivo é uma coisa que é normal. Nós temos que perceber em democracia estas coisas. É que se não conseguimos perceber quando alguém diz "eu apoio o Executivo", se isto é um problema para as pessoas, nós temos um problema para resolver nesta Assembleia, isto é um problema de democracia muito grande, e um défice, acima de tudo.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Continuando o meu raciocínio, o que eu queria dizer é que em todas as Assembleias em que estive presente, e estou aqui há oito (8) anos, o meu voto em relação às taxas de IMI foi sempre por escrito – e convido-vos a vocês a consultarem – porque sempre disse lá que só votava a favor porque aquilo que me foi informado é que não podíamos mexer nas taxas. Outra coisa que eu votei também por voto escrito foi na questão da substituição da dívida, dizendo que não percebia patavina daquilo que estava a ser tratado, porque eu não sou contabilista, sou solicitador, e como solicitador sei falar muito de IMI, e posso estar à vontade nesse tema, e disse: "Eu voto a favor porque confio nas pessoas que estão aqui." E a verdade é que hoje eu tenho que agradecer a estas pessoas por aquilo que foi feito, porque hoje nós podemos reduzir as taxas de IMI. E eu estou a falar de IMI, Sr. Deputado, eu estou a falar de IMI e continuo a falar de IMI.

E aquilo que vou dizer, mais alguma coisa, é isto: meus senhores, façam o favor de ver o vosso recibo, vejam porque de três (3) em três (3) anos podem pedir uma reavaliação do vosso património e podem baixar os valores, e com isso baixam o pagamento do IMI. E era isso que eu queria dizer aos Marcoenses, para continuarem a ver, para continuarem a reavaliar os prédios, porque isso, é necessário que vocês façam isso, pelo menos de três (3) em três (3) anos, porque há uns coeficientes, que é, por exemplo, o coeficiente de vetustez, o coeficiente de vetustez, ao ser reavaliado, desce conforme os anos em que for aplicado. Sra. Doutora, o que eu estou a



dizer é que as pessoas devem fazer a reavaliação. Há um *site* das Finanças onde é possível que as pessoas façam uma simulação, as pessoas podem ir ao *site* das Finanças, fazem a simulação, localizam o prédio e veem se o valor baixa, ou não. E por isso, aquilo que eu estou a dizer aos Marcoenses é isso, é que vão ao *site*, que simulem o valor patrimonial dos prédios que têm, com as áreas, para ver se o prédio baixa e para ver se pagam menos IMI. E isto é uma medida que já está há muitos anos, isto vem desde 2004, desde 2004 está o IMI, não é de dois (2) anos, ou três (3). Desculpem, mas não é só deste Governo. E em termos de IMI mesmo, que foi falado, é desde 2004.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu dava a palavra ao Sr. Presidente. Peço desculpa, vou dar um minuto para responder. A Sra. Doutora não esteve inscrita neste ponto, que eu saiba. A Sra. Doutora hoje aqui não vai poder falar neste ponto; falará nos outros pontos todos em que achar que deve falar, só neste é que não pode.

--- Cristina Valente (PPD/PSD) ---

Boa noite, mais uma vez.

Era óbvio que eu tinha que intervir, uma vez que aquilo que eu disse – apesar de não ser citado o meu nome pelo Sr. Dr. Bruno, fui eu que o disse, e toda a gente ouviu, e depois citou o meu nome mas não fez a pergunta. Portanto, o que eu tenho para dizer, em abono da verdade, e que pretendo que os cidadãos do Marco de Canaveses saibam, é que, Sr. Engenheiro, eu não tenho qualquer dúvida que uma criança, até se tornar adulta, se desenvolve, cresce, e fica diferente do que estava quando nasceu, como calcula. Ambos temos filhos, ambos sabemos isso, ambos sabemos a profissão um do outro, era escusado entrarmos por aqui. Agora, também não entendo muito bem, porque desde o início desta Assembleia que há sempre alguma coisa de estranho naquilo que eu digo. Pode estar sossegado, a minha candidatura é para a Assembleia Municipal e não tenho outras pretensões políticas, e já o disse publicamente, no dia 2 cá estou para trabalhar com todos, quer na minha vida profissional, quer noutra.

Por outro lado, também lhe devo dizer que não acredito – apesar de o senhor acreditar – eu não acredito que as coisas aconteçam naturalmente, ou então para alguns as coisas acontecem naturalmente, e para outros não. Naturalmente que foi preciso pagar o estado do país que o Sr. Eng.º Sócrates, do Partido Socialista, deixou. Naturalmente, foi preciso alguém o pagar, e naturalmente hoje há quem o possa gastar e usar. É esta a resposta que quer?

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Sr. Vereador Vítor Gonçalo para fazer a sua intervenção.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Passando, então, diretamente aos esclarecimentos, e começando pela questão jurídica, ou legal, levantada pelo Dr. Rolando Pimenta, esclarecer o seguinte: temos consciência de que os títulos, ou os pontos dos editais dos anos anteriores, eram colocados em ordem ao ano de arrecadação



da receita. Portanto, aquilo que dizia, e se ler só isto “Fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2017”, não esclareço se me refiro ao ano em que é obtido o rendimento ou ao ano em que é arrecadada a receita, até porque estamos a falar de uma autarquia, e aquilo que nos interessa é a arrecadação da receita municipal. Tendo essa consciência, e para que não houvessem dúvidas, este ano, e porque pela primeira vez se impunha essa questão, essa clarificação – porque nos anos anteriores, como sabem, era uma continuidade, as taxas eram sempre as mesmas, portanto, não afetava, à exceção do IMI, no último ano, em que a taxa foi alterada – e já lá vamos a esse particular – este ano tivemos o cuidado de dizer o seguinte na proposta – e como sabem os Srs. Deputados, penso eu, não votam com base nos itens dos editais, mas sim com base nas propostas, depois de devidamente analisadas. E a proposta diz o seguinte: “Fixar para o ano de 2017, para cobrança em 2018, a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis”. Portanto, é para incidir no ano de 2017, cobrança em 2018, para que não restem dúvidas. E isto, eu posso garantir que é aquilo que, naturalmente, resulta da Lei. E porque no ano passado, independentemente daquilo que dizia no item, e para demonstrar que se referia ao ano da arrecadação, que era 2017, como sabem, e em correção também, aproveitando aqui aquilo que já foi aqui referido, de que o Orçamento de Estado que previa a redução da taxa máxima do IMI para prédios urbanos de zero cinco (0,5%) para zero quarenta e cinco (0,45%), de 2017, não foi em 2017, foi o Orçamento de Estado para 2016, e como sabem, essa Lei do Orçamento de Estado para 2016 permitiu que os imóveis – e já agora, outro esclarecimento, que é: o IMI incide sobre os sujeitos passivos, que são os titulares dos imóveis no dia 31 de dezembro. Um imóvel, como sabem, pode ser vendido todos os dias, todas as horas, dezenas, centenas de vezes ao longo do ano; só vai pagar IMI uma vez, e vai pagar o seu titular no dia 31 de dezembro. E portanto, o IMI incide precisamente sobre o seu titular no dia 31 de dezembro de cada ano. E como sabem, na proposta do ano anterior, apesar de dizer 2017, a taxa proposta era zero quarenta e cinco (0,45%), e como poderão verificar – e se não tiverem aqui elementos podem aceder à internet, ou então podem verificar em casa – os Marcoenses pagaram pela primeira vez uma taxa de zero quarenta e cinco (0,45%) no ano de 2017 relativamente aos imóveis de que eram proprietários no dia 31 de dezembro. E relativamente ao IMI, penso ter esclarecido essa situação.

Passando à questão da Derrama – e estou apenas a referir-me ainda ao aspeto legal desta questão – diz assim o art.º 18.º da Lei n.º 73/2013: *“Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma Derrama, até ao limite máximo de um e meio (1,5%) sobre o lucro tributável...”* – e portanto, anualmente, sobre o lucro tributável – *“... sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português”*. Depois, *“A Assembleia Municipal pode...”* – n.º 2 do art.º 16.º - *“A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais.”* E como podem também consultar do site das Finanças, a última informação disponível era a taxa de Derrama a aplicar ao lucro tributável de 2016; portanto, agora será aplicar ao lucro tributável de 2017.

Já relativamente ao IRS, não se pode ter a mesma perspetiva, porque o art.º 26.º, n.º 2 da Lei n.º 73, já referida, diz o seguinte: *“A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.”* Portanto, até 31 de dezembro de 2017, a



Câmara Municipal tem que comunicar a taxa que irá incidir sobre o ano seguinte, a que respeitam os rendimentos, 2018, a arrecadar em 2019, tal como podem ver que consta da proposta.

Portanto, penso com isto ter esclarecido essa situação, e da nossa parte, não restam dúvidas de que as propostas estão adequadamente elaboradas, e é relativamente a esses anos que se referem.

Passando, depois, às questões que foram ainda colocadas, agradecer as felicitações que foram feitas, e de facto, a subscrição que fez, nós também cremos que, de facto, isto é um investimento na economia e terá um retorno nos próximos anos.

Relativamente àquilo que a Dra. Patrícia Vieira referiu, em que corrige o Sr. Presidente, de ter dito que a redução no ano anterior ter sido efetuada pelo Governo, e lamenta que as reduções não tivessem sido efetuadas em anos anteriores. Eu queria aqui chamar à atenção para o que diz o n.º 18 do art.º 112.º, em que vem dizer que os municípios em reequilíbrio podiam manter a taxa máxima, e nós quisemos aproveitar essa janela de oportunidade. Esta questão também serve para responder àquilo que dizia o Dr. Mário Bruno.

Agradecer aquilo que referiu a Dra. Carla Babo também relativamente àquilo que foi o desempenho deste Executivo ao longo dos últimos anos.

Ainda relativamente àquilo que referiu o Eng.º Mário Bruno, eu queria recordar-lhe que o Partido Socialista do Marco, na primeira vez em que esta questão foi colocada à Assembleia Municipal, votou contra essa proposta que veio precisamente permitir que hoje estivéssemos aqui a discutir livremente esta proposta de redução dos impostos.

E depois, como o Sr. Presidente também irá fazer alguns considerandos, eu queria só agradecer a visão que teve o Dr. Benjamim Marques aquando das duas (2) votações dos dois (2) procedimentos de reestruturação da dívida, em que teve a visão e a capacidade de perceber que era um momento chave para Marco de Canaveses, e que naquela altura estavam a ser criados instrumentos para que hoje pudéssemos estar aqui a investir em Marco de Canaveses e a devolver aos Marcoenses uma parte da carga fiscal que vinham suportando.

Da minha parte, era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Sr. Vice-presidente, Eng.º José Mota, para fazer a sua intervenção.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Bom, mais uma vez, muito boa noite. Com a devida anuência do Sr. Presidente, gostava, então, de referir dois (2) ou três (3) assuntos relativamente às intervenções que aqui foram feitas, e em particular pelo Sr. Deputado Mário Bruno, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração.

Sr. Deputado, devo começar por associar-me à estranheza que o Sr. Presidente da Câmara já manifestou relativamente à forma como o senhor hoje aqui se pronuncia relativamente à



Câmara, e gostava de lembrar as vezes que sucessivamente a Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração tem solicitado à Câmara apoio no fornecimento de água para abastecimento da população, quando é a Junta de Freguesia que é responsável pelo sistema de abastecimento de água. Nesses dias, o senhor não fala com o tom que aqui falou hoje – nesses dias o senhor não fala com o tom que aqui falou hoje – e refiro que a entidade responsável pelo abastecimento público de água na zona de Santo Isidoro é a Junta de Freguesia, que tem inclusivamente um tarifário e cobra água aos munícipes da freguesia. Nos dias em que o senhor precisa de cargas de água do município, o senhor não fala com o tom com que falou hoje acerca da Câmara Municipal.

Mas, devo dizer em particular – porque hoje, de facto, o senhor está muito inspirado, e refere inclusivamente o exemplo de Paços de Ferreira – devo dizer, Sr. Presidente de Junta, o seguinte: o senhor não referiu aqui quanto é que a Câmara de Paços de Ferreira tem que injetar na concessão para fazer o acordo que o senhor hoje aqui referiu, não referiu, o senhor não referiu o valor; era bom que o referisse aqui. Em segundo lugar, era bom que o Partido Socialista, que o senhor aqui representa e tão bem defendeu, se identifique, ou não, com o contrato de concessão existente, e se nomeadamente está a favor da modificação que a Câmara fez em 2009, que só baixou o tarifário em trinta por cento (30%) a todos os munícipes do concelho. Ou seja, quando hoje se diz que as tarifas são elevadas, e quando hoje se compara, por exemplo, o valor que um particular que fizer uma vivenda e que se ligue ao sistema de água e saneamento, paga mil e quinhentos euros (1.500€) entre taxas de ligação e ramais, teria que pagar dois mil euros (2.000€) se nós não tivéssemos baixado o tarifário em 2009. Foi isso que a Câmara modificou, e foi por isso que a empresa pediu uma indemnização em sede de Tribunal Arbitral, e é isso que ainda não está resolvido. E nós continuamos a defender a nossa dama. A questão é exatamente essa.

Entretanto, não obstante isso, a Câmara Municipal presidida pelo Dr. Manuel Moreira sempre manteve uma via de diálogo com a empresa, ao ponto de termos um pré-acordo para o resgate da concessão. É isso que está em cima da mesa. E por quê? Porque como os munícipes do Marco sabem, e os Srs. Deputados sabem também, a concessão está neste momento esgotada do ponto de vista da confiança da população na empresa. Essa é uma realidade que foi assumida já, e portanto, foi possível fazer o pré-acordo com a empresa que, em momento oportuno, manifestou a disponibilidade de, de facto, cessar a relação contratual. É apenas para isso necessário que a Câmara consiga junto da parceria para a gestão das baixas de água e saneamento e para a integração nos sistemas de alta – CIMDouro e Águas de Douro e Paiva – que seja possível a integração no sistema como está a ser neste momento tratado.

E portanto, desse ponto de vista, gostava ainda de dizer o seguinte: relativamente ao que estamos hoje aqui a discutir, que tem a ver com a baixa da carga fiscal, lembro que independentemente da Lei do Orçamento de Estado que o Governo fez aprovar na Assembleia da República, lembro que não teria valido de nada aos Marcoenses se este município não tivesse conseguido, para além de pagar tudo o que fez, pagar trinta e seis milhões de euros (36.000.000€) de obra que outros fizeram e não pagaram, e nós pagámos. Nós pagámos tudo o que fizemos e pagámos trinta e seis milhões de euros (36.000.000€) dos que nos antecederam e que deixaram a dívida por pagar. E foi esse esforço que os Marcoenses fizeram, que permitiram hoje estar aqui a aprovar uma devolução de dois milhões de euros (2.000.000€) aos Marcoenses, por ano, em receita tributária. Esta é a verdade nua e crua, doa a quem doer.



E apesar disso, o município, só neste mandato – e vou referir valores – em água, neste mandato, conseguiu passar de seis mil, oitocentos e dez (6.810) contadores para oito mil, duzentos e dez (8.210), ou seja, um acréscimo de mil e quatrocentos (1.400) contadores, que corresponde a um acréscimo de vinte e um por cento (21%) na taxa de cobertura da água. E em saneamento, passou de quatro mil, quinhentos e oitenta e nove (4.589) clientes para sete mil e trinta e três (7.033), um acréscimo de dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro (2.444), que corresponde a um acréscimo de cinquenta e três por cento (53%) relativamente ao que tínhamos, só neste mandato, mandato em que a Câmara Municipal investiu – em 2014, 2015, 2016 e até meados de 2017 – dois milhões e trezentos mil euros (2.300.000€), estendeu mais quarenta e três quilómetros (43 km) de rede no município, construiu três (3) estações de tratamento de águas residuais. Esta é a verdade do que foi o investimento em matéria de água e saneamento no município, neste mandato, entre 2013 e 2017. São estes os valores que correspondem, na prática, a uma taxa de cobertura, tendo em consideração os valores médios considerados do ponto de vista dos livros técnicos, que atualmente permite dizer que a taxa de cobertura de saneamento no Marco é de quarenta por cento (40%) e a de água é de quarenta e seis por cento (46%). Volto a dizer, corresponde só neste mandato a um acréscimo, em cobertura de água, de vinte por cento (20%) relativamente ao que tínhamos, e em saneamento, em cinquenta e três por cento (53%). Estas são realidades constantes dos relatórios que as Águas do Marco apresentam periodicamente à Câmara Municipal. Estão à consulta pública, é só quererem consultar.

E portanto, estes são os valores, e volto a dizer, estamos a discutir um tema que tem a ver com a redução da carga fiscal, e a carga fiscal tem a ver com os valores que foram apresentados pelo meu colega, Dr. Vítor Gonçalo. Estamos a devolver a partir deste ano dois milhões de euros (2.000.000€) à economia Marcoense, por via das famílias e por via das empresas. Ou seja, devolver às pessoas que pagaram, porque foram as pessoas do Marco que pagaram, e as empresas do Marco que pagaram durante estes anos uma fatia substancial do que foi o desgoverno das lideranças que nos antecederam até 2005. Neste momento, fruto do esforço que se fez – e volto a dizer, pagámos trinta e seis milhões (36.000.000€) de dívidas que nos deixaram, e foi esse esforço financeiro que permitiu que hoje estivéssemos aqui a propor aos Marcoenses uma redução significativa das cargas fiscais. Devolvemos aos Marcoenses dois milhões de euros (2.000.000€) por ano. É essa a verdade. E só foi possível porque foi possível, com esforço e com rigor, governar a Câmara de forma correta durante estes últimos anos. Volto a dizer: pagámos tudo o que fizemos, e ainda pagámos trinta e seis milhões de euros (36.000.000€) de dívidas que nos deixaram. Esse é o esforço de todos os Marcoenses, e é isto que hoje temos que dizer, duas (2), três (3), quatro (4) vezes.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vice-presidente, eu gostaria que terminasse.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Termino, muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava-lhe dois (2) minutos, Sr. Presidente, que é o tempo que lhe resta.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Rapidamente, então, também dirijo uma saudação ao Sr. Presidente, aos Srs. Vereadores, aos Srs. Deputados e aos munícipes.

Dizer o seguinte: eu penso que nós, para fazermos este debate, temos que olhar para o quadro geral de onde partimos, para podermos perceber por que é que estamos hoje aqui. Penso que os meus colegas, nas intervenções que acabaram de fazer, em particular agora também o Vice-presidente da Câmara, Eng.º José Mota, demonstrou isso de uma forma lapidar. Lapidar. De facto – e é assim, Sr. Eng.º Mário Bruno, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, que o senhor devia ter em consideração na sua intervenção, para sermos todos intelectualmente honestos uns com os outros, porque só assim é que vale a pena travar os combates, e este que vamos travar agora nos próximos dias, até ao dia 1 de outubro, falar exatamente verdade: de onde partimos, onde estamos e para onde queremos ir, porque só assim é que nós somos dignos da própria candidatura que apresentámos perante os nossos concidadãos, para eles, naturalmente, nos tributarem, se assim desejarem, a sua confiança. Porque, realmente, dizer que devemos comparar Marco de Canaveses com o Município de Penafiel, em termos daquilo que é a rede de abastecimento de água, noventa por cento (90%) em Penafiel, e no Marco quarenta por cento (40%) – por acaso é um pouquinho mais – mas é preciso, exatamente, perceber por que é que estamos aqui, porque por nós, já estávamos nos oitenta e cinco por cento (85%), porque nós, exatamente há doze (12) anos, quando assumimos, e dialogámos desde logo com a empresa, dissemos: queremos modificar o contrato de concessão para repor o interesse público, alargando a rede para setenta e cinco por cento (75%) de esgotos, e oitenta e cinco por cento (85%) de abastecimento de água, e não ficar nos sessenta (60%) que era previsível fazer-se, que estava no contrato. Para nós era insuficiente, porque, por exemplo, Avessadas e Rosém, que está aqui às portas da cidade, Avessadas nem sequer um metro de rede de esgotos, um metro de rede de abastecimento de água tinha. Ora, isso é inaceitável, mas era o que estava no contrato de concessão que foi aprovado pelos órgãos autárquicos antes de nós estarmos em funções. E é preciso ter isso muito bem presente. E como acabou de dizer o Vice-presidente, e bem, só nestes quatro (4) anos, vejam o que fizemos, e aquilo que ainda estamos a fazer. Neste momento, estamos a fazer um investimento, entre a ETAR no Torrão – e como sabem, é uma zona muito difícil, granítica – entre a ETAR e a rede de saneamento que lá vamos colocar, e de abastecimento de água, vamos gastar acima de um milhão (1.000.000€), à volta de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000€). Um milhão e trezentos mil euros (1.300.000€). A ETAR já está em construção, a rede está neste momento em concurso. Ora, é isto que efetivamente é bom que se diga. Nós não parámos; temos muita rede que foi construída nestes doze (12) anos que infelizmente não está a ser utilizada porque as pessoas não aceitam pagar...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu gostaria que terminasse, Sr. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Não aceitam pagar os tais setecentos (700€), novecentos (900€), mil (1.000€) e mil e quinhentos euros (1.500€) para fazer as ligações, que é imoral. Imoral, é assim que eu classifico. E por isso, querem ter acesso, naturalmente, à rede que passa à frente da porta, tanto de abastecimento de água como de esgotos, mas, realmente, com um preço aceitável. Para nós, até achamos que não deviam pagar nada, é a nossa opinião, mas se pagarem algo simbólico, também pode ser aceitável.



Terminava por dizer que eu não pus que estávamos a fazer nenhum favor à Igreja, pelo contrário, faremos aquela obra com todo o prazer, em Santo Isidoro, como o fazemos em todas as freguesias. E tomáramos nós ter tido mais meios, que o dinheiro que todos os meses, durante doze (12) anos, tivemos que pagar para o serviço da dívida, e que ainda estamos a pagar neste momento, de cento e dez (110.000€) a cento e vinte mil euros (120.000€) por mês, pudéssemos tê-lo nós disponível para fazer, seguramente estávamos aqui hoje a fazer um balanço muito diferente, para melhor, que tínhamos investido exatamente trinta e seis milhões de euros (36.000.000€) em novas obras. Mas não, investimos mas foi para pagar dívida anterior, como aqui já foi amplamente dito e redito, e vocês sabem disso.

Vamos, então, tentar exatamente fazer esse debate com seriedade, com elevação, que é aquilo que se propõe para que os cidadãos possam realmente avaliar-nos e possam escolher livremente no próximo dia 1 de outubro.

Era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado, eu não tenho problema nenhum, acho que tudo o que for... eu dar-lhe-ei um minuto, então, para o senhor ler o documento. É sobre a Derrama? Estou a perguntar se é sobre este ponto. Ok, obrigado.

--- Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Antes de mais, gostaria de agradecer o tempo que me é disponível, e prometo não fazer qualquer tipo de política relativamente a este ponto, só no sentido de esclarecer aqui o Dr. Vítor Gonçalves sobre a minha votação. É verdade que na primeira votação, eu votei contra, e vou passar a ler um *e-mail* do Sr. Vereador Agostinho de Sousa Pinto, aqui no dia desta Assembleia onde foi feita a primeira tentativa de aprovar o processo para o Tribunal de Contas. O *e-mail* tem a data de 1 de março de 2017, e é às dezasseis horas e vinte e dois (16h22), um dia depois da Assembleia. E ele diz o seguinte:

“Caros camaradas,

Ontem, na Assembleia Municipal, foi inadvertidamente criada uma situação algo desagradável para todos nós quando se falou no documento enviado ao Tribunal de Contas, que envio em anexo. Os factos: na reunião da passada terça-feira solicitei ao Executivo o envio deste documento. Após alguma resistência, o Vereador Vítor Gonçalves assumiu o compromisso de o enviar. Pareceu-me que o Dr. Manuel Moreira preferia o contrário. Como até sexta-feira não tinha recebido, reforcei o meu pedido. No sábado, em plena reunião e sob alguma insistência, recebi o documento a título particular. Quando percebi que estava em cima da mesa a probabilidade de existir algum desentendimento entre o Filipe Babo e o Vítor Gonçalves, em ato contínuo, reencaminhei o documento ao Filipe para que este pudesse suportar o seu argumentário. Não fui claro que o tinha a título particular, e o Filipe aludiu ao documento, o que causou mau estar dentro da Bancada do Partido Social Democrata. Obviamente que não pretendia ocultar o documento de ninguém; nestas coisas, não há segredos.”



Este foi o *e-mail* do Sr. Vereador, Eng.º Agostinho de Sousa Pinto, em que diz aqui claramente que nos foi omitido a todos nós o primeiro parecer do Tribunal de Contas, onde tinha uma série de anotações e reprovava nitidamente o pedido o Tribunal de Contas. Está aqui, eu faço o favor de enviar a todos vós para que vocês tenham... Fomos todos enganados, Srs. Vereadores. Eu sei que o Sr. Presidente não gosta, eu sei que o Sr. Presidente não gosta.

Agora, eu gostaria ainda, se me permite...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Não, mas eu não vou permitir mais, desculpe lá. Sr. Deputado, desculpe lá, o senhor pediu-me para ler um documento. Ouça, peço imensa desculpa, Sr. Deputado, agora sou eu que estou a dirigir os trabalhos. Sr. Deputado, o que eu percebi... eu não me vou pronunciar sobre um documento interno do Partido Socialista, como pode imaginar. É um documento interno do Partido Socialista, para pessoas do Partido Socialista, o qual eu nem vou comentar. Eu, sinceramente, até nem vou comentar. Não vou comentar isso. Desculpem lá. Sr. Deputado, se me permitem, eu só vou dizer: Sr. Deputado, eu vou dizer-lhe, e eu dei-lhe a palavra e dar-lhe-ia sempre a palavra, mas se eu soubesse que era um documento interno do Partido Socialista para ser lido numa Assembleia Municipal, eu vou-lhe dizer que não autorizava, porque acho que é um documento interno de um vereador, ou de um Ex-vereador vosso... Eu acho que isto traz sempre desconforto a todos nós que estamos aqui dentro, a mim traz-me desconforto, não pelo teor, mas estarmos aqui a ler documentos de alguém que envia para outra pessoa, não é normal. Desculpem lá, o Sr. Deputado Mário Bruno acabou de ler aqui um documento, teve a razão para o ler, e portanto, eu darei agora a palavra ao Sr. Presidente da Câmara... Sr. Madureira, eu peço imensa desculpa. O Sr. Madureira terá todo o direito quando se inscrever para os assuntos. O Sr. Madureira não foi visado no assunto. Peço imensa desculpa. Sr. Madureira, peço imensa desculpa ao Sr. Deputado. Sr. Madureira, peço-lhe imensa desculpa, o senhor não foi visado no documento. O Sr. Deputado Mário Bruno pediu-me para ler um documento; ora, visou pessoas, certo? Claro que sim, Sr. Deputado, vamos deixar estas conversas. E portanto, eu darei os mesmos dois (2) minutos ao Sr. Presidente da Câmara, e fecho o assunto aqui. Sra. Doutora, aqui não há líderes de Partidos, eu não sei o que é isso de líderes de Partidos. Isso é lá fora, na vossa Federação. Aqui não há líderes de Partidos, Sra. Doutora. Desculpe lá, a Sra. Doutora ainda hoje... eu vou-lhe explicar, Sra. Doutora: a Sra. Doutora, ainda hoje – eu lamento uma coisa, Sra. Doutora: é que ao fim de quatro (4) anos, a Sra. Doutora não conheça o regulamento desta Assembleia. Eu peço-lhe imensa desculpa, Sra. Doutora, mas eu vou-lhe dizer uma coisa: a Sra. Doutora possivelmente não vai ser candidata à Assembleia Municipal, senão aconselhava sinceramente a ler o Regimento desta Assembleia, porque a Sra. Doutora várias vezes... pronunciar-se “eu sou líder do Partido”, aqui, Sra. Doutora, ser líder do Partido é igualzinho a não ser líder do Partido. E portanto, aqui não vale a pena puxar pelos galões, porque aqui não estamos numa Federação do Partido Socialista; estamos numa Assembleia Municipal onde todos os deputados são tratados... Sra. Doutora, eu vou-lhe dizer uma coisa: eu espero que as pessoas que nos estão a ouvir lá fora consigam perceber e pensar que isto é um *fait d'iver*, que isto é um *fait d'iver* desta Assembleia, e que isto é um ponto menos positivo desta Assembleia, e que as pessoas que estão cá dentro sentadas, e que somos muitos, e que estamos aqui pelos Marcoenses, todos – pelo menos eu quero acreditar que todos estamos aqui pelos Marcoenses – todos nós queremos o melhor para os Marcoenses, estamos aqui a fazer o melhor. E estes exemplos que deixamos aqui em nada são favoráveis a esta Assembleia Municipal, a nenhum de nós. E deixem que vos diga uma coisa, se me permitem, até porque eu estou de saída: na



política não vale tudo. Eu peço-vos imensa desculpa, eu já fiz três (3) campanhas: na política não vale tudo. Eu não fico nada contente quando vejo o Marco a ser discutido desta maneira. E permitam-me isto como Presidente da Assembleia Municipal, não fico nada contente, porque eu acho que nós temos que elevar o nível, nós temos que dizer aos Marcoenses que merecemos o voto deles e que vamos representá-los nesta Assembleia. E aquilo que nós estamos aqui a fazer hoje não é a representar os Marcoenses. Eu aceito que as pessoas se exaltem; agora, há momentos em que nós temos que ter mais equilíbrio emocional sobre os assuntos que estamos a tratar.

Sr. Presidente, eu vou-lhe dar dois (2) minutos, para fechar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Bom, muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados.

Eu lamento, realmente, este número final do Sr. Eng.º Mário Bruno, lamento sinceramente. Realmente, as pessoas, com as campanhas, com as candidaturas, quase que se transformam noutros seres, pelo menos é aquilo que eu sinto e que estou a constatar. Lamento profundamente, porque, efetivamente, traz aqui um documento interno que diz respeito, de facto, a um Ex-vereador do Partido Socialista, para os camaradas, como ele assim se dirige, para dentro do Partido, para os camaradas do Partido Socialista. Não sei se ele ficou feliz ao saber que, realmente, são transmitidas aqui publicamente essas missivas, mas há uma coisa que lhe quero dizer: é que a Câmara Municipal não podia ter tido um visto antecipadamente do Tribunal de Contas, não podia ter tido sequer uma recusa, como teve. Não, peço imensa desculpa, nós trouxemos o assunto aqui na primeira oportunidade que nos foi dada, para que a Assembleia pudesse apreciar esta nossa vontade de aproveitar a possibilidade que tínhamos para podermos fazer o resgate deste nosso contrato de reequilíbrio financeiro. E depois, naturalmente, o assunto, depois de ser apreciado na Câmara e na Assembleia Municipal, é que foi remetido ao Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas, na primeira vez que nós tomámos a iniciativa, não o visou, não nos deu o visto. E por isso, essa informação foi na sequência disso. Portanto, não pode ter acontecido nesse momento que o senhor disse, não pode, porque nós trouxemos aqui, porque tinha que ser assim, tinha que ser assim: primeiro a proposta à Câmara, a Câmara, por sua vez, à Assembleia Municipal, debatemos aqui, votou-se, e depois mandámos para o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas, naturalmente, teve as suas dúvidas, e nós tentámos esclarecer, e depois não foi visado, não nos foi dado o visto. Só depois, numa segunda oportunidade, já com o Orçamento de Estado de 2017, é que nós tornámos a apresentar a proposta à Câmara e à Assembleia Municipal, que, naturalmente, depois o Tribunal visou, e que nós pusemos termo ao contrato de reequilíbrio financeiro. E por isso, hoje estamos aqui com toda a honra e com todo o orgulho, e este era um momento alto da vida do município, em que devíamos estar todos a bater palmas aos Marcoenses por terem feito, com o seu esforço, conseguido fazer uma gestão que nós fizemos durante estes anos, para lhes proporcionar, dar-lhes oportunidade agora de baixar os impostos para os Marcoenses, para as famílias e para as empresas da nossa terra. É isso que eu espero que, realmente, possa acontecer, hoje aqui, e no futuro mais vezes, porque o Marco de Canaveses precisa e merece.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, muito obrigado. Eu ia explicar agora, se conseguir, não sei se vou ao seu encontro, mas se não for... Primeiro, vamos separar os pontos, e o que vamos votar é o que



está inscrito nos pontos. Sr. Deputado, então vamos fazer o seguinte: eu prefiro que fique tudo gravado, que é para não haver dúvidas depois no futuro, está bem?

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu apenas pretendo ser esclarecido e esclarecer os eleitores daquilo que estamos a votar, porque há deputados que estão convencidos que estão a cumprir um edital, há outros que têm outro edital nas mãos, e eu, muito sinceramente, não sei qual dos editais vamos votar. Sei, efetivamente, qual a proposta, e estou cem por cento (100%) de acordo com o teor da proposta, que está correta, a proposta aprovada em sessão da Câmara Municipal, e como tal, não tenho dúvidas aí. Agora, tenho dúvidas – e repare, pegando nas palavras do ilustre deputado da Bancada do PSD que pugna pelo rigor e pela excelência, eu acho que devemos saber o que estamos a fazer nesta Assembleia, porque há aqui deputados que têm um edital, eu tenho outro, e de facto, isso não dignifica e não é sinónimo de rigor e de excelência. Eu gostaria que clarificassem qual dos editais é válido, qual das ordens de trabalho será válida, para em consciência saber o que estamos a fazer.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

A Mesa já percebeu a sua dúvida, e portanto, vamos tentar sanar essa dúvida que o senhor tem.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Boa noite a todos, mais uma vez.

Sr. Dr. Rolando Pimenta, não há dois (2) editais, e que fique bem esclarecido aqui que não há dois (2) editais; há um edital e há uma correção ao edital que nos foi enviada pela Câmara, e que foi enviada a todos os deputados. Se algum dos deputados não imprimiu a correção, eu não tenho culpa nenhuma, porque foi enviado para todos. Foi enviado para todos.

Em relação à questão que se discute aqui, quem tem que dizer sobre isso é a Câmara Municipal, porque é ela que envia os pontos à Assembleia Municipal. Mas, aquilo que eu entendo – e já agora, vou dar uma explicação daquilo que eu percebo – é que nós estamos aqui a aprovar a taxa que vai incidir sobre o ano de 2017 e que vai ser cobrada em 2018. E é isso que está na proposta, é isso que está na proposta, exceto o IRS, que o IRS é cobrado de uma forma diferente. Está esclarecido?

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Dr. Rolando Pimenta, se me vai permitir, eu não vou estar aqui num processo destes. Eu pedi ao 1.º Secretário, ao Gil Rodrigues, para explicar, só porque foi ele que assinou, e eu não gostaria de estar aqui a tomar posse de uma coisa que não fui eu que assinei. Mas, houve uma correção. Dr. Rolando Pimenta, eu penso que o Sr. Dr. Rolando Pimenta não tem dúvidas nenhuma, está preocupado é pelos outros deputados da Bancada do PSD. Como do lado do PSD não há dúvidas nenhuma, as dúvidas estão sanadas. Não, eu vou tentar explicar, eu vou explicar para as pessoas perceberem: eu não estou a interpretar mal, o Sr. Dr. Rolando Pimenta chegou aqui... eu vou tentar explicar, e o Sr. Dr. Rolando Pimenta está aqui à minha frente,



chegou aqui e disse: eu estou aqui equivocado porque os deputados do PSD – que disse-o aqui agora mesmo, há dez (10) segundos, ou um minuto – têm um edital diferente do meu. Mais ou menos foi isso o que o Dr. Rolando Pimenta disse, certo? E por isso é que eu disse: se o Dr. Rolando Pimenta não tem equívoco nenhum, os deputados do PSD, como não levantaram problema nenhum, o processo está sanado. Foi isso que eu disse. Sr. Dr. Rolando Pimenta, já deu a explicação, todos nós percebemos, eu passarei à votação, e eu assumo a responsabilidade pela votação.

Passaremos, então, ao Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aplicação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – para o ano de 2017. Eu proponha votarmos em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passaríamos, então, ao Ponto n.º 3.3, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da Proposta do Lançamento da Derrama para o ano de 2017. Se me permitem, votaremos outra vez em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Quer fazer agora? Sim, senhor, faça favor.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Na qualidade de Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, congratulo-me pela apresentação e aprovação destas propostas. No entanto, lamento que no edital relativo a 2016 contenha exatamente o teor do edital apresentado nesta sessão, e é exatamente por isso que eu pedi esclarecimentos à Mesa, e que não foram prestados.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Esta foi a declaração de voto? Certo.

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da proposta da Participação fixa no IRS para o ano de 2018. Quem vota contra?

O assunto não foi discutido? Dr. Rolando Pimenta, eu darei a palavra ao Dr. Rolando Pimenta se quer intervir sobre o IRS. É isso que quer dizer, Sr. Doutor? Então, dar-lhe-ei a palavra, terá o seu tempo – eu vou fazer as contas, porque como foram quatro (4) pontos juntos, eu dar-lhe-ei a palavra para o senhor falar sobre o IRS. Eu só quero lembrar aqui que eu falei há bocado que iríamos fazer os pontos, e portanto, houve um Sr. Deputado que mudou a sua estratégia, e que eu respeito, Sr. Dr. Rolando Pimenta, mas eu expliquei no início que iríamos fazer a apresentação dos pontos e que podíamos abordar os pontos todos, e que não vi da parte de nenhum deputado o processo de dizer: “Eu não quero discutir o assunto”. A votação, eu percebo-a. Mas, estará no seu direito, e portanto, dar-lhe-ei a palavra.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Quanto à proposta apresentada e respetivo edital, este ponto está correto, não há qualquer dúvida, porque está diferente relativamente àquilo que aprovámos em 2016. Nos dois (2) pontos anteriores, aprovámos em 2016 aquilo que estamos a aprovar no edital de 2017, embora o teor da proposta seja diferente. Isto é claro.

Relativamente ao processo do IRS, está correto, e nós temos que ter humildade democrática para assumir os erros anteriores, porque o erro também foi meu, porque a redação do edital de 2017 não estava correta; o atual está correto. Mas, eu insisti nesse ponto, entendendo que havia a humildade democrática para assumir os erros passados, que são meus também, porque eu sou membro desta Assembleia e sou responsável por aquilo que é aprovado nesta Assembleia. Como tal, a minha insistência, porque a partir do momento em que se deteta o erro, assume-me, e nós não o assumimos.

Agora, a questão do IRS, a meu ver – e já foi aqui assumido pelo Dr. Vítor Gonçalo – sempre foi algo que este Executivo se assumiu como obrigado à aplicação de taxas máximas quando, em meu entender, isso não é verdade. E não é verdade por uma questão elementar: o contrato de reequilíbrio financeiro foi assinado em 2004; posteriormente foram introduzidas... Sra. Deputada, vai ter que me ouvir, como nós tivemos paciência para que, num período de discussão de algo extremamente importante para todos os Marcoenses, estivesse aqui a discutir temas que não tinham assunto. E isto, repare, houve erro da minha Bancada, mas também houve erro da Mesa, que o permitiu, e sobretudo houve erros e houve abuso da parte do Executivo. E agora, estou apenas limitando-me a intervir sobre um ponto que está na ordem de trabalhos, e a Sra. Deputada está muito irritada...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, há uma coisa que eu lhe vou pedir, Sr. Deputado... Sr. Dr. Rolando Pimenta, a Sra. Dra. Ana Cristina Valente estava a falar do ar condicionado. Eu peço desculpa, e há uma coisa que eu não lhe vou permitir: eu vou-lhe dizer que o senhor a julgar as pessoas é fantástico. O senhor falou sobre a Mesa, sobre os deputados... se conseguíssemos focar-nos no IRS outra vez, era importante. E humildade também fica bem quando as pessoas estão a falar de ar condicionado e o Sr. Doutor pensa que é sobre o Sr. Doutor.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Com certeza. Muito obrigado, e aceito as explicações do Sr. Presidente. Peço desculpa à ilustre deputada, Dra. Ana Valente. Peço desculpa.

Bem, como eu estava a referir, o contrato de reequilíbrio financeiro é de 2004, e foram posteriormente introduzidas alterações em 2011. Ora, a Lei das Finanças Locais que possibilita a devolução de parte da participação fixa do IRS, até cinco por cento (5%), foi aprovada em 2013. Reparem, é óbvio que nós não estávamos obrigados à aplicação de taxa máxima nesta questão, de cinco por cento (5%), porque essa faculdade permitida pela Lei de 2013 não existia. É tão simples como isso. Isto foi uma falácia que, reiteradamente, este Executivo sucessivamente nos vendia, e nós, com o rigor e a excelência que preconizam o Dr. Luís Pinto, aceitávamos. E felizmente, eu estou aqui para pensar pela minha cabeça, enquanto deputado municipal eleito e responsável pela Bancada do Partido Socialista, tenho o cuidado de procurar informação na Legislação vigente. E isto é óbvio, é elementar: a Lei que permite esta redução é de 2013. Portanto, não abrangia o plano de reequilíbrio financeiro, que é muito anterior.



Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu pergunto ao Executivo se quer pronunciar-se sobre o assunto, ou se podemos passar à frente.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Eu só queria recordar ao Sr. Rolando Pimenta, e como fui aqui citado, que alguém tinha que pagar os trinta e seis milhões de euros (36.000.000€) que foram pagos até aqui. O município não podia, tal como agora entendemos que não pode, não passou para zero essa dedução, e como consta da proposta, baixou de cinco por cento (5%) apenas para quatro (4%), baixou um ponto percentual (1%) – nenhum município reduziu. Portanto, o Município de Marco de Canaveses, como foi aqui referido, apresentou uma proposta sustentável para o município. Nós não queremos que isto volte ao passado. Queria que isso ficasse bem claro.

E se me permite o Sr. Presidente da Assembleia, e porque também fui visado há bocado, e depois não me deram a palavra, pela divulgação aqui de um *e-mail* meu com um colega vereador, Agostinho de Sousa Pinto, que já não está aqui, o senhor não foi capaz de referir as datas, quer do *e-mail*, quer das votações. Fê-lo em referência à minha afirmação de que o Partido Socialista tinha votado contra a primeira proposta de reestruturação da dívida. Eu queria recordar que na primeira Assembleia em Paredes de Viadores – e todos os membros aqui presentes estarão recordados – tivemos uma votação insuficiente. Depois, houve uma Assembleia Extraordinária, na qual o Partido Socialista voltou a votar contra, e aí a votação já foi suficiente, e pela primeira vez o processo foi submetido a Tribunal de Contas. Seguiu-se uma carta com recusa de visto, cuja informação foi transmitida, quer em sede de Câmara Municipal, quer de Assembleia Municipal, em jeito de esclarecimento. O documento não foi tornado público, digamos assim, mas a informação que constava da Lei – e é uma questão de verem as gravações ou verem as atas – a informação dos motivos de recusa do visto foram tornados do conhecimento desta Assembleia. E é essa a carta que terá sido enviada por mim ao colega vereador, Eng.º Agostinho de Sousa Pinto. Nada tem a ver com o processo da votação em que, volto a repetir, o Partido Socialista do Marco votou contra. Mais tarde, seguiu-se uma terceira Assembleia sobre o mesmo tema, já este ano, em 2017, em que foi também enviada uma carta colocando questões adicionais, foram respondidas e seguiu-se a atribuição do visto, como já aqui hoje foi informado. Portanto, o processo, em poucas palavras, resume-se a isto. Não percebo o porquê de ir misturar uma troca de informação, de um documento que é factual, cujo conteúdo foi dado a conhecer, para relacionar isto com um voto que foi muito anterior, meses, anterior a essa carta.

Era só. Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vereador.

Vamos, então, à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Podemos pôr à votação? Obrigado. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o documento foi aprovado por unanimidade.



Faça favor, Sr. Doutor.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

O Grupo Municipal do Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta, embora lamente que durante estes anos os Marcoenses tenham estado sujeitos a uma taxa máxima de IRS quando tal a Lei não implicava.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da Proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP, para o ano 2018. Eu pergunto aos Srs. Deputados, se quiserem falar sobre este assunto, o favor de se inscreverem. Vamos, então, pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passaríamos, então, ao **Ponto n.º 3.6**, Apreciação da informação semestral sobre a situação económico-financeira do Município de Marco de Canaveses, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Eu penso que os Srs. Deputados estão dentro do assunto, é para tomada de conhecimento.

Não havendo nenhuma questão a ser colocada, passaríamos ao **Ponto n.º 3.7**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para alteração ao Mapa de Pessoal – 2017.

Eu daria a palavra ao Executivo para fazer a introdução do ponto.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito boa noite, mais uma vez.

Então, com a devida anuência do Sr. Presidente, queria apresentar o tema que consta do Ponto n.º 3.7, e que se refere à alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal.

Para melhor contextualização, reportava-me à Assembleia Municipal de fevereiro passado, onde idêntico assunto foi agendado, relativamente a um primeiro conjunto de processos que a Câmara Municipal avaliou, tendo em consideração aquilo a que genericamente agora se chama mobilidade. Há um conjunto de colaboradores da Câmara Municipal que fruto do seu esforço e da sua valorização académica, melhoraram o seu nível de estudos, nomeadamente fazendo formação superior, alguns, outros fazendo formação ao nível do nono ano e do décimo segundo ano, ensino do 3.º ciclo e ensino secundário. Pronto. Nesse sentido, os processos foram sendo avaliados, fizemos um primeiro corte, digamos assim, no final do ano passado, decisão que depois recaiu sobre os meses de janeiro e fevereiro, e agora a meio do ano fizemos novo corte, digamos assim, tendo em consideração que vão aparecendo sucessivamente vários pedidos. E nesse sentido, os assuntos são analisados ao nível do seu enquadramento legal, nomeadamente se estão criados, ou se se cumprem todos os requisitos administrativos, nomeadamente, de facto, a posse de diploma académico, também depois informação relativamente aos serviços, às suas chefias, aos coordenadores, tendo em consideração o nível



de exigência e o nível de complexidade que os colaboradores desempenham já, e também na perspetiva de esses colaboradores, ou alguns deles, poderem ser realocados a outro serviço, tendo em consideração novas competências que são obtidas.

E nesse sentido, como disse, em fevereiro, na Assembleia Municipal de fevereiro, fizemos já uma alteração ao Mapa de Pessoal, e neste momento propomos aqui um novo ajustamento ao Mapa de Pessoal, tendo em consideração o interesse para o serviço, a conveniência para o serviço de valorizarmos estes colaboradores. Volto a dizer, isto não se trata de promoções, não se trata de progressão na carreira; trata-se de processos ao abrigo da Lei da Mobilidade, e que neste caso decorre essencialmente da obtenção de habilitações académicas, valorização que os colaboradores da Câmara fizeram.

Lembro aqui que alguns pedidos não puderam ser considerados, nomeadamente porque esses procedimentos estão sujeitos a determinado tipo de regras...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Samuel, eu pedia-lhe, por favor, pela última vez, se pudesse estar em silêncio nesta Assembleia. Obrigado, Sr. Vice-presidente, e peço desculpa.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

E portanto, gostava de deixar aqui um esclarecimento, porque eventualmente esse assunto poderá ser objeto de conversa ou discussão: algumas das regras que têm que ser cumpridas remetem, em função do nível, digamos, de coordenação ou de responsabilidade técnica que está subjacente, remetem para o cumprimento daquilo a que se chama a regra da densidade. Ou seja, por exemplo, para eu poder ter um encarregado, ou para poder ter um coordenador técnico em determinada situação, tem que haver um conjunto de ditos coordenados para justificar essa situação. E portanto, nesses casos em que não é possível, de facto, cumprir essa regra, esses processos não puderam ser decididos – não invalida que no futuro, se se vier a cumprir, possam ser resolvidos.

E portanto, neste momento, o Mapa de Pessoal que vem aqui para aprovação decorre essencialmente desses processos de mobilidade, e para os mais atentos, se assim entenderem, se repararem, na coluna à direita dos mapas há umas alíneas que identificam as situações dos lugares de cada uma das unidades orgânicas, e no final do último documento, na última página do documento, tem uma explicação, nomeadamente, se repararem, a alínea p) e a alínea q) reportam a situações de colaboradores em regime de mobilidade.

Para já, era o que eu pretendia esclarecer. Se houver alguma dúvida, eu estarei à disposição. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Perguntava aos Srs. Deputados que se desejem inscrever sobre este assunto, o favor de o fazerem. Dava, então, a palavra ao Sr. Deputado Mário Bruno.

--- Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Muito boa noite a todos.



Suprimindo os cumprimentos, eu gostaria de questionar o Sr. Eng.º José Mota, Sr. Vice-presidente, pelo seguinte: este mapa não é um mapa claro, porque nós olhamos para aqui, assistimos aqui à área de formação académica ou profissional, mas não assistimos aqui, não vimos quem é a pessoa – não está aqui em dúvida se há pessoas, ou se há aqui alguma dúvida sobre algumas questões; no entanto, o mapa, julgo que deveria ser mais claro, ou seja, não há aqui elementos, na minha opinião, claros e suficientes para se avaliar o Mapa de Pessoal. Depois, na rua, ouvimos muitas coisas, até se questiona, e isso até certamente contribui para o índice de transparência da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, nomeadamente quem não deve não teme, e poderia constar aqui no mapa o nome da pessoa, ou o departamento, a pessoa aqui em causa. Votamos um mapa, mas certamente que eu e todos os meus colegas – mas eu voto por mim e penso por cabeça própria – temos aqui muitas dúvidas. Não está aqui em causa, bem pelo contrário, porque eu sou bem a favor de que as pessoas possam avançar nas carreiras, não devemos estar estáticos, devemos trabalhar, devemos atualizar as nossas formações para que, realmente, nós possamos progredir nessa mesma carreira profissional. Mas, a Câmara Municipal, uma vez que hoje as Câmaras Municipais e os Presidentes de Câmara estão tão cansados de ser acusados de beneficiar A, de beneficiar B, e em nome da transparência, e em nome do índice de transparência que esta Câmara possa, com certeza – e eu acredito que quer – eu acho que devia clarificar aqui alguns pontos, nomeadamente dizer quem são as pessoas que sobem de divisão, as pessoas que passam a chefes de departamentos das suas secções, as razões pelas quais passam, a atividade profissional e a carreira que consta do seu recibo de vencimento, e que depois possivelmente partem para outras carreiras que até nem têm muito a ver, e nós, deputados da Assembleia, somos questionados lá fora com questões em que dizem: “Olhe, mas por que é que fulano estava ali e agora está acolá? Você votou.” E nós temos que encolher os ombros, claro está, porque realmente votámos. Mas, eu peço ao Sr. Eng.º José Mota que clarifique bem este mapa e apresente aqui, que seja mais transparente para que todos os Marcoenses consigam, e devem respeitar os funcionários públicos, que hoje em dia são tão mal falados, e muitas das vezes não há razão para isso. Por isso, se clarificar, certamente que o Município de Marco de Canaveses lhe vai ficar grato, e não vai haver dúvidas relativamente às progressões das carreiras, nomeadamente de pessoas que hoje têm um trabalho e passam para outro completamente diferente. E uma vez que estamos no final do mandato, é importante também dizer que a próxima Câmara Municipal vai, com certeza, ter que trabalhar com pessoas que agora veem as suas carreiras, veem os seus salários aumentados, nomeadamente passar a Chefe de Divisão poderá ter, na função pública, acréscimos na ordem dos seiscentos (600€) e setecentos euros (700€), e é tudo dinheiro público. Por isso, pedia-lhe esse favor, se não fosse maçada.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Não havendo mais nenhuma pessoa para intervir, eu daria a palavra ao Sr. Eng.º José Mota para responder, caso seja do seu interesse.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Sr. Deputado, digníssimo Presidente da Junta de Santo Isidoro e Livração, com todo o gosto tentarei esclarecê-lo. Devo começar por dizer que o senhor revelou um desconhecimento profundo do que é a gestão autárquica, nem percebo como é que é candidato à Câmara Municipal. Eu acabei de dizer na minha intervenção que não se trata de lugar nenhum de chefia;



eu acabei de o dizer. Portanto, não se trata de lugar nenhum de chefia, porque esses lugares são por concurso. A única coisa que nós estamos aqui a conseguir fazer – já disse também e volto a dizer, não há progressão na carreira porque está tudo congelado, como vocês sabem, na função pública. Não vamos descongelar nada, porque nem somos nós que temos competência para isso; esse é um problema que, neste momento, está o Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho a discutir com os sindicatos. Não há Câmara nenhuma que tenha competência para isso. Nós apenas estamos a valorizar pessoas que investiram na sua formação. Agora está tudo incluído nesse tal documento, nesta metodologia, nesta nova designação a que se chama mobilidade; antigamente chamava-se requalificação – pessoas que entravam para os serviços e que melhoravam a sua formação eram reclassificadas. Portanto, neste momento, eu acabei de dizer, as questões da regra da densidade, por exemplo, para coordenadores técnicos, antigamente chamavam-se chefes de secção, nada disso estamos a tratar. Estamos a falar de pessoas, por exemplo, na sua grande maioria, que eram assistentes operacionais e passam para assistentes técnicos. Pronto. É que ficou aqui no ar um labéu quase de grande favorecimento e de qualquer coisa que está a ser negociada por baixo da mesa. Pronto, não há descongelamento de nada. É preciso dizer quantas vezes? As Câmaras não têm competência para isso, não há descongelamento de nada, não há sequer progressão na carreira.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Samuel, eu não sei como é que vou falar mais consigo. O senhor simplesmente é uma pessoa mal educada, é uma pessoa mal formada, e custa-me ter pessoas no Marco da sua índole. Não, é a minha opinião e deve ser a opinião desta Assembleia Municipal, de certeza absoluta. Desculpe, o senhor é público. Eu peço-lhe imensa desculpa, o senhor é público, os outros são deputados. Sr. Samuel, não precisamos, nós podemos pô-lo lá fora, não é por aí. Eu estou a tentar evitar, já lhe pedi por favor para se calar, para não interferir no processo da Assembleia Municipal. Mas, o senhor pode conhecer o que quiser, o senhor terá o direito de conhecer o que quiser, o senhor é uma pessoa multifacetada. Pois, nós sentimo-nos todos, Sr. Coronel, mas eu já pedi cinco (5) vezes, seis (6) vezes, com educação, pedi-lhe por favor. A pessoa não é educada, não consegue perceber, eu vou ter que o pôr lá fora. Da próxima vez vou pô-lo lá fora, o que me custa muito. Eu não gostaria, na última Assembleia Municipal, de pôr um munícipe fora da Assembleia Municipal, e vou fazer tudo para que isso não aconteça, mas peço-lhe, pela última vez, que esteja calado. Da próxima, ponho-o lá fora. O senhor é uma pessoa muito mal formada.

Eu peço desculpa, Sr. Vice-presidente, peço desculpa, mas isto são *fait divers* da Assembleia Municipal, em que nada dignifica, mais uma vez, nós todos que estamos cá dentro.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Pronto, continuando, então, relativamente ao grosso destes sistemas que aqui estão, eu volto a dizer que na coluna da direita, “Observações” – o Sr. Deputado entende que o mapa é pouco elucidativo, isto é um modelo oficial. Mas, como é lógico, não há concurso nenhum, não há procedimento nenhum que traga nomes aqui à Assembleia. O que nós estamos a aprovar é o Mapa de Pessoal, e o Mapa de Pessoal é este modelo que aqui está, que é um modelo oficial, trata-se de documentos que fazem parte do edifício legislativo da Administração Local. Portanto, mais uma vez não é a Câmara que faz documentos; cumpre preceitos que estão definidos na Lei. Desse ponto de vista, não há muito mais que consiga dizer. Queria era que não houvesse dúvida nenhuma, volto a dizer, não está aqui em causa nenhum lugar de chefia, nem de Diretor



de Departamento, nem de Chefe de Divisão, nem de coordenador técnico, nem de encarregado, nenhum desses casos está aqui. Portanto, estão essencialmente pessoas que se valorizaram do ponto de vista do seu nível habilitacional – como digo, pessoas que tinham a escolaridade mínima obrigatória e passaram a ter o 3.º ciclo, outros que têm o ensino secundário, e outros que fizeram formação superior. É disso que estamos a tratar, que são todos funcionários da Câmara atualmente. Portanto, naturalmente, o quadro é este, não tem outros elementos. No entanto, identifica, por cada unidade orgânica, diz qual é o departamento, a divisão em que está integrado, e a área funcional – se é na biblioteca, se é fiscal, se é da Polícia Municipal, se é do setor administrativo, ou dos serviços técnicos. Pronto, é o mapa que está feito.

Agora, relativamente a esses elementos a que o Sr. Deputado se referenciou, era bom, e eu não me canso de repetir, que se esclarecesse que não há nenhum lugar de chefia, nem de encarregado, nem de coordenador técnico, absolutamente nada disso.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vice-presidente, pelo esclarecimento.

Iríamos pôr, então, à votação, e vamos pôr em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Há uma (1) abstenção. Foi aprovado o ponto, com uma (1) abstenção.

Passaríamos ao **Ponto n.º 3.8**, Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. É para tomada de conhecimento. Os Srs. Deputados de certeza que já tomaram conhecimento. E portanto, se não houver nada sobre este assunto para querer pôr ao Executivo, passaríamos ao último ponto.

Ponto n.º 3.9, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para Declaração de Interesse Público Municipal sobre a construção de Bar, junto ao Parque de Lazer da Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão.

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dar os esclarecimentos que forem necessários.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito brevemente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados Municipais, Srs. Múncipes e comunicação social.

Como sabem, temos um parque de lazer em Alpendorada – assim designado na altura, porque a freguesia era Alpendorada e Matos, o Parque de Lazer de Alpendorada e Matos, na zona de Matos. Transformámos, por isso, uma antiga lixeira que esteve ali a céu aberto durante mais de vinte (20) anos, com resíduos de toda a ordem, particularmente industriais. Penso que já é hoje considerado um bom parque de lazer; estou convencido que mais meia dúzia de anos, com o crescimento das árvores, ainda será melhor, e com os equipamentos com que vamos procurando também valorizar o parque, penso que será uma referência. Está no nosso município, está realmente em Alpendorada, mas estou certo que será uma referência para a região. E espero que assim possa acontecer em relação também ao nosso parque urbano, que



realmente estamos a trabalhar no projeto para o deixar, para podermos ter aqui também o parque urbano, juntando-se àquele parque de lazer, e depois espero que a próxima Câmara possa prosseguir para obtermos, realmente, os terrenos até ao Rio Tâmega, ligar a cidade ao Tâmega, que será muito importante, para além da requalificação do Parque de Merendas de Montedeiras, que é aquele mais antigo, e que também estamos neste momento já com o concurso a decorrer para a obra começar.

E por isso, dizer-vos que aquele parque tem ali uma insuficiência de não ter um equipamento de bar. Neste momento, há, de facto, o proprietário do terreno contíguo ao próprio parque de lazer, que também já nos tinha disponibilizado, através de um contrato de comodato, uma casa que requalificámos, onde até disponibilizámos ao Ginásio Clube de Alpendorada, que tem feito um excelente trabalho, para também ir valorizando ali as iniciativas, desde os desportos náuticos, a canoagem, bem como também atividades ali no Parque de Lazer de Alpendorada, e tem também lá uns sanitários e uns pequenos balneários. Achamos que o bar que se pretende construir, com outra qualidade – temos lá um que tem funcionado já há três (3) anos, da chamada Comissão de Festas de Matos, não é aquilo que se deseja; quer-se, realmente, um bar de qualidade, e se possível também com sanitários públicos, que isso pode ajudar também as pessoas que ali vão ao longo dos dias, à semana e ao fim de semana. Para isso, é necessário, realmente, que o espaço onde se pretende implantar, que está dentro da Reserva Ecológica Nacional, seja desafetado. Para isso, é preciso haver uma declaração de interesse público municipal. E é isso que estamos a fazer, para que os proprietários do terreno onde ele, realmente, vai ser implantado possam fazer a tramitação junto das entidades competentes para que a obra possa ali nascer, e nesse sentido, passar a servir melhor aquele equipamento, que é o nosso Parque de Lazer de Alpendorada.

E é nesse sentido que trazemos aqui, trouxemos à Câmara, que foi aprovado por unanimidade, mas a decisão final é da Assembleia Municipal, para que este objetivo seja alcançado, porque acho que é um equipamento indispensável para a progressão e para o desenvolvimento de toda aquela área de lazer. E estamos naturalmente felizes pela forma como os nossos concidadãos já o têm utilizado nestes últimos anos, acho que tem sido, realmente, muito agradável para aqueles que ali o frequentam diariamente, muitos deles diariamente, e em especial ao fim de semana.

E era só, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir. Dava a palavra, então, ao deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Passando os cumprimentos à frente, naturalmente que tudo o que significar a melhoria das condições e aproveitamento das potencialidades que aquela zona tem, que são muitas, aquela beleza natural, depois do investimento no parque de lazer, este é um equipamento que também faz falta. Eu só espero é que seja, de facto, o início e que tenha continuidade com outros investimentos, e que em caso também de necessidade para outros equipamentos de lazer, desportivos, etc., que o mesmo procedimento possa também ser efetuado.

Obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Não sei se o Executivo vai querer pronunciar-se sobre algo da recomendação – penso que foi mais uma recomendação que o Dr. Mário Luís deixou.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Só dizer: o nosso Ginásio Clube de Alpendorada – e nós estamos a trabalhar nesse sentido – quer fazer uma candidatura para podermos ter ali um Centro Náutico, ter lá um hangar no espaço, e é natural que teremos realmente aí que também fazer esta parceria entre os privados e o próprio Ginásio Clube de Alpendorada, penso que será a melhor forma, uma vez que o terreno está comodatado à Câmara Municipal, mas para que a candidatura possa surgir, tem que ser feita pela própria instituição, para poder ter um apoio de cinquenta por cento (50%), porque se for a Câmara não tem apoio nenhum. E por isso, esse é um assunto que já tenho estado a dialogar com os dirigentes do Ginásio Clube de Alpendorada, para ver se podemos, realmente, ir preparando as coisas, de maneira a que a candidatura possa surgir. Essa decisão, muito provavelmente terá que passar, como digo, por um diálogo entre o Ginásio e a família proprietária do terreno. Da nossa parte, estamos disponíveis para libertar essa parte do contrato de comodato, para ser o Ginásio diretamente a poder fazer a apresentação da candidatura, e se tiver que haver também uma desafetação, pois com certeza virá também à Reunião de Câmara e da Assembleia Municipal próxima, já com certeza no próximo mandato.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Iríamos pôr à votação, e iria pôr em bloco mais uma vez. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passáramos agora à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de hoje, dia 11 de setembro de 2017. Íamos pôr, então, à votação a ata. Fica tudo em ata; vamos votar a ata e depois faremos as intervenções. Quer ao contrário? Sim, tem razão. Obrigada, Mário Luís.

Nós tínhamos decidido que antes do fecho desta sessão – em Reunião de Líderes – que daríamos três (3) minutos a cada Líder desta Assembleia Municipal para poderem se pronunciar, uns num processo de despedida, uns no processo de “até já”, outros de “até logo” – portanto, cada um irá fazer aquilo que entender naquilo que é a sua despedida. Portanto, foi decidido ontem. E neste processo, nós iríamos começar – eu não sei, porque há bocado ouvi o Dr. Benjamim Marques já num processo de despedida, não sei se vai querer voltar outra vez.

Então, iríamos fazer a toda a gente três (3) minutos, no máximo, e daria ao Dr. Benjamim Marques, desde já, para poder fazer a sua intervenção final.

--- Benjamim Marques (PCP/PEV) ---

Como já referiu o Dr. António Coutinho, já fui dizendo que seria a minha última intervenção, dado que não me candidatei a um novo mandato. Entretanto, não posso deixar de assinalar o bom convívio que ontem, por acaso, até aconteceu.

Tenho que assinalar, e não posso deixar de assinalar o progresso que vi nesta Assembleia. Referi-me há pouco à disponibilidade que há de documentos, de ficheiros áudio, de consultas, podemos neste momento consultar todas as atas desde o 25 de abril – portanto, julgo que não estou a dizer nada de especial. E portanto, isso é um manancial muito bom. O deputado,



membro da Assembleia, muitas vezes por comparação, pode ir ver o que se passa aqui há dois (2) anos, há três (3) anos, comparar os Orçamentos, comparar documentos que foram importantes ao longo dos anos. Portanto, há pouco assinalar esta mais valia de que acho que o concelho, e concretamente a Assembleia, se pode orgulhar.

Portanto, assinalar mais o quê? O bom convívio. Há pouco, a título de recomendação, fui dizendo que recomendava, e tinha todo o gosto, que o decorrer do que se está a passar, e que vai culminar no dia 1 de outubro, tinha todo o gosto que isto decorresse pacificamente – todas as forças políticas têm direito a expor as suas ideias, e portanto, com certeza que há confronto, mas o confronto não pode exceder-se, não pode deixar de ser urbano, não pode deixar de ser respeitador. Aqui há pouco disse-se que não pode valer tudo. Não pode valer tudo. Todos têm o seu lugar, todos têm a sua argumentação, mas os excessos, alguma mentira velada, no fundo, não pode ocorrer. Isso é lamentável, e eu, repetindo o que disse agora, gostaria que daqui para a frente, até ao final da campanha, se evitassem cenas desse género.

E portanto, que dizer mais? Cumprimentar a equipa da Assembleia, cumprimentar o Executivo, dizer que gostei muito parece-me banal, mas realmente foi uma boa oportunidade de ter aprendido, embora já com uma certa idade me tivesse metido nestas andanças, mas levo daqui muitas lições. A política, como se diz, tem as suas coisas boas e más. Julgo que tentei fazer as coisas boas, tentei esquecer as coisas más. Levo daqui boas lições, e bem hajam a todos, como colegas desta Assembleia.

Bem hajam.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava agora a palavra à Dra. Patrícia Vieira, do Marco Positivo.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Bem, muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia. Acabei por fazer um rascunho, porque ontem no jantar, no meio dos copos, esqueci-me de escrever algumas ideias.

Foi muito bom, aliás, permitam-me sempre assinalar o enriquecimento que para mim foi participar nesta Assembleia Municipal pela primeira vez, há quatro (4) anos aceitei o desafio de ser candidata, e também percebi o senso da responsabilidade quando cheguei, há quatro (4) anos, que iria ter, responsabilidade que hoje vejo, que penso que terei dado o meu melhor, foi, de facto, com gosto que dei este contributo de confronto de ideias e de decisões que aqui foram discutidas, sempre em prol dos Marcoenses e para melhor para Marco de Canaveses. Terei necessariamente que agradecer a todos aqueles que, ainda que em pensamento tivessem pensado diferente, ou em pensamentos diferentes, me quissem bem e me apoiassem.

Dizer-vos também que a despedida é necessária antes de nos podermos encontrar outra vez. Desde o dia em que cheguei aqui a esta Assembleia, e senti a clara importância e a responsabilidade que o cargo me impunha, volvidos estes quatro (4) anos confesso que o cansaço para mim foi vencido pela vontade e determinação que sempre fiz aqui sentir. Espero sinceramente ter contribuído para uma lisura administrativa e sempre na ótica de uma ética de gestão pública exemplar.



Resta-me despedir de todos, porque nós não sabemos o futuro de amanhã, e necessariamente pedir a todos os candidatos, sem exceção, que agora se candidatam a estas novas eleições, uma campanha séria e com dignidade, e a serem eleitos, que saibam também assumir essas mesmas responsabilidades com a mesma seriedade e com a mesma dignidade. E a todos os que deixarão de fazer parte da vida política deste município, também desejar votos de muitas felicidades e sucessos. E agradecer mais uma vez a todos a partilha de ideias, o enriquecimento, o crescimento, e tudo o que consegui aprender e absorver desta Assembleia.

Muito obrigada a todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra agora ao deputado Mário Luís, pelo Movimento Marco Confiante com Ferreira Torres.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e os que nos ouvem.

Naturalmente que a referência ao encontro de ontem, eu penso que deve ser valorizada pelo que significou, no fundo, de respeito de todos uns pelos outros. Apesar de alguns debates que nós aqui temos, mais acesos, eu penso que o respeito continua a existir, e prova de que, afinal, com todas estas vicissitudes, nós trabalhámos aqui democraticamente.

Portanto, está a chegar mais um mandato, para uns é o final do primeiro, foi uma experiência. Para mim, com o que tem de positivo e negativo, positivo talvez pela experiência adquirida, negativo porque significa o passar dos anos – é o meu quarto mandato seguido na Assembleia Municipal, e isto já depois de ter realizado dois (2) mandatos na vereação, ao fazer estas contas pondero que porventura serei o autarca em funções com mais tempo de serviço. Poderia nesta situação ponderar que é chegada a altura de abandonar, de retirar, de descansar, mas eu sou uma pessoa que desde muito jovem sempre me habituei a participar nas coisas sociais, na vida social, e por isso, não tenho aquele feitio de ficar à margem das coisas, gosto de ser ativo e participativo, quer em associações, e depois que me chamaram para a política, acabo por andar por cá. Por isso, continuarei disponível para continuar a dar o meu contributo, se os Marcoenses assim o quiserem. No mandato que acabámos de realizar, e procurei também nos outros fazer o mesmo, tentei fazê-lo, exercê-lo pela positiva essencialmente, fazendo críticas quando achei que as devia fazer, elogiando – e eu penso que fiz mais elogios do que críticas – elogiando mais vezes do que porventura criticar, sempre pensando pela positiva e em prol do melhor para o Marco de Canaveses.

O Grupo Municipal a que pertenço, penso que também procurou seguir o mesmo rumo, e nós, apesar de frequentemente nos serem assacadas responsabilidades pelas limitações no investimento municipal, o nosso Grupo assumiu dar sempre um contributo para que o município pudesse ser bem governado, pudesse ser governado, nunca tomando posições que constituíssem um obstáculo à gestão do Executivo. Acho que procurámos ter uma posição ativa, participativa, construtiva, de modo a dignificar este órgão, porque este órgão, Assembleia Municipal, não é dos que é mais reconhecido pelos munícipes. Foi feito algum esforço nesse sentido, e é de valorizar.



Vamos passar – já estamos, mas vamos mais acesamente entrar na campanha eleitoral, e eu faço os mesmos votos da Patrícia Vieira, de que, de facto, a campanha eleitoral seja feita com elevação, com seriedade, e com promessas que possam ser, de facto, concretizáveis.

Para terminar, gostaria de dar um abraço ao Sr. Teixeira, e dizer que, de facto, a homenagem que aqui foi realizada foi merecida. Eu trabalhei dois (2) mandatos na Mesa da Assembleia Municipal, e tenho conhecimento da mais valia que é o Sr. Teixeira como apoio à Mesa da Assembleia Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, também quero crer e acredito que deu o seu melhor, que fez aquilo que entendia ser o melhor para o Marco. Tivemos o nosso convívio aqui, não concordamos com tudo, foi um prazer tê-lo cá, com todas as discordâncias que nós possamos ter, durante estes mandatos. Tive ainda o prazer da convivência no Conselho Geral do Agrupamento. O mesmo penso, que os vereadores, a vereação, os deputados, as deputadas, também desempenharam o seu papel com este mesmo espírito de trabalharmos, de exercer as funções com dignidade, trabalharmos pelo bem do Marco.

Ao Presidente da Assembleia Municipal tenho, naturalmente, que agradecer, e não posso deixar de agradecer em especial as porventura exageradas palavras elogiosas que teceu na atribuição das medalhas honoríficas. Com ele estive na Mesa um mandato, mais três (3) mandatos como membro, foi um prazer. A consideração é pessoal e também consideração pelo trabalho realizado.

Naturalmente que uns vão abandonar, vão se retirar, a esses tenho que desejar as maiores felicidades na sua vida, e que continuem, apesar de tudo, não sendo na política, a dar o seu contributo para que o Marco seja cada vez melhor. Aos que cá ficarem, que exerçam o cargo com a maior dignidade, com a maior responsabilidade, e com a maior seriedade, pelo bem do Marco. Devo dizer-vos que procuro, neste convívio todo, fazer o máximo de amigos, acho que nós estamos todos imbuídos de um espírito de que o Marco tem que ser melhor, as estratégias não são sempre as mesmas, foi para mim um grande orgulho trabalhar com este leque de pessoas que aqui está, e que com certeza trabalhámos todos para o bem do nosso concelho.

Mais uma vez, felicidades para todos, um grande abraço a todos, e que tudo corra pelo melhor a toda a gente. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Dr. Rolando Pimenta, do Partido Socialista.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu tinha outro texto para ler, mas a forma como decorreu esta Assembleia levou-me a redigir aqui umas ideias que não têm nada a ver com a versão original.

Meus senhores, a política não é futebol; os nossos Partidos nem sempre têm razão. Por vezes é necessário ser politicamente incorreto e dizer não a unanimidades de posições. Todos nós possuímos aspetos negativos e positivos, acertamos e erramos, sendo necessário assumir erros.



A isto chamo humildade democrática, o que nem sempre existiu nesta Assembleia. Quem tem sempre a primeira e a última palavra tende, em casos limites, para a prepotência. Distingo divergências políticas de relacionamento pessoal, esse sim foi excelente, só isso. Não pactuo com ocultação de verdade, embora respeite e reconheça o trabalho positivo – algum – levado a cabo por este Executivo, em especial a dedicação do Sr. Presidente, Dr. Manuel Moreira, e reconheço que jamais teremos um Presidente tão disponível.

À Mesa desta Assembleia sempre exigi mais equidade, o que nem sempre se verificou. Peço aos Marcoenses participação cívica dentro e fora dos Partidos, e em especial nesta Assembleia, mas participação de forma respeitosa e ordenada.

Finalmente, felicito os Marcoenses pela grande vitória alcançada por todos nós, redução das taxas municipais, fruto do trabalho dos Marcoenses e da sua resiliência, do trabalho do Executivo Municipal, e sobretudo do Orçamento de Estado elaborado pelo Governo do Partido Socialista que possibilitou este desiderato.

Bem hajam.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Pinto, do Partido Social Democrata.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

Bom, acho que já acabou de intervenções políticas por hoje. Não me vou despedir, embora esta seja, efetivamente, a minha última Assembleia Municipal nos próximos anos; acima de tudo quero agradecer. Quero agradecer, em primeiro lugar, à JSD, que foi a JSD que em 2009 me elegeu para ser o representante aqui nesta casa. Entrei aqui como um pequeno miúdo de vinte e quatro (24) anos, saio hoje como um pequeno miúdo de trinta e dois (32), e cresci muito e aprendi com todos vocês, o que é bom e o que é mau. Eu costumo dizer que aquilo que é mau ensina-me aquilo que é o bem, e é sempre assim nessa postura de construção que eu tentei estar na política. Sei que às vezes fui duro, que reconheço, pedi desculpas às pessoas nas alturas certas, mas saio de cabeça levantada e tranquilo de que prestei o melhor serviço possível ao Marco de Canaveses e a esta Assembleia Municipal. Ser da Bancada do poder não é fácil, embora as pessoas pensem que sim, porque temos uma visão tripartida, como eu costumo dizer, que é a defesa, o ataque e também a responsabilização, que muitas das vezes na Oposição não existe a questão da responsabilização, porque podem atacar e defender-se apenas e exclusivamente.

Quero deixar uma palavra de grande apreço a todas as pessoas que estiveram comigo na Bancada Parlamentar do PSD, todos os Presidentes de Junta, vocês são fantásticos, nunca vou esquecer aquilo que aprendi com todos vocês, o excelente trabalho que vocês fazem nas vossas Juntas de Freguesia, e estendo isso também, claro, a todos os Presidentes de Junta de outros Partidos, aos deputados municipais do PSD que foram inexcedíveis em todos os pedidos que lhes fui pedindo ao longo deste tempo, obviamente à Câmara Municipal, tenho uma palavra muito grande pelo trabalho – e sempre fomos dizendo isso ao longo deste mandato – o trabalho excelente que fizeram nestes últimos doze (12) anos, particularizando, como é óbvio, um cumprimento especial ao Vítor, também foi meu companheiro na JSD, à Gorete Monteiro, ao José Mota, também ao Luís Vales, que passou por cá, à Carla Babo, que também no mandato



anterior esteve como vereadora, mas particularizando na pessoa do Dr. Manuel Moreira, que acho que foi um homem que trouxe ao Marco algo que muitos de nós pensávamos ser difícil, que foi levantar a nossa cara, levantar a nossa alma, o senhor trouxe-nos novamente alma. Como eu disse há uns tempos atrás, o senhor não nos ensinou a ser Marcoenses, mas deixou-nos ser, e isso é algo que nunca ninguém lhe vai poder tirar, o excelente serviço público que prestou à nossa terra, foi um político de mão cheia, foi um senhor que veio servir o Marco e os Marcoenses, e não servir-se do Marco e dos Marcoenses. Acho que isso é notável, e no panorama político nacional e mundial, é muito difícil encontrar uma pessoa com o seu gabarito e com a sua craveira, e nós muito nos podemos orgulhar, desde 2005, de tê-lo como Presidente de Câmara.

Também à Mesa, à Estela, ao Gil, à Zita Monteiro que também esteve no mandato passado, um reconhecimento, ao Guilherme Loureiro, mas também particularizando num grande homem que eu conheci na política, e que hoje posso considerar um amigo, o António. O António dignificou esta casa como ninguém, trouxe debate democrático a esta casa, trouxe novas ideias como a Escola Feliz, como a Assembleia Municipal de Jovens – eu gostava tanto de ter tido uma Assembleia Municipal de Jovens quando tinha treze (13), catorze (14) anos, para apresentar as minhas ideias ao Presidente da Câmara e não consegui, não tive, porque as ideias eram totalmente diferentes. Mas o António trouxe, impôs, trouxe modernidade, e acho que muitas das vezes a Assembleia foi injusta com ele, nomeadamente nestes últimos quatro (4) anos, não dignificámos esta casa e em muitas situações não fomos justos com este homem que trouxe – e ainda ontem, num jantar, isso se percebeu, como líderes parlamentares que às vezes entraram no início do mandato muito aguerridos conseguiram terminar o mandato de mãos dadas, com as suas divergências, mas acima de tudo urbanos, bem educados e a conversar política saudavelmente.

Ao Sr. Teixeira, como é óbvio, já todos nós lhe demos essa homenagem mais do que devida, efetivamente fez um excelente trabalho, e isso é mais do que notável.

Mas, como vos disse, acho que já fiz todos os agradecimentos que tinha a fazer. Que venha o futuro, o Marco precisa muito de futuro. Como disse, hoje libertamo-nos e demos liberdade ao Marco de Canaveses, não desaproveitemos essa oportunidade que temos de lançar o Marco para ser macro, para ser um dos melhores da região, do país e da Europa. Certamente é um desígnio que todos juntos conseguiremos fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Estava também combinado que daria também a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, porque também fará hoje a despedida aos Srs. Deputados desta Assembleia.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Municípes e comunicação social.

Em primeiro lugar, dizer que há bocadinho fiz a entrega a todos os membros da Assembleia Municipal – farei na próxima Reunião de Câmara também aos meus colegas da vereação – de



uma medalha de homenagem ao Arq.º Siza Vieira, com o pórtico da nossa Igreja de Santa Maria, que é uma referência internacional e que projeta a nossa terra, também da autoria de um outro arquiteto de grande renome nacional e internacional, Eduardo Souto de Moura, que é o autor desta homenagem, e isto faz parte de uma coleção de uma série de figuras importantes da arquitetura portuguesa. Não sei se estes segundos foram descontados, foi só para dar a explicação de por que é que receberam essa medalha.

Bom, queria, naturalmente, dizer-vos – eu gosto de falar de improviso, gosto de falar com coração e com razão, é assim que eu gosto de estar na vida. Mas, muitas vezes também me socorro de recursos escritos. E não é fácil eu hoje dizer-vos tudo o que me vai na alma e no coração, e também com a minha razão. Mas, há uma coisa que vos quero dizer: eu vim para esta missão porque fui chamado a esta missão. Não fiz nada para ser Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, sabem-no algumas pessoas dentro desta sala, sabem-no outras pessoas fora desta sala. Tinha acabado de sair de Governador Civil do Distrito do Porto e tinha começado uma atividade diferente, fora da política. Estive apenas dois (2) meses, porque insistiram para que eu pudesse prestar esse serviço. Falaram-me para mais do que uma Câmara, até diria que me falaram para várias. Eu, na altura em que tomei, então, a decisão de continuar, disse: “Só admito duas (2) hipóteses: Gaia, onde estou, ou Marco, de onde sou”, porque acho que a vida faz-se com afetos, faz-se com identidade. Eu respeito todos aqueles que são candidatos a todas as Câmaras de Portugal, respeito todos – temos é que também ser respeitados – mas acho que temos que ter ligações. Eu só podia estar, ou em Gaia, ou aqui. Ainda agora me convidaram para outras Câmaras; eu disse que não, que era tempo agora, se calhar, de fazer uma pausa, senão diria que, se calhar, a pausa final da vida política. Tenho uma vida já intensa, como deputado, muitos anos, da Assembleia da República em várias legislaturas, como Governador Civil também três (3) anos, e agora doze (12) anos ao serviço da minha terra natal.

Honrou-me muito a confiança que os Marcoenses me tributaram, e aos meus pares, por três (3) vezes (2005, 2009 e 2013). Procurámos corresponder na medida das nossas forças, das nossas capacidades, da nossa vontade, da nossa inteligência, da nossa determinação. Temos pena, realmente, de não termos tido, se calhar, um ambiente nacional e internacional – porque sabíamos já das condicionantes municipais – para podermos fazer mais, para podermos empreender, porque nós somos pessoas que sabemos pensar, que sabemos, naturalmente, imaginar, criar. E devo dizer que tantas vezes, à noite, em minha casa, sentado no sofá – diria quase, às vezes, enterrado no sofá a ler papéis, eu começava a pensar em coisas que gostava de fazer, e de repente cortava o meu pensamento: “Manuel Moreira, não penses assim, porque tu não vais ter possibilidades de fazer, não vais ter meios”, não que não tivéssemos capacidade, vontade, com todos vós, mas não tínhamos os meios. E isso, devo-vos dizer que é altamente frustrante, mas tentámos fazer. E saímos de consciência tranquila, de que fizemos o nosso melhor, e fizemo-lo sempre numa atitude de nos darmos de corpo inteiro a esta causa. Sabíamos que tínhamos pouco, a instituição que estamos a representar nestes doze (12) anos tinha pouco, se calhar, para fazer tudo aquilo que era necessário, mas há uma coisa que só dependia da minha vontade: dar-me. E eu dei-me à minha terra, de corpo inteiro, de domingo a domingo. A minha família chama-se Marcoenses, essa é a minha família. A minha família consanguínea, a minha mulher e a minha filha, de quem gosto, para além do meu pai, com noventa (90) anos, e outros familiares que aqui tenho também no Marco de Canaveses, na nossa terra, esses estavam sempre, não sei se em segundo, terceiro, quarto ou décimo plano,



mas porque eu estava aqui, porque eu queria estar aqui, porque eu tinha assumido um compromisso.

E devo dizer que houve algo que me marcou definitivamente na minha primeira campanha eleitoral, no dia 7 de outubro de 2005, eu acho que tenho que o dizer em consciência: no dia 7 de outubro de 2005, no último dia em que fizemos o nosso comício, ouvi entoar de forma espontânea, sem nenhum *speaker* a fazer qualquer chamada para palavras de ordem, dizer: “Está a chegar o 25 de abril ao Marco de Canaveses”. E no dia 9 de outubro, quando ganhámos pela primeira vez, exatamente nessa mesma noite, eu ouvi: “Chegou o 25 de abril ao Marco de Canaveses”. Eu devo dizer que nunca tinha imaginado ouvir semelhante coisa na minha terra natal, nunca tinha imaginado, porque pensei, porque, realmente, sou um homem que era muito novinho, tinha dezassete (17) anos quando se deu o 25 de abril, mas eu, apesar dos meus dezassete (17) anos, eu realmente queria diferente, queria liberdade, que sentia que já não tinha, mas só depois é que me tornei com alguma formação cívica e política. E devo dizer que, efetivamente, o 25 de abril deu-se em 1974, e se eu já vinha com uma vontade enorme de servir, isso marcou-me definitivamente, diria que foi a marca digital para mim, e eu quis partilhar convosco liberdade, democracia, celebrar o 25 de abril neste Salão Nobre, com a Câmara Municipal e com a Assembleia Municipal. Acho que faz toda a diferença; faz toda a diferença, meus amigos, porque senão nós não estávamos aqui com esta mesma liberdade para nos podermos interpelar, para nos podermos invetivar uns aos outros. Isso vale tudo, é das conquistas mais importantes, a liberdade e a democracia, e o Poder Local, grande conquista que transformou e mudou a fisionomia das aldeias, das freguesias, das cidades e vilas de Portugal, dos municípios. Acho que isso é uma marca, isso deve-se aos portugueses, aos autarcas portugueses, tantos que o foram e que nós celebrámos também em dezembro passado esses quarenta (40) anos do Poder Local.

E por isso, nós fizemos, nós tentámos fazer. E acho que o Marco está diferente, está melhor, o novo Marco de Canaveses. E esse Marco tem que prosseguir, o Marco está a voar já e voa já alto, e pode voar mais alto, precisamos disso, porque temos um desígnio municipal. Eu não digo isto como retórica de político, que o sou e que o assumo com honestidade e com dignidade: eu acredito que nós vamos ser capazes, no tempo de uma geração, de fazer do Marco um dos melhores da região e de Portugal. Só temos, realmente, que continuar fazendo mais e melhor, com inovação, com novas ideias, com novos projetos, e eu quero partilhar isso como cidadão, esteja eu, ou não, na Assembleia Municipal, esteja eu como simples cidadão, eu quero partilhar isso com os meus concidadãos, porque acho que esse é que é o caminho, e é exatamente nesta atitude solidária uns com os outros, porque antes de tudo, meus amigos, uns são do PSD, outros são do PS, são do CDS-PP ou do Marco Confiante com Ferreira Torres, ou do Marco Positivo, ou do Bloco de Esquerda, ou da CDU, mas meus amigos, antes de tudo somos portugueses e somos Marcoenses, amamos a nossa terra, amamos o nosso país, queremos o melhor. E é na contribuição, no debate político, com elevação, e com respeito e dinâmica que nós podemos construir um novo Marco de Canaveses. E por isso, nós temos esse grande sonho e esse desígnio, fazer do Marco um dos melhores da região e de Portugal, e eu acredito que vamos consegui-lo.

Por isso, a todos eu vos agradeço, a todos sem exceção, pedindo desculpa se porventura também uma ou outra vez possa ter-me excedido, porque eu tenho humildade democrática também de pedir desculpa, porque não tenho vergonha disso, pelo contrário, tenho honra nisso,



porque é assim que devem ser os homens de têmpera, de carácter e de dignidade, como eu tento ser para com todos vós. Por isso, agradeço. E agradeço os amigos que criei nestes doze (12) anos, porque criei muitos amigos em todos os Partidos, sem exceção. E por isso, gostava, realmente, de fazer uma referência a todos, e naturalmente deixar-me-ão que eu faça uma referência à minha Bancada, que nos apoiou de forma solidária, e agradeço muito as palavras do nosso atual Líder Parlamentar, Luís Pinto, por aquilo que nos disse, mas procurámos apenas ser iguais a nós próprios. É assim que sempre estive na vida, na vida pessoal, na vida pública, e é assim que eu sinto que vou continuar no futuro, no plano cívico, no plano cultural, no plano social, onde quer que eu esteja, é assim que eu quero estar sempre, de corpo inteiro, dando-me e interagindo com os outros para o progresso da nossa comunidade. É por isso que tive muito orgulho, muita honra, e devo dizer que nunca tinha pensado sequer ser Presidente da Câmara do Marco de Canaveses, apesar de algumas pessoas me falarem algumas vezes nisso, que gostavam que eu viesse prestar este serviço à minha terra, mas eu tive muito orgulho, e por isso vos agradeço a todos, aos Marcoenses a confiança, o trabalho, a dedicação, e as grandes vitórias que alcançámos, e esta foi hoje uma grande vitória também aqui na Assembleia Municipal, que a Câmara teve o gosto de apresentar, da redução dos impostos e de termos terminado com o contrato de reequilíbrio financeiro, e vamos ver se conseguimos até que as próximas Câmaras possam antecipar o término do serviço da dívida, que isso também seria ainda outra grande vitória. Estamos gratos a todos, aos Marcoenses, às empresas, às instituições e aos autarcas de freguesia, das Juntas, das Assembleias de Freguesia, da Câmara Municipal, os meus pares, os que passaram, exatamente, nestes três (3) mandatos e os que estão atualmente, mas esses, eu terei oportunidade ainda de ter uma palavra mais próxima, que haveremos, realmente, de terminar já depois das eleições, fazendo também um encontro, um jantar para também lhes agradecer pessoalmente.

Mas, quero agradecer hoje aqui ao nosso Presidente da Assembleia Municipal. Tive muita honra, muito orgulho, estou-lhe grato, profundamente grato, como sabe o António, de ter aceitado o meu convite para ser o nosso candidato à Assembleia Municipal em 2005. Acho que fizemos a escolha certa, e ela foi reconhecida pelos Marcoenses também durante os três (3) mandatos (2005, 2009 e 2013). E ele foi e é o nosso Presidente da Assembleia Municipal. Gostava que ele tivesse continuado, como ele sabe, mas ele disse-me, realmente, que queria terminar aqui este serviço também. De resto, ele é por natureza um cidadão do Marco de Canaveses, um empresário, é um homem que continua a servir a nossa terra naquilo que é o seu patamar, ou melhor, na sua plataforma natural, de ser um empreendedor, e por isso lhe estamos gratos por tudo o que fez na dignificação, como todos reconheceram, deste parlamento, porque é o parlamento do município, que nos cumpre a todos valorizar e dignificar. E por isso, só queremos fazer igual, se possível melhor no futuro, aqueles que aqui estiverem. E acho que é possível ainda irmos mais longe para valorizarmos o parlamento, como órgão por excelência da deliberação da estratégia do município, no acompanhamento da Câmara, na fiscalização da Câmara, para bem, exatamente, do bom governo do município, que para mim é e será sempre a Câmara Municipal com maior responsabilidade, mas partilhado com as Juntas de Freguesia do nosso concelho. E por isso, meus amigos, do fundo do coração, agradeço-vos tudo aquilo que fizemos pela nossa terra, e tudo aquilo que temos obrigação de continuar a fazer no futuro.

Bem hajam. António Coutinho, um grande abraço. A todos, um grande abraço.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Eu falarei três (3) minutos por várias razões: a primeira é que isto não é uma despedida; eu serei candidato à minha Freguesia de Bem Viver, com todo o gosto, e agradeço desde já o convite que me foi feito para pertencer à Junta de Freguesia de Bem Viver. A segunda, porque será quando for dar posse a quem for Câmara neste concelho, e quem for Juntas, e quem for deputados, eu darei posse, e aí sim, eu farei a minha despedida.

Eu começo por dizer que vocês foram todos fantásticos, e portanto, eu tenho um enorme apreço por todos, e levo daqui boas recordações, e boas recordações de todos, não vou recalçado com ninguém.

Eu gostaria de começar por falar daquela pessoa que me ensinou – como tudo na vida, quando nós vamos para a escola, nós temos os nossos professores da primária, e nunca nos esquecemos daquela pessoa que nos ajuda, que nos explica como é a tabuada e o 1.º ciclo. E para mim, o 1.º ciclo foi o Sr. Teixeira. E portanto, eu estar-lhe-ei sempre reconhecido, ao Sr. Teixeira, porque não são só os trinta e oito (38) anos de serviço, eu penso que é muito mais do que os trinta e oito (38) anos de serviço. O Sr. Teixeira foi o meu braço direito, o Sr. Teixeira foi o meu braço esquerdo, o Sr. Teixeira foi aquele que me ensinou, foi aquele que me passou os seus conhecimentos, foi aquele que me ajudou a poder, dentro daquilo que eram as minhas limitações, poder liderar e gerir uma Assembleia Municipal. Por isso, eu sempre respeitei o Sr. Teixeira pela sua simplicidade – eu acho que na vida ser simples é algo difícil hoje em dia; hoje em dia não é fácil nós sermos simples. E o Sr. Teixeira, com a sua simplicidade e com o seu conhecimento dos processos, ajudou-me bastante neste processo todo. E por isso, Sr. Teixeira, os meus sinceros agradecimentos por tudo aquilo que fez.

Eu, neste processo, e porque estão aqui a chegar umas prendas, e vou ter que interromper aqui para entregar, isto é uma prenda de todos nós, isto é uma prenda que o Executivo desta Câmara, esta Mesa, estes deputados que estão aqui à sua frente, lhe querem fazer uma pequena entrega desta prenda. Isto é um serviço de chá de uma pessoa que o senhor gosta muito, Cármen Miranda. Pensámos bastante no que é que lhe devíamos dar. Aquilo é para quando o senhor se reformar, daqui a um ano e tal, poder estar com a sua família em casa a tomar um chá, e lembrar-se destes deputados que estão aqui à sua frente, destas pessoas que hoje querem, de certa forma – eu serei a que está aqui a ser porta-voz destas pessoas – agradecer aquilo que fez por esta Assembleia, que de uma forma equilibrada, sem tomar partidos – e eu, que estive doze (12) anos com o Sr. Teixeira, nunca o ouvi falar de Partidos, nunca o ouvi dizer mal de uma pessoa, nunca a fazer nenhum reparo sobre nenhum deputado. E isto, eu quero relevar. E portanto, antes de continuar o meu discurso, as minhas palavras, eu vou fazer de uma forma simbólica, vou entregar aqui um presente ao Sr. Teixeira – há ali mais dentro, Sr. Teixeira, não está aqui tudo; eu só pedi para trazer estes aqui, mas que será a Mesa, será o Executivo desta Câmara Municipal e estes deputados, que quero entregar em nome deles esta prenda. Isto não estava assim preparado, era só para ser no fim, mas aqui os meus colegas da Mesa...

Se me permitem, e também para ser de forma breve, eu queria dar uma palavra aos líderes, acima de tudo um obrigado pela forma como ajudaram na preparação dos trabalhos. Eu penso que os líderes, diria que foram, todos eles, sem exceção, foram participativos, foi um processo muito democrático, e acima de tudo eu diria que são pessoas muito dedicadas em encontrar as melhores soluções para o Marco de Canaveses. E é isto que eu levo deles todos, é um processo



unânime de encontrar as melhores soluções. Nem sempre foram as mesmas de todos os lados, é verdade, mas foram sempre pessoas muito disponíveis para trabalhar em equipa, e acima de tudo, muitas vezes à procura de um consenso entre as partes, não sendo fácil. Por isso, a todos eles o meu obrigado, aos Líderes Municipais que aqui estão presentes hoje, e acima de tudo as minhas desculpas porque nem sempre eu estive à vossa altura, nem sempre fui capaz de vos ajudar, nem sempre fui capaz de estar a dar a maior força, mas quero dizer-vos uma coisa: fiz o melhor que sabia em todos os momentos.

Uma palavra aos deputados, e aos deputados municipais, assim como aos líderes, eu quero dizer-lhes que vi aqui neles múltiplas competências: vi-os várias vezes investir os seus conhecimentos sobre o Marco de Canaveses, sobre este órgão, vi-os também extremamente empenhados para participar, e acima de tudo eu acho que o futuro do Marco será bom porque eu acho que há pessoas empenhadas para que o Marco seja uma terra diferente. E por isso, aos deputados municipais, espero que continuem assim, mas há uma coisa que lhes quero dizer, e há bocado repeti isso: eu costumo dizer que há mais vida para além da política, e é importante nós refletirmos um bocadinho sobre isto. E na política, assim me ensinaram nos doze (12) aqui, em que estive cá, não vale tudo; na política só vale aquilo que é essencial para as pessoas do Marco de Canaveses. Por isso, eu espero que nesta fase de campanha em que vamos todos entrar – e eu também irei entrar na minha Freguesia de Bem Viver – sejamos capazes todos de pôr o Marco acima de tudo aquilo que são os nossos objetivos pessoais. Eu já passei por isto três (3) anos, eu sei que muitas pessoas que estão aqui dentro hoje sonham um dia estar sentados na cadeira do Dr. Manuel Moreira, outros irão sonhar estar sentados na minha cadeira, mas façamos isto com muita dignidade, é aquilo que eu peço a todos, e eu também irei tentar fazer o mesmo, para que ao chegarmos ao fim, os Marcoenses reconheçam em nós e virem votar, e termos menos abstenções, porque somos capazes de ter um Marco diferente.

Queria, sem dúvida, deixar aqui uma palavra de apreço ao Executivo. Foram doze (12) anos de trabalho em conjunto, com a equipa, e eu diria que este trabalho foi num processo constante e acima de tudo de equilíbrio, com sentido de dever e consciência da necessidade de conduzir o Marco a um outro espaço público. Eu diria, um Marco com outro espaço público, não só na forma, mas também no conteúdo. E eu acredito, sinceramente, que a vereação e o Sr. Presidente terão sempre um agradecimento das pessoas do Marco de Canaveses. Da nossa parte terão, porque sempre souberam separar aquilo que era o poder executivo do nosso poder, e foi feita sempre essa separação. Foi sempre feita essa separação.

Queria deixar aqui em particular àquilo que eu chamava o nosso líder, o Dr. Manuel Moreira, um obrigado, um obrigado pela sua dedicação. Eu acho que o Dr. Manuel Moreira foi uma pessoa de uma dedicação extrema, com profundo compromisso da honradez e acima de tudo com um Marco de Canaveses em cada município. Eu, sinceramente, conheci o Dr. Manuel Moreira no dia em que me veio convidar para ser líder da Assembleia Municipal. E eu não conhecia o Dr. Manuel Moreira de lado nenhum, nunca o tinha visto, e portanto, quando ele me convidou, há doze (12) anos, eu demorei três (3) meses para lhe dizer que era candidato com ele; da segunda vez, demorei três (3) segundos; da terceira, quase disse: “Eu quero ir consigo”, e disse-lhe que começava com ele e saía com ele. E portanto, foi esse o meu compromisso com o Dr. Manuel Moreira, e assim o fiz. Deixarei de estar aqui, mas nesta proximidade que eu tive com o Dr. Manuel Moreira, fiz uma amizade com ele, e digo-lhe que para mim, António Coutinho, foi um imenso prazer trabalhar com o Dr. Manuel Moreira. Claro que não tem só virtudes, claro que



como todos nós tem defeitos, mas tem uma dedicação ao Marco que eu penso que não vai ser fácil encontrar uma pessoa como o Dr. Manuel Moreira, com esta dedicação ao Marco.

Por último, eu queria deixar uma palavra aos Marcoenses. Sem dúvida que é a palavra que eu quero dar-lhes, um obrigado, acima de tudo um obrigado porque deram-me, a mim, três (3) oportunidades consecutivas para estar presente na vida do concelho como Presidente da Assembleia Municipal. Isto para mim foi um prazer imenso, esta oportunidade que os Marcoenses me deram. Obrigado por me terem mostrado o muito que eu ainda tenho para descobrir sobre o Marco e sobre as pessoas do Marco de Canaveses. Eu não conhecia o Marco como conheço hoje, e isso para mim foi muito importante na minha vida. Eu quero dizer-vos que o meu compromisso sempre foi com os Marcoenses e com o Marco, e quero dizer-vos que continuarei a ter esse meu compromisso com os Marcoenses e com o Marco.

Eu termino, agradecendo a todos, do fundo do coração. Saio daqui com a missão cumprida. Estou perfeitamente tranquilo com aquilo que tentei fazer pelo concelho, estou extremamente tranquilo pela forma como tentei liderar esta Assembleia, fiz o máximo que pude, e para mim foi um grande prazer trabalhar com todos vós, sem exceção. Obrigado por esta oportunidade que me deram de liderar esta Assembleia Municipal durante doze (12) anos, e especialmente durante os últimos quatro (4) anos. Obrigado a todos. E se me permitem, vou dar um abraço ao Dr. Manuel Moreira, porque foi uma pessoa de quem eu aprendi a gostar pela dedicação que ele teve ao Marco de Canaveses.

Se me permitem só, eu penso que o Sr. Teixeira falou com a Mesa, se podia dizer umas palavras, e eu pedia-vos mais um minuto, ou três (3) minutos ao Sr. Teixeira. Sr. Teixeira, é o senhor que vai terminar esta Assembleia Municipal.

--- José Teixeira (Colaborador da Assembleia Municipal) ---

Muito obrigado.

E de facto, há dias em que nós não devíamos sair de casa, e eu penso que hoje era o meu dia de não sair. Não contava com isto, confesso. Foram muitas surpresas para uma noite só. Ontem foi uma noite de convívio, gostei muito, mas tenho plena consciência de que as Assembleias Municipais, e a do Marco de Canaveses evoluiu, e muito, nomeadamente em tudo que é ata, que é o documento célere de qualquer órgão, estão afixadas todas, publicadas e datilografadas, aquelas que estavam escritas à mão, que poucos conseguem ler aquela caligrafia. Lembro aqui uma senhora, que foi a D. Estolinda Meneses, o Sr. Ribeiro de Soalhães, que faleceu recentemente, que escreveram, e pronto, era a caligrafia deles. Hoje temos estes documentos vivos.

A Assembleia Municipal de Jovens é uma aposta forte, dar a conhecer, mas uma que me marcou também, a descentralização do órgão máximo do Poder Local, ir às freguesias, deixar os Paços do Concelho e deslocar-se às freguesias, mostrar às populações que existem estes órgãos, porque há dúvidas quando apresentam três (3) boletins de voto, veem as cores diferentes, e estão a votar e não sabem para quê, é tudo para o mesmo. E não é, há diferenças, e grandes. Claro que gostei imenso pelas evoluções, e confesso, tive um grande – ele diz que aprendeu comigo, mas eu aprendi com ele – que foi o desafio, andar rápido, é uma aposta. Vamos, siga em frente. Obrigado, Sr. António Coutinho, foi muito bom, muito bom mesmo, trabalhar consigo.



Com o Executivo, a mesma coisa. Claro que é fácil dizer-se a tudo “sim”, “sim, senhor”, mas eu não funciono muito bem assim, e entro naquela questão: “Não, não é bem assim”, mas há que tentar dar a volta, mas sempre com sentido de responsabilidade. Foi isso que eu sempre tive na minha mente, é assim que sou, e é assim que serei, e já não vou mudar de maneira nenhuma.

A todos, o meu sincero muito, mas muito obrigado. Permitam-me só dar mais um abraço ao Sr. Presidente da Assembleia, porque merece.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então – só um minuto, ou nem isso – vamos ao último ponto, Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de 11 de setembro de 2017. E vamos, então, pôr à votação a ata. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a ata foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, um bom regresso a casa, e uma boa campanha para quem andar em campanha.